

BRDFAN, BSB, N8, PRO. CS. 214.1, p. 1/123

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL
SECRETARIA GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO

DE

MARCELLO NUNES DE ALENCAR

MARCELLO NUNES DE ALENCAR

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTAS À APLICAÇÃO DO ARTIGO 4º DO

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

SUPLENTE DE
SENADOR

MARCELLO NUNES DE ALENCAR

- A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- B - FICHA INDIVIDUAL
- C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
E DE OUTROS ÓRGÃOS
- D - ANEXOS
 - 1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS
 - 2 - NOTÍCIAS DA IMPRENSA
 - 3 - INFORMES E INFORMAÇÕES

DOC
"A"

A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

=====



Rio de Janeiro, GB,

Em 31 de Janeiro

de 1969.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 63/69

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo federal do senhor **MARCELLO NUNES DE ALENCAR**, Suplente de SENADOR pelo MDB, Seção da GUANABARA, nos termos do Artigo 2º, do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a farta documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades subversivas desenvolvidas pelo indiciado, através de pronunciamentos, manifestos, organização de agitações, articulações e reuniões de caráter subversivos, bem como defensor sistemático nos tribunais e na imprensa de conhecidos subversivos e comunistas.

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 63/69 = Fls. 2
=====

3. Como exemplo dessas atividades, destacam-se os trechos abaixo, constantes da documentação anexa:

3.1 - DISCURSOS NO CONGRESSO

- Em 16 Set 1967

Há, nesses últimos anos, um insensato comportamento das autoridades em relação aos estudantes. Nem uma abertura para o diálogo, nem um esforço, uma tentativa sequer de compreender uma geração que é de nossos filhos; ao contrário, temos visto com pesar e mesmo com surpresa, conjugarem-se esforços de tôdas as espécies no sentido de marginalizar os moços, de apresentá-los com uma imagem que não têm ...

D. HELDER CÂMARA, uma das grandes e admiráveis vozes do nosso tempo, mostrou há pouco o quanto essa "ordem" é, do ponto de vista cristão e democrático, apenas a desordem instituída ...

Ouçam os líderes estudantis, de qualquer parte de nosso território, e digam depois se será possível caracterizá-los como imaturos e irresponsáveis, como inocentes úteis ...

Exila-se um CELSO FURTADO, atingido pela fúria venatória dos "listões" priva-se a cultura brasileira do convívio esplêndido dêsse moço, rouba-se o do Nordeste - tão desfalcado de quadros - tudo em nome da segurança nacional, relacionada por sua vez ao hemisfério e ao bloco ocidental.

- Em 6 Out 1967

Nem o direito da não violência, que é o direito da greve, cabe aos nossos trabalhadores. Que rumo tomará então um dia o desespero que a fome dos seus

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 63/69 = Fls. 3
 = = = = =

filhos vai acumulando no espírito de cada assalariado neste País ? ...

Dentre as conquistas roubadas aos operários brasileiros, talvez a mais importante seja a da estabilidade, que veio banir uma das maiores preocupações dos assalariados ...

Sòmente depois de abril de 1964 é que se ousou falar na derrubada dêsse direito, quando se desmantelou pela violência as organizações sindicais e se violaram tôdas as liberdades públicas.

Sob pressão de alguns poderosos grupos estrangeiros o passado Govêrno acometeu contra o regime de estabilidade oferecendo a "alternativa" do "Fundo de Garantia", uma falsa alternativa ...

Na verdade aquêles grupos estrangeiros, especialmente norte-americanos, não queriam ficar com o ônus da estabilidade de operários qualificados impossíveis de substituir um país onde êsse tipo de capital humano é bastante escasso ...

- Em 18 Out 1967

Falando sôbre as agitações no Colégio de Aplicação disse:

"Viveu sempre num clima de absoluta tranquilidade até o movimento de abril de 1964. A partir de então, nessa vontade de emparedar uma geração, nessa vontade de conter o impulso dos jovens, o regimento da vida do colégio, como de resto o regimento da vida nacional, se alterou."

- Em 18 Out 1967

Colaborei com muitos dos dados contidos no livro "TORTURAS E TORTURADOS". Naquele livro se contém

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 63/69 = Fls. 4
 =====

prova evidente, trazida pela coragem do bravo Depu-
 tado MÁRCIO ALVES, à imputação de fatos da maior
 gravidade, de torturas realizadas por autoridades
 policiais e com o beneplácido das autoridades go-
 vernamentais e apesar dessa acusação pública, não
 se tem notícias de nenhuma providência ...
 Mas, quando não o fizer e o regime jurídico não
 fôr respeitado, impondo insegurança a todos nós,
 terá da Oposição, a voz do protesto, a voz da de-
 núncia, para que a História julgue o que se im-
 plantou, neste País, após o 1º de abril.

- Em 20 Out 1967

O pecado do Sr JUSCELINO KUBITSCHEK - que o levou
 também ao cadafalso das cassações - é o de ter re-
 pudiado as imposições do Fundo Monetário Interna-
 cional em 1959 e de continuar fiel ao estrutura-
 lismo, de permanecer acreditando no Brasil ...

V. Exa não verificou que, logo depois do Movimen-
 to de 1º de abril um embaixador norte-americano
 declarava a sua participação, através dos emprés-
 timos que fazia diretamente aos governadores de
 Estado ?.

... E se, por coincidência V. Exa quiser, lhe ce-
 derei livro que estou escrevendo com o Senador MÁ-
 RIO MARTINS, em que demonstramos que foram cas-
 sados pela Revolução homens que não tinham posi-
 ção ideológica definida até, mas um sentimento na-
 cionalista arraigado.

- Em 17 Nov 1967

Falando sôbre os fretes marítimos, disse:

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 63/69 = Fls. 5
=====

"Registramos com dados, inclusive com dados tirados de relatórios consignados em revistas norte-americanas, as pressões que sofremos na nossa economia, em virtude da aceitação de nossa política econômica-financeira subordinada àquela entidade (FMI). Hoje, apenas porque o Brasil pretende dar alguns passos para a sua autonomia e seu desenvolvimento, o Senado americano, expressando toda uma política, que é a política imperialista americana, vem a se levantar e nos pressionar e até a nos ameaçar.

3.2 - NOTÍCIAS DA IMPRENSA

3.2.1 - O Globo - 15 Mai 1968

Disse que a necessidade maior das oposições na atual conjuntura, é unificarem-se. Busquem um denominador comum, especialmente as esquerdas, hoje prêsas a uma série de correntes artificiais, muitas delas expressivas, apenas, de tendências individualistas ...

No quadro geral, o MDB representa a oposição legal ou formal, e existe ao mesmo tempo que a oposição radical, a oposição dos diversos graus do PC, a oposição estudantil e operária, aquela que recebe o clero e várias outras. É possível que o MDB seja o instrumento que dispõe de melhores condições para se transformar no fator aglutinador do conjunto ...

A maioria dos militares tem consciência de estar, hoje, servindo uma causa errada, quando apoiam a política revolucionária ...

A maioria da classe militar, hoje, está perplexa a tomar consciência de estar a favor de uma causa anti-povo.

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 63/69 = Fls. 6
=====

3.2.2 - Última Hora - 26 Nov 1968

Classifica o Gen LUIZ DE FRANÇA OLIVEIRA, Secretário de Segurança Pública da Guanabara, de "leviano e sem autoridade moral, por envolver, sem qualquer prova, o Engenheiro JOSÉ ROBERTO MONTEIRO, seu cliente, na onda de assaltos atribuída ao ex-Deputado CARLOS MARIGHELA.

3.3 - INFORMAÇÕES EXISTENTES

3.3.1 - Informação nº 467/67 - I Ex - 25 Set 1967

Organiza freqüentes reuniões com elementos cassados, em seu escritório na Avenida Marechal Floriano nº 55, 5º andar. Já foram abordados, entre outros assuntos, planos para compra ou aluguel de casas comerciais próximas a quartéis e zonas militares, com a finalidade de obter contactos, vigilância e anotações julgadas úteis, para estudos pormenorizados, que levariam a deflagração de um possível movimento revolucionário.

Empregar-se-ia, também, a catequese de praças mediante doutrinação e corrupção no sentido de que os mesmos furtam armas e munições.

3.3.2 - Informação nº 1228/SNI/ARJ/67 - 1º Nov 67

Continua sendo articulada a criação de uma Procuradoria do MDB, tendo como presidente MARCELO ALENCAR para acompanhar os processos políticos e IPMs com dois objetivos: a) assistir os implicados; b) processar por abuso do poder e violência, Chefes de IPM e pessoal da Justiça Militar e o próprio Ministro do Exército.

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 63/69 = Fls. 7
 = = = = =

3.3.3 - Informação nº 455/EMAER - 18 Dez 67

Em reunião realizada no Sindicato dos Textéis, no dia 12 Dez 67, presentes: líderes sindicais, parlamentares, representantes dos Servidores Públicos e estudantes, para protestar contra a atual legislação salarial, o Senador MARCELO ALENCAR asseverou que: o arrôcho salarial está preso a um sistema que não tem raízes brasileiras, mas sim do imperialismo norte-americano; o golpe de abril de 64 aprovou um plano elaborado nos escritórios, por quem não tem interesse em libertar o País do subdesenvolvimento, o Sr ROBERTO CAMPOS. O PAEG tem origens estranhas. Criou-o dizendo que o Brasil precisava se capitalizar e para isso é preciso que o trabalhador não tenha direito a se organizar; as classes dirigentes precisam ver que já é hora de se atualizar, pois se a própria igreja chegou a esta conclusão, porque não seguí-la; a mocidade tem que ser ouvida, pois não é possível que uma velharia que está presidindo nossos destinos se recuse a entender isto.

3.3.4 - Informe 210/CIE - 19 Abr 68

Visitou MONTEVIDEU, onde manteve contactos com o Sr JOÃO GOULART sobre a FRENTE AMPLA. Visitou outros asilados aos quais recomendou que não desenvolvessem atividades subversivas, pois a anistia era certa para o final de 1968 e sugeriu ainda que, aqueles que desejassem regressar ao Brasil, escrevessem avisando de seus planos para que êle pudesse organizar comitês de recepção integrados por parlamentares e jornalistas com o que ficaria garantida a plena liberdade dos que regressassem.

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 63/69 = Fls. 8
=====

3.3.5 - Informação nº 490-CIE/ADF - 11 Jul 68

Fêz parte da Comissão dos representantes dos 100.000 que foram a Brasília para serem recebidos pelo Presidente da República.

3.3.6 - Informação nº 1499/68-S-102-CIE - 15 Jul 68

Procurou estabelecer contactos entre os representantes do Movimento Estudantil com os líderes da FRENTE AMPLA.

3.3.7 - Informação nº 255-68/DB - 26 Nov 68

No dia 29 Out 68 houve uma reunião de líderes sindicais no escritório do Advogado MARCELO DE ALENCAR localizado na Praça Floriano 55, à qual compareceram jornalistas do "Correio da Manhã".

3.3.8 - Extrato de Prontuário do SNI

- Em 1965

- Assinou o chamado "Manifesto à Nação" dos intelectuais.
- Defendeu o Mal LOTT, perante o TRE da Guanabara, no julgamento do Recurso contra a impugnação da candidatura daquele militar ao cargo de Governador da Guanabara.

- Em 1966

- Foi gerente da AGEBRAS (Agência Brasileira de Propaganda) considerada um antro de conspiração anti-revolucionária.

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 63/69 = Fls. 9
=====

- Assinou manifesto de apoio "aos direitos dos estudantes, quando estes saem à rua".
- Declarou ser o autor anônimo de várias leis aprovadas no Governo JOÃO GOULART.
- Entrou no STM com pedido de habeas-corpus em favor de 90 indiciados em IPM do PC.

- Em 1967
 - Participou de reunião preliminar para o "Seminário da UNE".
 - Afirmou que "havia inviabilidade de apoio legal" para a medida que determinou o confinamento do jornalista HELIO FERNANDES.
 - Fêz parte da mesa que presidiu, uma reunião de estudantes, onde, a pretexto de reivindicações gerais, o Governo Federal, os militares e os países democráticos foram duramente criticados.

- Em 1968
 - Compareceu à reunião, no Sindicato dos Textéis da GB, onde foram abordados os temas: arrôcho salarial, ditadura, FMI, acôrdo MEC-USAID, imperialismo americano, esterilização de mulheres e Fundo de Garantia. Foi um dos oradores e na sua alocução criticou o Governo Federal e fêz referência "à invasão do território brasileiro pelos imperialistas ianques".

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 63/69 = Fls. 10
=====


- Foi citado como anti-revolucionário em programa da Rádio do Congresso Nacional.
- Estimulou elementos esquerdistas para que tomassem parte ativa nas manifestações estudantis decorrentes da morte de EDSON LUIZ DE LIMA SOUTO.
- Realizou intensa propaganda e o aliciamen- to de trabalhadores visando à concen- tração para o comício do dia 1º de maio, que deveria ter caráter subversivo.
- Afirmou, repetindo declarações do líder agitador VLADIMIR PALMEIRA "que um dia o trabalhador irá assumir a posição de comando na luta hoje empreendida pelos estudantes".
- Pleiteou junto às autoridades policiais, permissão para que VLADIMIR PALMEIRA, pu- desse participar de uma passeata, sem ser prêso.
- Procura sensibilizar os estudantes, cu- jas reivindicações apóia, para fins de- magógicos.
- Defendeu líder estudantil reconhecidamente subversivo e elementos cassados.

4. Nestas condições, peço vênha sugerir, ouvido o CON- SELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do Artigo 5º, do

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 63/69 = Fls. 11
=====

Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassado o mandato eletivo federal do senhor MARCELLO NUNES DE ALENCAR, consoante dispõe o Artigo 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos da mais alta estima e profundo respeito.


Gen. Bda. JAYME PORTELLA DE MELLO
Secretário-Geral do
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

NB.PRO.CSS.214.1,p.16

DOC
"B"

B - FICHA INDIVIDUAL

=====

FICHA INDIVIDUAL

=====

- 1) - Nome - MARCELLO NUNES DE ALENCAR
- 2) - Naturalidade - Guanabara
- 3) - Data de nascimento - 23 de agosto de 1925
- 4) - Filiação - MÁRIO DE ALENCAR e
ZULEIKA NUNES DE ALENCAR
- 5) - Profissão - Advogado



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 433	2. DATA: 27/1/69
3. NOME: MARCELO NUNES DE ALENCAR	
4. FILIAÇÃO: MÁRIO DE ALENCAR e ZULEIKA NUNES DE ALENCAR	
5. DATA DE NASCIMENTO: 25 DE AGOSTO DE 1935	
6. NACIONALIDADE: BRASILEIRA	
7. NATURALIDADE: GUANABARA	
8. PROFISSÃO: ADVOGADO - SUPLENTE DE SENADOR, EM EXERCÍCIO	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO: SUPERIOR	
11. RESIDÊNCIA:	

C - INFORMAÇÃO DO

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

E DE OUTROS ORGÃOS

1 - INFORMAÇÃO

DO

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

(Ficha Individual de MARCELO NUNES DE ALENCAR - Fls. 2)

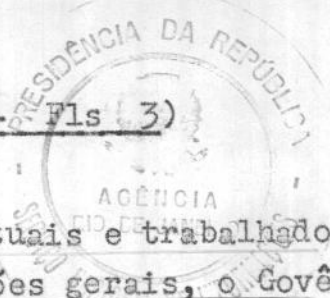
12. EXTRATO DO PRONTUÁRIO

- Assinou o manifesto dos intelectuais.
- Anti-revolucionário.
- Mantém contatos com JG.
- Participou, várias vezes, de concentrações e reuniões de sindicatos.
- Realizou reuniões subversivas em seu escritório.
- Procura sensibilizar os estudantes, cujas reivindicações apoia, para fins demagógicos.
- Defendeu líder estudantil reconhecidamente subversivo e elementos cassados.

13. HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1965 - Abr - Assinou o chamado "MANIFESTO À NAÇÃO", dos intelectuais.
- Ago - Defendeu o Marechal LOTT, perante o TRE da GUANABARA, no julgamento do Recurso contra a impugnação da candidatura daquele militar ao cargo de Governador do Estado da GUANABARA.
- 1966 - Jan - Foi gerente da AGEBRAS (Agência Brasileira de Propaganda), considerada um antro de conspiração anti-revolucionária.
- Out - Assinou manifesto de apoio "aos direitos dos estudantes, quando êstes saem à rua".
- Declarou haver sido o autor anônimo de várias leis, aprovadas durante o governo JG.
- Nov - Entrou no STM com pedidos de habeas-corpus em favor de 90 indiciados em IPM do PC.
- 1967 - Abr - Participou da reunião preliminar para o "Seminário da UNE".
- Ago - Impetrou habeas-corpus em favor do Prof BAYARD DE MARIA BOITEUX, sob o fundamento de "excesso de prazo para a prisão".
- Afirmou que "havia inviabilidade de apoio legal" para a medida que determinou o confinamento do jornalista HÉLIO FERNANDES.
- Set - Recebeu telegrama de JG, que o cumprimentou "por representar, como o mais jovem senador do BRASIL, a mocidade e a mentalidade jovem no Poder".
- Nov - Fêz parte da mesa que presidiu, na ABI, uma reunião

(Ficha Individual de MARCELO NUNES DE ALENCAR - Fls 3)



de estudantes, funcionários, intelectuais e trabalhadores, onde, a pretexto de reivindicações gerais, o Governo Federal, os militares e os países democráticos foram duramente criticados.

- Dez - Realizou frequentes reuniões com elementos cassados, objetivando a compra ou aluguel de casas comerciais próximas a quartéis e zonas militares.
- 1968 - Jan - Compareceu à reunião, no Sindicato dos Têxteis da GB, onde foram abordados os temas: arrôcho salarial, ditadura, FMI, acôrdo MEC-USAID, imperialismo americano, esterilização de mulheres e Fundo de Garantia. Foi um dos oradores e na sua alocação criticou o Governo Federal e fêz referência "à invasão do território brasileiro pelos imperialistas ianques".
- Compareceu à reunião do MDB/GB na qual foi aprovada "a convocação da Convenção Nacional do MDB para a tomada de posição contra o estabelecimento do Estado Militarista, no país".
- Fev - Participou, no Sindicato dos Têxteis, de campanha contra o arrôcho salarial.
- Mar - Foi citado como anti-revolucionário em programa da Rádio do Congresso Nacional.
- Mai - Realizou reuniões de caráter subversivo em seu escritório, localizado à Praça Floriano nº 55, 5º andar, GB.
- Estimulou elementos esquerdistas para que tomassem parte ativa nas manifestações estudantis decorrentes da morte de EDSON LUIZ DE LIMA SOUZO.
- Realizou intensa propaganda e o aliciamento de trabalhadores visando à concentração para o comício do dia 1º de maio, que deveria ter caráter subversivo.
- Participou da sessão de encerramento do II Encontro dos Trabalhadores da GB, que reuniu 251 delegados e terminou com a aprovação do programa de lutas contra o arrôcho salarial, pelo apoio às reivindicações estudantis e de repúdio ao Plano Nacional de Saúde.
- Afirmou, repetindo declarações do líder agitador VLADIMIR PALMEIRA, "que um dia o trabalhador irá assumir a posição de comando na luta hoje empreendida pelos estudantes".
- Pleiteou, junto às autoridades policiais, permissão para que VLADIMIR PALMEIRA, pudesse participar de uma passeata, sem ser preso.

(Ficha Individual de MARCELO NUNES DE ALENCAR - Fls 4)

- Ago - Impetrou "habeas-corpus" solicitando a libertação do líder estudantil VLADIMIR PALMEIRA e a cessação de sua incomunicabilidade.
- Out - Foi selecionado, pelo Conselho Superior da Confederação dos Religiosos do Brasil, para ser procurador da referida entidade.
- Manteve encontro com JG, em MONTEVIDÉU.
- Nov - Pela imprensa, classificou o Gen LUÍS FRANÇA OLIVEIRA como leviano e sem autoridade moral, "pela tentativa de envolver, sem provas, o Eng. JOSÉ ROBERTO MONTEIRO na onda de assaltos atribuídos ao ex-Dep CARLOS MARRIGHELLA".
- Dez - Assinou manifesto condenando a intervenção dos países que integram o Pacto de Varsóvia na TCHECO-ESLOVÁQUIA e acusando a URSS de "super-potência" imperialista. (O fato foi interpretado como decorrente do conflito sino-soviético e das preferências pessoais pela tática da luta armada para a consecução dos objetivos do Movimento Comunista Internacional.)

2 - INFORMAÇÃO DE OUTROS ORGAOSExtrato de Prontuário dos Serviços de Informações
dos Ministérios Militares

- Afirmou à imprensa que as oposições deveriam se unir e que o denominador comum seriam as posições de esquerda.
(O Globo)
- Declarou a "O Globo" que a maioria da classe militar, hoje, está perplexa e começa a tomar consciência de estar a favor de uma causa anti-povo.
- Organiza, com freqüência, reuniões com cassados em seu escritório para tratar de assuntos de subversão (Info-IEEx)
- Foi designado Presidente de uma Procuradoria do MDB que trata de assistência aos políticos envolvidos em IPM e de procurar processar os encarregados de IPM, pessoal da Justiça Militar e o próprio Ministro do Exército.
(Info-SNI)
- Fêz parte da Comissão dos Representantes dos 100 mil que se avistaram com o Presidente COSTA E SILVA.
- Procurou estabelecer contactos entre os líderes estudantis e os da FRENTE AMPLA.
- Sócio Fundador do Centro Brasileiro de Cultura, Avenida Graça Aranha 416, sala 218. O CBC reúne um grupo de subversivos que se denominam intelectuais, cuja missão consiste em impor suas idéias pela inteligência.
- Citado no depoimento do ex-Ten Cel KARDEC LEME como coordenador e protetor dos cassados.

N8.PRO.CSS.214.1.P.27

DOC
"D"

D - ANEXOS

=====

1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

2 - NOTÍCIAS DA IMPRENSA

3 - INFORMES E INFORMAÇÕES

1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

No Congresso Nacional

1.1 - Diário do Congresso Nacional - 16 Set 1967

1.2 - Diário do Congresso Nacional - 6 Out 1967

1.3 - Diário do Congresso Nacional - 18 Out 1967

1.4 - Diário do Congresso Nacional - 18 Out 1967

1.5 - Diário do Congresso Nacional - 20 Out 1967

1.6 - Diário do Congresso Nacional - 25 Out 1967

1.7 - Diário do Congresso Nacional - 17 Nov 1967

CSV / NEXO N.º 1/10

...programa, e de...
...atendimento das oportu-
...
...aquele passado de li-
...latas e os agentes d-
...queriam levar este
...moral e econômico. Entã
...profissionais da extrã
...fazer um Congr-
...no 191 feito um
...autoridade consultada, que
...empenhada decisiva: e
...o Congresso de um órgã
...e nesse caso desmoralizar-si-
...fazer valer a autoridade p-
...nada por lei aprovada por
...e por maioria esmo-

CONGRESSISTA: *Marcello de Alencar*
PROJETO N.º *1619* CAMARA
N.º *1* SENADO
DC. de *1619 / 191* CD-SF-CM Pg *2070*
DO-N.º / de / /

*Problemas dos
Estadantes II*

O SR. MARCELLO DE ALENCAR:

(Não foi ouvido pelo orador) —
Dei conhecer a V. Exa., Sr. Presi-
dente do Senado, que sou um
homem preocupado há uma semana
Porque, há uma semana oquei a
esta Casa com a alta responsabi-
lidade de substituir meu companheiro
Mário Martins, e a minha preocupa-
ção prende a indagação dos temas
que eu deveria abordar na tribuna
que por tão vastos me deixavam um
incerto quanto ao critério priorita-
rio a adotar.

Revolvi então a minha imagina-
ção, e a minha lembrança me recor-
dou o encontro em que o Senador
Mário Martins e eu tivemos oportu-
nidade de darmos pontos de vista.
E podemos praticar uma acção de
cooperacao de que Mário Martins é
capaz acção em momentos de perigo
ação nos momentos que exigem
taxa de desprezo ao medo.

Então, utilizei-me realmente para
pedir a tribuna do Senado para
um tema prioritario que trata
a minha angustia de Mário Martins
que era a minha angustia de
o tema que poderia ser mais uti-
lizavel para a nacionalidade. Ve-
mos então, que deveria falar dos
meios e para os meios com uma
palavra, também, para aqueles que
não entendem os meios.

(Lendo)

Os indivíduos e as colectividades
tem nos seus descendentes e nas ge-
rações futuras uma de suas mais pa-

turais e constantes preocupações e,
se na família nos voltamos a cada
dia para o futuro de nossos filhos,
voltamo-nos ao mesmo tempo para
a destinação historica de nosso povo,
de nossa nacionalidade.

Não podemos, por isso, deixar de
levantar nesta augusta Casa, que tam-
bém por excelência o quibrançar de
se os padrões se diluem e se trans-
formam nas soluções altas que a ex-
periencia, o amor da Patria e a pro-
funda dos senhores Senadores têm
sabido aquilatar, e nos dar motiva-
ção e a nossa tristeza diante da in-
compreensão com que vemos o Gov-
erno tratar os problemas da mod-
ernidade estudiosa.

Nos últimos annos, um tradi-
cional e respeitavel instituto de
estudo nos estudantes. Nem uma
palavra sobre o futuro, nem a ex-
pressão acentuada sempre da ex-
pressão. Uma geração que é a de
nosso tempo, no entanto, tem os me-
ios de pensar e mesmo com a falta
de meios de estudos de livros e
de tempo no sentido de estudar, e
de meios de pensar a respeito de
muito que não tem.

Consequentemente, são grandes e
tradição em braços de nossa impen-
sa depreciamos despendidos, candentes
e muitos editoriais, nessa inat-
ribavel campanha de desmoraliza-
ção dos jovens que ampará, queriam
ou para os seus detractores, estão à
frente dos serviços publicos e da in-
dustria privada.

Poderia cridar as vossas palavras
que, chegando um passado digno e
democratico, reconhecido a sua modi-
ficada, mas os meios e os não, um
pouco, sempre inimes a per-
tencia e ao delicia, sempre dispo-
stos a cumprir ideais, no entanto, em
sentido de interesse de causas mais
do que a patrioticas.

Os demagogos utilizam o termo
"Parlamento em progresso", para ca-
racterizar a juventude de pouca des-
cansaço, que apresenta 37,1%
da total população abaixo de 15 anos
e apenas 4,2% acima de 65 anos.
Segundo ainda as estatísticas
do "Estatístico de Paquistão",
"Comissão Federal" (CFF) do Minis-
terio do Planejamento, dentro de 10
anos — pelas estimativas mais con-
servadoras — teremos mais de 100
milhões de habitantes. Todavia, a
previsão não grave desse crescimento
governamental é a que prevê, para
1970, um mercado de trabalho
capaz de oferecer empregos a 225
milhões de homens. Em outras pa-
lavras, amanhã deveremos ter criado
esse colossal numero de empregos
casamente para conservar o nivel
de emprego de 1960, de sete anos
atrás.

Isso não mostra a falta de visão
dos alguns dirigentes em pre-
sencaram representar a ascensão das
novas gerações negando uma reali-
dade demografica, biologica, social,
económica e politica que vai in-
evitavelmente ultrarassá-la. Mostra
também o porque das infindas res-
postas desvalorizantes dos nos-
tros meios, conscientes de que as
suas estruturas não permitem au-
mentar o numero de trabalho mal-
pagos e improdutos.

O desenvolvimento e a vida econ-
mica nacional, a aspiração dos jovens
quanto a estagiarão ou a proci-
pua vegetativa, ignorantes e des-
cuidados pelo mandarinismo, polifun-
cionalidade de estruturas, burocracia e
deficiencia financeira, significam
significa para eles a frustração de
suas aspirações, a incapacidade de
despender a revolta pelo bloqueio das
oportunidades.

Grande é a carna que amargam os
meios de todo o mundo subdesarrol-
ado, sob o peso de responsabilidades
como jamais as tiveram os seus
anteriores. Não se pode, e construir
nacionalidades, e é a tarefa das

Coube-nos
lhã de ex
tivo e in
vos, cabe
to do Est
sa de nos
no admi
pelo Mini
jam, não
tos, qual
se, invad
jantiam-s
se os pa
duz o mon
testes ou
vivemos o
a força e
do, rico
internaci
ca. Condi
de agita
ntos, se
quer prov
Continen
deve, há
de bon
maiores
do o pa
ção e

memórias e afimadas com uma nova ideia, surtida da era atômica. Não é o colonialismo e do sentido da história — não tem dependências pelo Papa João XXIII — são as tremendas forças que se moveram para nos impuseram.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. Marcello de Aencar — Agradeço muito. Já esperava que V. Exa. me brindasse com um aparte.

O Sr. Eurico Rezende — Desde que a liberdade de muitas bases vindas das preocupações a V. Exa. posicional e para honra do Senado, que eu tive a honra de receber em nome do Senador Mário Marinho, comunicando-me que foi o discurso de Casa, em sessão oficial, na noite de três meses. Realmente, está em uma sentença de possibilidade pela certeza da dimensão da minha tarefa, mas vejo que não está feita microscopia suficiente a declarar tudo o que eu fiz, em virtude de uma reunião que todos nós já tivemos, durante esta Casa.

Uma é uma que não há solução de compromisso na assistência do MUD, porque é óbvio que, no momento, não há estado de repouso definitivo. O que se espera do Governo, é que V. Exa. reflita, pensando e pensando, e pensando V. Exa. não é obrigado, porque nos dá o exemplo de demonstrar, cabalmente, que o Governo Castello continua, sem qualquer dúvida, em relação ao MUD. V. Exa. aborda a questão de uma reforma constitucional, que não é oportuna, mas que, se não for feita, não se justifica a Constituição de 1964. Há uma reforma constitucional, dispensada das limitações, contra o poder dos presidentes eleitos — de uma aprovação, que os vereadores, que não têm nenhuma participação nas novas propostas. O Governo atual deve ser considerado. Não há mais discussão no Brasil. Este fato foi amplamente até pelo MUD. V. Exa. também aponta para a existência de uma possibilidade de caracterizar a quantidade de elementos da população. Mas, se não for os olhos, pelo menos a Câmara dos Deputados, votando em uma única Casa, do Congresso teve tanta gente jovem que não se fez, através das urnas livres e secretas, em novembro de 1964, e pôde de o Depuado Eurico Rezende, numa apreciação pessoal, ter dito: "Esta é uma Casa de jovens de crianças e de pais". Nesse país, há um momento econômico para a mocidade, que quer crescer, para a expressão de uma liberdade e da participação dos jovens. O Congresso Nacional se encontra dividido e dividido pela presença da mocidade em auto declaração e conteúdo a figura pública de V. Exa., que usou a oportunidade de falar, em alto nível parlamentar, sobre a situação de V. Exa., vai me permitir que eu fale com as bons sentimentos, com confiança. A mocidade que quer estudar, ouvir que não quer responder a baderna das urnas, esta mocidade teve e terá as

oportunidades. V. Exa. poderá verificar a proposta orçamentária de ano passado e a deste ano, e chegará a conclusão de que nunca drenaram tantos recursos financeiros e técnicos para o sistema universitário do Brasil. Verificará V. Exa. pelo Orçamento do Governo Federal que vai entrar em 1968 a política de construção de milhares de residências e de restaurantes para estudantes. V. Exa. se verificar através da lei que passou o ensino educacional obrigatório que o Governo Castello Branco foi um pioneiro de educação nacional, conseguindo recursos, antes jamais tentados sequer, para alimentar o sistema educacional deste País.

O Sr. Marcello de Aencar — V. Exa. vai ouvir de mim também uma recomendação do Senador Mário Marinho. S. Exa. havia me advertido de que nesta Casa, existe um aparelho bastante, mas vejo que S. Exa. não tem um outro, porque não conseguiu todo este bilhão com que V. Exa. se formulou seu aparte, porque não interpretou o sentido do nosso discurso.

Sua tarefa por saber que V. Exa. não vai ficar em silêncio, em respeito. Animo o trabalho e gostamos de fazer os outros trabalharem. Fui ao Sr. V. Exa., de que, nestes três meses, vai trabalhar bastante.

No momento, ainda não entramos na especificidade de uma crise. Estamos fazendo um esforço de análise, estamos falando dos meios, dos recursos de entendimento das autoridades governamentais. O nome de uma, por exemplo, economia e disciplina o fato de, no Governo Castello Branco, ter havido algumas palavras, nunca dantes utilizadas, no sentido de cuidar do problema do estudante. Mas, não temos dúvida de que no Governo Castello Branco, seja por sua iliberalidade, seja pelos apelos, em que ele se sustentou, algumas coisas se fizeram, alguns dinheiros chegaram. Vamos falar, em nosso discurso, nestes dinheiros que chegaram. Não estamos fazendo crítica das instituições, organizações, no setor educacional, estamos propondo ajudar aos homens do Governo como devem entender os jovens.

Vou prosseguir no meu pronunciamento. Deixa em...

O Sr. Josépbat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. Marcello de Aencar — Pois não!

O Sr. Josépbat Marinho — Exatamente para assinalar, dentro da linha do seu discurso, que o Governo entende os jovens não se limita a quem proclamar validade, mas na medida em que adotar espírito também jovem.

O Sr. Marcello de Aencar — Exato!

Obrigado ao Senador Josépbat Marinho, porque será exatamente a linha do meu discurso.

(Lendo)

Grande é a carga que suportam os jovens de todo o mundo subdesenvolvido, sob o peso de responsabilidades como jamais as tiveram as gerações anteriores. Têm que construir nacionalidades, edificar instituições democráticas e afimadas com uma nova ideia, surtida da era atômica do fim do colonialismo e do sentido da história — não tem dependências pelo Papa João XXIII — são as tremendas forças que se moveram para nos impuseram.

No Brasil sofrem cedo o embate da dupla frustração: a Universidade americana, fundada ainda pelas velhas concepções duma educação antidemocrática, dissociada duma realidade cada vez mais complexa e mais exigente de esforço cien-

ção é apenas brasileira. Recusamos a América, vemos do mundo inteiro sendo bndetras em to de vanguarda social. Mundo' lutam contra o neo colonialismo, e instaurar suas nacionalidades e socialistas autan o das faculdades egressos socialistas culturais, contra os estalinistas e em contra o demagoguismo monocrático; nos Estados Unidos também, um

oportunidade de defo-

irão como um míni
00,00 ; deram-lho
0.000,00, ou co-
na que aí está.

de todos os monon
licais, incendoiam
e diplomatas, or-
blações, invade -
o nada disto pro-
o nosas de pro -
ra.

oncis involuiu, o
rio militar, o
cia e de liberdã
tanto da cobija -
xpansão ideolôgi-

há está exponen

ar de seus isi -
conter, ela qual-

ilitarmente, do
er que cada país -

proca e provida

dar do comércio,

das lãndes, tornu
adida, sua populã-

disciplinas, e o pensamento das epor-

...do nosso círculo... da Universidade...

...de estudar... nos parece...

...de estudar... nos parece... a responsabilidade...

...de estudar... nos parece... a responsabilidade... a liberdade...

...de estudar... nos parece... a responsabilidade... a liberdade... a justiça...

...de estudar... nos parece... a responsabilidade... a liberdade... a justiça... a democracia...

...de estudar... nos parece... a responsabilidade... a liberdade... a justiça... a democracia... a Europa...

...para derrotar o nazismo e o fascismo...

...a liberdade e justiça... a segurança externa...

...a responsabilidade... a liberdade... a justiça...

...a responsabilidade... a liberdade... a justiça... a democracia...

...a responsabilidade... a liberdade... a justiça... a democracia... a cultura...

...a responsabilidade... a liberdade... a justiça... a democracia... a cultura... a liberdade...

...a responsabilidade... a liberdade... a justiça... a democracia... a cultura... a liberdade...

...a responsabilidade... a liberdade... a justiça... a democracia... a cultura... a liberdade...

...a responsabilidade... a liberdade... a justiça... a democracia... a cultura... a liberdade... a Europa...

faltam técnicos militares de alta capacidade, grande valor científico e accondrad

Apenas, 10
quisas dev
ses técnic
doz. Há p
tentavam n
guerra cad
bora monos
can "fora
dados ou c
último con
nínimo int
N
isto é, po
no entanto
cional, pr
cinquenta
A
ben ser fa
maior inco
numérico
o funciona
evidente,
ter para o
do o Fundo
vo serviço
D
do Ministé
do Seguran
blenas afc
Educação e
Brasileiro
tivo.
F
em 31 de n
um do sou
a que já e
ra aplicad
r o f o r

O Sr. Josaphat Marnho — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento ao orador) — Precisamente por estas novas afirmativas que V. Exa. está fazendo e que já se disse e com muita razão que a modernidade é uma espécie de revolução permanente.

O SR. MARCELLO ALENCAR — E a tese do meu discurso.

(Retomando a fatura)

No medo que se apossou de certas camadas dirigentes o medo da modernidade é sem dúvida o mais pernicioso porque traz os germes do assombramento dos finais dum inedito egoísmo.

Os que não queremos criar nossos filhos para a sub-humana condição de cabeças de um rebalho que a sociologia chama de homem-massa, manipulado pela propaganda apátrida, conformado incapaz de discordar, eretico e antipoda do verdadeiro cidadão, não podemos deixar de ver nesses fatos uns das mais graves ameaças ao homem como espécie.

Um dos mais terríveis livros de ficção científica o já classico "1984", de George Orwell é um brado de alerta contra essa despersonalização do homem ao ponto de torná-lo escravo doçil. Uma visão pessimista mas potencial, do quanto pode o Poder hipertrofiar-se se os homens não ceituarem a ser independentes ao ponto de sabermos e poderem lutar pela sua liberdade, de impedirem que o Estado se torne alheio e superior às suas vontades, passando a oprimi-los.

A História é nestra magnifica e inconfundível. Ela nos mostra os totalitarismos porfiando em domesticar os moços, e todos fracassando.

Há alguns anos, na Câmara dos Deputados, dizia um ilustre parlamentar e orador, que houvera uma "geração proscrita", que fóra marginalizada e não pudera dar a sua contribuição à Pátria. Cabe a nós dizer aos moços de hoje que não haverá outra geração proscrita, não para garanti-los e acuetá-los, porque há muito se determinaram com o seu sadio e viril radicalismo, mas para dizer-lhes que estamos ao lado deles, para estimulá-los nessa vontade de participar que os possui e que sabem pertencer-lhes por direito inalienável.

A História cabem os julgamento definitivos, mas não podemos deixar de apontar certas descrições nas fileiras da "eterna vigilância", o triste episódio da falência duma geração de brilhantes juristas liberais transformando-se, no final duma existência de longa pregação democrática nas trincheiras da oposição nos "leguleiros" de que falava Epitácio Pessoa, curvando o Direito aos caprichos do Poder. Essa melancólica deserção dos que sucumbiam aos apêlos da violência e do arbítrio e ajudaram a instituí-los, não será um péssimo exemplo para os moços?

O culto dos antepassados — e com ele o enraizamento das tradições familiares mais caras — só é possível quando os homens se compenetraram de que adiante estarão os seus netos, na enovelada da história, para julgá-los.

Barrère e creveu um dia que deveria ter catalogado mais um pecado ao lado dos sete pecados capitais: o da descrença.

Abertamente proclama-se a descrença nos moços, duvida-se a cada passo da capacidade de realização do povo brasileiro — como nos casos da Petrobrás e da Siderurgica Nacional e agora quanto à Energia Nuclear — enfim prepara-se com esse vírus a descrença na Democracia e no Brasil, e consequentemente aplina-se o terreno para a recolonização de nossa Pátria.

Cada geração tem a sua missão a sua destinação histórica, assim como cada um de nós nasce dotado de atributos essenciais como a Liberdade do Espírito, para a busca de um cumi-

do onde nos possamos construir, como povo e pessoa humana.

A tarefa dos moços de hoje é a de estabelecer, como a geração estudantil de um século atrás optou pela defesa duma raça escravizada e pela consequente manutenção do status quo baseado no trabalho servil, como há oitenta anos optou pela República para levar o país a outra etapa, ainda mais avançada. É a aceitação do "desafio" em que o inglês Toynton, apra a sua filosofia da história. O desafio brasileiro foi aceito por eles.

Hoje os nossos jovens querem, mais uma vez, participar da luta por novas reformas econômicas e vitais para que o país possa desenvolver-se independentemente. E se aos moços do passado, na intuição positiva da História, já não se pod a atribuir inconsequência ou ingenuidade aos de hoje então fica ainda mais ridicula e descabida essa tentativa de apresentá-los como inocente instrumento de interesses espúrios. O Congresso Nacional fica desde já convocado para um inquérito no sentido sociológico de pesquisa — porque aos de natureza policial estamos todos intoxicados "acnusciam" — um grande Inquérito Nacional sobre os estudantes brasileiros, para aliar seus anseios e preocupações. Um Inquérito para construir.

Então teremos todos oportunidade de dialogar com os moços, e lhe conhecermos o alto nível de conscientização, de preparo e de espírito público. Ouçam os líderes estudiantis, de qualquer parte do nosso território, e digam depois se será possível ainda caracterizá-los como imaturos e irresponsáveis, como inocentes life's.

leteres a Igreja acredita nos moços, e em sua sabedoria e experiência não hoje, mais do que em qualquer época, ela acolhe em seu seio os moços de todas as idades, e com eles realiza obras extraordinárias no mundo inteiro. Ai estão a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC) que não foram poupadas pelos cacadores de idéias erradas, esses "macartistas" de última hora que se aprestam para tentar minuidar também a Igreja.

Isso explica a posição da Igreja nos últimos acontecimentos relativos ao movimento estudantil e à UNE. O verdadeiro amor que é o germen da compreensão humana, só ele é capaz de estender a mão aos jovens como o está fazendo de modo até conveniente a parte esclarecida de nosso clero.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Peço desculpas, mas é que a sua presença na tribuna nos fascina e, por isso, nos convoca ao debate e V. Exa. agora, parece que na sua abrangência oratória alcançou um fato concreto — a participação da Igreja naquele movimento recentemente eclodido no País e particularmente, em São Paulo. Devo dizer a V. Exa. que a Igreja, pela sua hierarquia, criticou a participação dos dominicanos que têm vocação esquerdista...

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Falo da parte esclarecida do Clero — V. Exa. fala da parte não esclarecida.

O Sr. Eurico Rezende — Falo da hierarquia. A nota oficial da Igreja foi condenando a leviandade dos dominicanos, que já de há muito provocam acalimações na América Latina. Não são padres que mereçam muito a confiança da própria Igreja. De vez em quando dão trabalho e recebem nio, como receberam da hierarquia eclesiástica deste país. Mas o que houve nesse recente episódio estudantil foi o seguinte: O Congresso Nacional declarou a UNE fora da lei, porque ao reestruturar os órgãos de representação estudantil, proibiu a sua sobrevivência tendo em vista ela haver des-

aprecindimentos
tes! Estas pes
ez dos progres
com enorme rapi
nte-Americana sua
que os aviões de
o em serviço. Em
toriais também fi
, os engenhos bin
ogaram no fim do
ferro velho sem
potências.
tinge apenas 10%,
uzzeiros novos, e
armamento conven
de duzentos o
perfeitamento
caríamos; assim,
ondas atribuir
licos, no caso
griza, como é
seriam de mis
obra fôsse cria
quando em ofeti
ial, sob a égide
ria do Conselho
ncia, dos pro
o Ministério da
o do Congresso
asagem do Execu
armadas fizeram,
chofo, por sinal
a sua própria,
da arte da guer
s e p o s s a
e v e s e m -

faltam técnicos militares de alta capacidade, grande valor científico e acendrad
 Apenas, 10
 quisas dev
 sos técnic
 doz. Há p
 tentavam n
 guerra cad
 bora menos
 cam "fora
 dados ou c
 último con
 nínio int
 N
 isto é, po
 no ontanto
 cional, pr
 cinquenta
 A
 ben ser fa
 maior inco
 numerário
 o funciona
 ovidente,
 ter para o
 do o Fundo
 vo serviço
 D
 do Ministé
 de Seguran
 blemas afo
 Educação e
 Brasileiro
 tivo.
 F
 on 31 de n
 um de seus
 a que já e
 ra aplicad
 r o f o r o

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Precisamente por estas novas afirmativas que V. Exa. está fazendo é que já se disse e com muita razão, que a mocidade é uma espécie de revolução permanente.

O SR. MARCELLO ALENCAR — É a base do meu discurso.

(Retomando a leitura)
 No medo que se apassou de certas camadas dirigentes o medo da mocidade é sem dúvida o mais pernicioso porque traz os germes do desamor, os sinais dum ínfimo egoísmo.

Os que não queremos criar nossos filhos para a sub-humana condição de cabeças de um rebanho que a sociologia chama de homem-massa, manipulado pela propaganda apática, conformado incapaz de discordar, e, em fim o antipoda do verdadeiro cidadão, não podemos deixar de ver nesse fato uma das mais graves ameaças ao homem como espécie.

Um dos mais terríveis livros de ficção científica o já clássico "1984", de George Orwell, é um brado de alerta contra essa despersonalização do homem ao ponto de torná-lo escravo dócil. Uma visão pessimista mas potencial, do quanto pode o Poder hipertrofiar-se se os homens não continuarem a ser independentes ao ponto de saberem e poderem lutar pela sua liberdade, de impedirem que o Estado se torne alheio e superior às suas vontades, passando a oprimi-los.

A História é mestra magnífica e inconfundível. Ela nos mostra os totalitarismos porfiando em domesticar os moços, e todos fracassando.

Há alguns anos, na Câmara dos Deputados, dizia um ilustre parlamentar e orador, que houvera uma "geração proscrita", que fôra marginalizada e não pudera dar a sua contribuição à Pátria. Cabe a nós dizer aos moços de hoje que não haverá outra geração proscrita, não para garantir e aquietá-los, porque há muito se determinaram com o seu sadio e viril radicalismo, mas para dizer-lhes que estamos ao lado deles para estimulá-los nessa vontade de participar que os possui e que sabem pertencer-lhes por direito inalienável.

A História cabem os julgamento definitivos, mas não podemos deixar de apontar certas deserções nas fileiras da "eterna vigilância", o triste episódio da falência duma geração de brilhantes juristas liberais transformando-se, no final duma existência de longa pregação democrática nas trincheiras da oposição nos "leguleiros" de que falava Epitácio Pessoa, curvando o Direito aos caprichos do Poder. Essa melancólica deserção dos que sucumbiram aos apêlos da violência e do arbítrio e ajudaram a instituí-los, não será um péssimo exemplo para os moços?

O culto dos antepassados — e com ele o enraizamento das tradições familiares mais caras — só é possível quando os homens se compenetraram de que adiante estarão os seus netos, na enervilhada da história, para julgá-los.

Barrère escreveu um dia que dever-se-ia ter catalogado mais um pecado ao lado dos sete pecados capitais: o da descrença.

Abertamente proclama-se a descrença nos moços, duvida-se a cada passo da capacidade de realização do povo brasileiro — como nos casos da Petrobrás e da Siderúrgica Nacional e agora quanto à Energia Nuclear — enfim prepara-se com esse vírus a descrença na Democracia e no Brasil, e consequentemente aplasma-se o terreno para a recolonização de nossa Pátria.

Cada geração tem a sua missão a sua destinação histórica, assim como cada um de nós nasce dotado de atributos essenciais como a Liberdade do Espírito, para a busca de um cami-

não onde nos possamos construir, como povo e pessoa humana.

A tarefa dos moços de hoje éles a esqueceram. Tanto a geração estudantil de um século atrás optou pela defesa duma raça escravizada e pela consequente in-atividade do século que passou no trabalho servil, como há oitenta anos optou pela República para levar o país a outra etapa, ainda mais avançada. E a aceitação do "desafio" em que o inglês Toynebe, após a sua filoforia da história, o desafio brasileiro foi aceito por eles.

Hoje os nossos jovens querem, mais uma vez, participar da luta por novas reformas econômicas e sociais para que o país possa desenvolver-se independentemente. E se aos moços do passado, na intuição positiva da História, já não se pod a atribuir inconsequência ou ingenuidade nos de hoje então fica ainda mais ridícula e descabida essa tentativa de apresentá-los como inocente instrumento de interesses espúrios. O Congresso Nacional fica desde já convocado para um inquérito no sentido sociológico de pesquisa — porque aos de natureza policial estamos todos intoxicados "ad nauseam" — um grande Inquérito Nacional sobre os estudantes brasileiros, para atear seus anseios e preocupações. Um Inquérito para construir.

Então iremos todos oportunidde de dialogar com os moços, e lhe conhecermos o alto nível de conscientização, de preparo e de espírito público. Ouçam os líderes estudantis, de qualquer parte do nosso território, e digam depois se será possível ainda caracterizá-los como imaturos e irresponsáveis, como inocentes úteis.

lenares a Igreja acredita nos moços, e em sua sabedoria e experiência não hoje, mais do que em qualquer época, ela acolhe em seu seio os moços de todas as Idades, e com eles realiza obras extraordinárias no mundo inteiro. Al estão a Juventude Universitária Católica (JUC) a Juventude Estudantil Católica (JEC) que não foram poupadas pelos cacadores de felicitaras, esses "macartistas" de última hora que se aprestam para tentar intimidar também a Igreja.

Isso explica a posição da Igreja nos últimos acontecimentos relativos ao movimento estudantil e à UNE. O verdadeiro amor que é o germen da compreensão humana, só ele é capaz de estender a mão aos jovens como o está fazendo de modo até comovente a parte esclarecida de nosso clero.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa um aparte?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Peço desculpas, mas é que a sua presença na tribuna nos fascina e, por isso, nos convoca ao debate e V. Exa. agora, parece que na sua abrangência oratória alcançou um fato concreto — a participação da Igreja naquele movimento recentemente eclodido no País e particularmente, em São Paulo. Devo dizer a V. Exa. que a Igreja, pela sua hierarquia criticou a participação dos dominicanos que têm vocação esquerdista...

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Falo da parte esclarecida do Clero — V. Exa. fala da parte não esclarecida.

O Sr. Eurico Rezende — Falo da hierarquia. A nota oficial da Igreja foi condenando a leviandade dos dominicanos, que já de há muito provocam agitações na América Latina. Não são padres que merecem muito a confiança da própria Igreja. De vez em quando dão trabalho e recebem bito, como receberam da hierarquia eclesiástica deste país. Mas o que houve, nesse recente episódio estudantil foi o seguinte: o Congresso Nacional declarou a UNE fora da lei, porque ao reestruturar os órgãos de representação estudantil, proibiu a sua sobrevivência tendo em vista ela haver des-

aprofundimentos. Estas possibilidades dos progressos com enorme rapidez. Este-Americana sus que os aviões de o em serviço. Em materiais também, os engenhos chegaram no fim do ferro velho semo potências.

tinge apenas 10%, uzeiros novos, o armamento conven de duzentos o

perfeitamente caríamos, assim, onas atribuir licos, no caso oriza, como é seriam de mis- lora fôsse cria quando em ofeti

ial, sob a égido ria do Conselho Cncia, aos pro - o Ministério da no ao Congresso asagem do Execu- armadas fizeram,

chofe, por sinal a sua própria, da arte da guer so poss a vo sem-

mentido aquele passado de lutas li-
berárias e haver tido contato com
Brazão Jango e os agentes de agita-
ção que queriam levar este país ao
caos moral e econômico. Então, os es-
tudantes profissionais da extinta UNE
resolveram fazer um congresso da
UNE. E nisso foi feito um desafio à
autoridade constituída, que ficou nu-
ma cruzada decisiva: ou permiti-
r o congresso de um órgão espúrio
e nesse caso desmoralizar-se, ou en-
tão fazer valer a autoridade proprie-
riada por lei aprovada por este Con-
gresso, e por maioria esmagadora. En-
tão esse Congresso não se realizou. O
Governo afirmou a sua autoridade.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— V. Exa. está esquecido de que eu
crítico todo o sistema, o sistema leg-
al que in ppe essas alterações que
impõe essa modificação no sistema an-
tigo que era, evidentemente, democrá-
tico e de maior liberdade.

O Sr. Eurico Rezende — Então, fa-
ria uma pergunta a V. Exa.: O nobre
Senador critica o sistema da lei que
regulamentou que reestruturou os or-
gãos de representação estudantil?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— Em meu discurso, V. Exa. terá
oportunidade de ver o que crítico.

O Sr. Eurico Rezende — A UNE foi
criada por um decreto da ditadura que
não tem, não estabelece as atribuições,
não estabelece as linhas de compe-
tência. Esse decreto nunca teve regu-
lamentação. A reestruturação foi
feita em padrões democráticos, porque
aprovada pelo Congresso Nacional e
sancionada pelo Sr. Presidente da Re-
pública. Então, pediria que V. Exa.,
com a sua vigilância e com o seu de-
do, apontasse na representação estu-
dantil qualquer dispositivo não dito
dispositivo Sr. Senador, digo qual-
quer virgula antidemocrática. O que
passional. Pespega-se uma manchete
de jornal: "A lei é contrária ao ope-
rário". Então começa a sinfonia de
repetição, mas pediria a V. Exa., que
é um homem caracterizado pela res-
ponsabilidade, um homem que me pa-
rece sereno, numa demonstração da
sua cativante estréia nesta Casa, que
me apontasse um dispositivo sequer
da lei estudantil contrária aos in-
teresses dos estudantes ou hostil ao re-
gime democrático. Ninguém neste
país, apontará.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— Já não foi democrática a elabora-
ção dessa lei, já não foi democrático
o processo que a instituiu.

O Sr. Eurico Rezende — Democrá-
tico foi o processo que tratou da ex-
tincão da U.N.E..

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— V. Exa. afirmava que o decreto da
UNE é originário dos desvãos da di-
tadura e a sua extinção partiu de
uma superditadura.

O Sr. Eurico Rezende — Quero que
alguém me aponte um dispositivo. E'
perfeitamente provável uma ditadura
fazer uma lei democrática e é perfeit-
amente possível a um regime demo-
crático fazer uma lei ditatorial. En-
tão vamos buscar a origem, vamos
abandonar o abdômen, a fonte e va-
mos examinar a lei. V. Exa. quer fa-
zer um inquérito nacional — não pre-
cisa ir a tanto: vamos combinar; por
exemplo na segunda-feira, trarei a
lei para V. Exa. ler porque, pelo que
vamos observar V. Exa. não a leu.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— Um inquérito não é feito a varejo;
não se faz um inquérito a varejo, no-
bre Senador. Não é a pesquisa da dis-
ponibilidade legal que V. Exa. invoca. O
a que me refiro no meu discurso, tem
um conteúdo mais profundo.

O Sr. Eurico Rezende — Não, Exa.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— V. Exa. verificará que chegarei a
um ponto que vai avivar a memória
de V. Exa. Vou tratar da Lei Su-
prema.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exa.
nobre Senador Marcelo de Alencar,
não conhece ainda o hábil estilo do
nobre Senador Eurico Rezende. Toca
vez que S. Exa. é enquadrado na aná-
lise conjunta do Governo, busca fixar-
se num pormenor para desviar o orá-
do. Então, Sr. Exa. responder que
a inadequação da lei está comprova-
da no permanente conflito, desde 1954
até hoje, entre os estudantes e o Go-
verno.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. me
permite uma réplica a *l'attere*? Vejo,
de início, que o nobre Senador Josaphat
Marinho está enciumado com a nos-
sa interlocução e quer partic-par tam-
bem, como conviva, do bôlo do en-
camentamento que V. Exa. está provo-
cando. O eminente Senador Josaphat
Marinho, porém, é que foi enquadrado
na denúncia de um equívoco, porque
quase de vez em quando faz alguma
agitação por aí, agitação que não per-
turba o Governo são os estudantes
profissionais, uma minoria de estu-
dantes, e não é o estudantado.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— Nos conhecemos a definição de V.
Exa. a respeito perfeitamente.

O Sr. Eurico Rezende — E' a UNE,
órgão espúrio. Aceito as reivindica-
ções estudantis através dos microo-
rgãos de legalidade, que não os seus or-
gãos de representação, mas não acei-
to manifestação estudantil de órgão
espúrio como a UNE. Este órgão não
existe, e o próprio Congresso Nacional
afirmou que não existe. Aproveito ain-
da a oportunidade por falar em in-
quérito, para saber se o Governo agiu
bem ou mal. V. Exa. disse, no seu
discurso e disse muito bem, baseado
em estatística que quase a metade
da população brasileira é de jovens.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— Mais da metade.

O Sr. Eurico Rezende — Uns di-
zem que é quase a metade; Outros,
que é mais da metade. Enfim, um
quadro superavitário de jovens. Pois
bem foi feito um inquérito em termos
secretos, em novembro do ano passa-
do. E toda essa mocidade votou,
Faça V. Exa. um inquérito na Câmara
dos Deputados e no Senado Federal,
para saber qual foi o resultado dessa
votação, se a favor do Governo ou
contra o Governo.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— Qual o inquérito a que V. Exa. se
refere?

O Sr. Eurico Rezende — E' o inqué-
rito das urnas livres.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— Vou chegar até essas urnas livres.

O Sr. Eurico Rezende — Não é feito
por mim nem por V. Exa. E' feito
pelo único Tribunal capaz de nos jul-
gar. Não tenho o monopólio da ver-
dade e V. Exa. também não pode ter
a estatização da infatigabilidade. O po-
vo julgou e julgou louvando a política
e os resultados da política do Gover-
no Federal, do Governo revolucioná-
rio, que restabeleceu a tranquilidade
neste País, que restabeleceu o princí-
pio da austeridade que nos tirou, lá
fora de uma posição moral incômoda
para nossa Pátria.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— A pesquisa a que V. Exa. se refere
é muito secreta. Mas vou reatar o
fio do meu pensamento

(Lendo)

Ainda recentemente, no mês de ju-
lho, vinte estudantes de Medicina,
Engenharia Geografia e Enfermagem,
sob o lema "Integrar para não entre-
gar", foram para Porto Velho segui-
ndo a trilha de Rondon, num progra-
ma assistencial e técnico da Univer-
sidade de Guanabara por eles estru-
turado com o maior entusiasmo. Eles
são assim. Solicitam-lhes a colabora-
ção para tarefas de expressão e obje-
tivos nacionais e os moços estão lo-
go a postos. Não lhes pecam centu-
do para transigr com a dignidade na-
cional ou para barganhar com seus
seus ideais, porque não o fazem. Guar-
dam ainda muito vivos esses senti-

ção dos quadros "em face" da arte da guerra que veio acrescer a conveniência dejetou sobre lídáveis, um cipício. E rá de sufocar o agêncio, uma bondade ideologias (teleguiadas) qualquer da sua inensa : foguetes e dados espan a inutilidade pronta rã ra tôda a potência de bas do tipo se arman ho cos interco causar verd a imaginaçã portanto, o possa arran der a nonhu tos, deve a dentro do q racterizar ções à arte semelhante

mentos, como que em estado de pureza.
Vamos abrir esse Inquérito para ouvir o que dizem os nossos filhos, e damos graças a Deus que ele tenha esse sentido de apurar-lhes o inconformismo, porque nos Estados Unidos os mais altos responsáveis tiveram de insistir no sentido inverso: para apurar e desinteresse dos meios norte-americanos pelos destinos do seu país, o seu absoluto alheamento da coisa pública. Falou-se lá até numa "cracota silenciosa", que hoje vai quebrando esse silêncio despertado pelos horrores duma política guerrilha que a está conduzindo a esse sortecouro monstruoso de vidas humanas em que o Vietnam foi transformado. Aquil estão procurando criar a geração silenciosa.
O pecado dos nossos estudantes seria para uns o exagero nas suas ações, comprometendo com isso as finalidades dos movimentos e permitindo assim o seu desvirtuamento. Mas nem o próprio Cristo escapou da paixão, e, morido de saúda fra açoiteu os vendilhões do templo.
Afinal contra o quê protestam os nossos estudantes? Contra o entreguismo contra uma avassaladora infiltração estrangeira que drena para o exterior substancial parte das riquezas geradas pelo trabalhador brasileiro; contra a transferência dos centros decisivos da economia nacional, para os escritórios de Wall Street; contra o controle da Educação por potência estrangeira; contra a esterilização em massa de nossas mulheres por esse país afóra; contra os brasileiros que não querem mais que o Brasil guarde as fronteiras pensosamente conquistadas na eponia bandeirante, e com muito sangue e esforço mantidas pelo Exército na Guerra do Paraguai e no Sul; contra o colonialismo científico-tecnológico que nos quer impedir de ingressar na era atômica; contra o sistema de Comércio Internacional que nos obriga a exportar cada vez mais mercadorias em troca de menos dólares; contra estruturas que impedem a milhões de patriotas o acesso à cultura à terra a nível mais cristão de bem estar, submelendo-os à servidão de costumes feudais e de doenças de carência profundas por desnutrição e miséria; contra a falta de escolas; contra as peregrinações aos seus mais eminentes mestres; contra o policiamento no meio universitário.
Patriotismo em excesso? Nacionalismo? Libertação das servidões humanas? Não é preciso riscar da História vulgos como o de Tiradentes, Frei Caneca, José Bonifácio, Caxias Castro Alves, Nabuco Silva Jardim, Benjamin Constant, Floriano Peixoto e tantos outros que teriam cometido os mesmos "crimes".
Convenhamos que é gritante o número de contradições despejadas em cima duma só geração. Convenhamos que é difícil para os mocos que ontem se orgulhavam dos feitos de nossos bandeirantes, enxada nas fronteiras pátrias do nosso Exército e da nossa Marinha repellido o expansionismo do Ditador paraguaio Solano López; de Cartão, evitando a servidão do Rio Grande nos heróicos sacrificios e dores duma guerra de dez anos; que esses jovens, lendo e aprendendo tudo isso nos livros de História do Brasil, e mais a notável atuação da diplomacia brasileira com Rio Branco nas difíceis negociações e arbitramentos para diminuir dívidas quanto às nossas fronteiras; e ainda o bravo Rondon confirmando o Brasil durante muito tempo, fazendo levantamentos topográficos titânicos, como é possível que se tenha massivamente demitido de certos Ministros do Estado pensando tudo isso e tentando imprimir uma nova conceituação para a fronteira — os tristemente célebres "fronteiras ideológicas" do nascente Governo — e outra, também de encomenda e chélando a mercadoria

importada, respeitante a uma nova soberania? E a revogação de todo um patrimônio afetivo e moral.
O Sr. Desiré Guarani — Permite V. Exa. um aparte?
O SR. MARCELO DE ALENCAR — Com muito prazer.
O Sr. Desiré Guarani — V. Exa. Nobre Senador Marcelo de Alencar, esta demonstrando para V. Exa. mesmo — não para nós, que sabemos que não hávia precedência no temor em que V. Exa. se encontrava de substituir aqui, embora temporariamente, o nobre Senador Mário Martins, uma vez que não é um companheiro de V. Exa. quem o diz, mas o próprio Líder do Governo nesta Casa, Sr. Senador Eurico Rezende, que ressaltou as qualidades de V. Exa. — que está à altura de dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Sr. Senador Mário Martins. Por isso não queremos deixar que essa satisfação seja apenas sa liderança do Governo, mas de toda a Casa, uma vez que é especialmente do MDB, embora quem esteja apartando seja um representante do longiquo Amazonas, não qualificado para falar em nome do Partido. Acredito que a liderança do Partido ratificará minha conclusão. Ao fazer V. Exa. apreciação tão criteriosa enquanto às conquistas do povo brasileiro, em seus vários setores, desejo relevar a conquista do Acre, que foi incorporado aquele imenso território por decisão e luta exclusiva de sua população, dos seringueiros, dos seringalistas daquela região, sem nenhum apoio, sem nenhuma cobertura das organizações armadas brasileiras, que só chegaram no fim dos episódios, apesar do obstáculo criado pelo próprio Itamarati a que esse intento fosse alcançado, porque queria chegar a um acordo com a Bolívia sobre sua divisão. V. Exa. está fazendo uma exposição brilhante da matéria. O episódio do Acre está incorporado às conquistas da civilização brasileira pela demonstração de desejo do povo da região de permanecer integrado à comunidade brasileira.
O SR. MARCELO DE ALENCAR — Recebo o aparte de V. Exa. como excelente colaboração, ainda mais por que focalizarei; em outro pronunciamento, o problema da Amazonia e a necessidade de sua ocupação urgente. Mas, retomando. (Lendo.)
E veem estes mocos que não estão só nesses protestos, que às suas denúncias se juntam e se elevam vozes as mais respeitáveis deste país: de um homem como Alceu de Amoroso Lima, que encaneceu espalhando amor, sabedoria e compreensão; de Sobral Pinto, que igualmente aliou à sua longa vida de magistério a condição de intimorato advogado e paladino dos direitos humanos; de D. Hélder Câmara, mandacaru franzino que multiplica no Nordeste a sua sombra e a estende a todos nós, confortando-nos pela sua solidariedade; de Hamilton Nogueira que distinguu sempre a dimensão do humano e que honrou por vários anos a cadeia que agora ocupamos; de Mário Martins, coberto pelas cicatrizes de tantos anos de luta oposicionista, fiel a si mesmo ao ponto da renúncia de um mandato e hoje ilustrando esta Casa. Otto Faria Carpeux, este (Carpeux) brasileiro fanático, nascido na velha Europa, tão erudito quanto amoroso, com a juventude do nosso país.
Ficariamos aqui, Senhores, a citar indefinidamente espíritos os mais lúcidos, figuras as mais dignas, intelectuais, professores e sacerdotes que não perdem jamais de vista a verdade de que os velhos empedernidos é que fazem os mocos revoltados.
A incoerência não é portanto dos mocos. Ela parte de alguns velhos, de uma ínfima minoria que perdeu o fio da História e corre o risco de ser amaldiçoada pelos seus netos, na forte expressão de Arthur Bernardes quando alertou os seus contemporâneos

parte, a reparti-
"soal" e do "Mat
ladeira revolução
a termo-nuclear,
ponentes de guer
vera de 1954, pro
ismos irreconcili-
a borda de um pró
de, não nos deixa
bombas que, no di
beria lançar dõ-
sombra opaca das
das as espécies
ndos de um ponto
qualquer outro de
russos, com seus
mundo com veloci-
laram a todas nós
cio na imediata e
, que atinge ago-
erno-nuclear da
o cinquenta bon-
on tais bombas que
foguetes balísti-
suficiente para
considerável que
total. Cumpre,
das para que se
odes. Sem proten
grandes espíri-
rdadeiro senti d o
assin agindo, ca
a o suas aplica-
nonhuma verba com
a vez que não nos

incitado aquele passado de lutas libertadoras e haver feito caminho com Brás e Jango e os agentes da agitação que querem levar este país a caos moral e econômico. Então, os estudantes profissionais da extinta UNE resolveram fazer um congresso da UNE e nisso foi feito um desafio à autoridade constituída, que ficou numa contradição decisiva: ou permitir o congresso de um órgão espúrio e neste caso desmoralizar-se, ou então fazer valer a autoridade proporcionada por lei aprovada por este Congresso, e por maioria esmagadora. Então esse Congresso não se realizou. O Governo afirmou a sua autoridade.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — V. Exa. está esquecido de que eu critico todo o sistema, o sistema legal que há por essas alterações que impõe essa modificação no sistema antigo que era, evidentemente, democrático e de maior liberdade.

O Sr. Eurico Rezende — Então, faça uma pergunta a V. Exa.: O nobre Senador critica o sistema da lei que regulamentou, que reestrutura os órgãos de representação estudantil?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Em meu discurso, V. Exa. terá oportunidade de ver o que critico.

O Sr. Eurico Rezende — A UNE foi criada por um decreto da ditadura que não tem, não estabelece as atribuições, não estabelece as linhas de competência. Esse decreto nunca teve regulamentação. A reestruturação foi feita em padrões democráticos, porque aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Sr. Presidente da República. Então, pediria que V. Exa., com a sua vigilância e com o seu dedo, apontasse na representação estudantil qualquer dispositivo não dito dispositivo, Sr. Senador, digo qualquer virgula antidemocrática. O que passional. Pespega-se uma manchete de jornal: "A lei é contrária ao operário". Então começa a sinfonia de repelição, mas pediria a V. Exa., que é um homem caracterizado pela responsabilidade, um homem que me parece sereno, numa demonstração da sua cativante estrêta nesta Casa, que me apontasse um dispositivo sequer da lei estudantil contrária aos interesses dos estudantes ou hostil ao regime democrático. Ninguém neste país, abontará.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Já não foi democrática a elaboração dessa lei, já não foi democrático o processo que a instituiu.

O Sr. Eurico Rezende — Democrático foi o processo que tratou da extinção da U.N.E..

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — V. Exa. afirmava que o decreto da UNE é originário dos desvãos da ditadura e a sua extinção partiu de uma superditadura.

O Sr. Eurico Rezende — Quero que alguém me aponte um dispositivo. É perfeitamente provável uma ditadura fazer uma lei democrática e é perfeitamente possível a um regime democrático fazer uma lei ditatorial. Então vamos buscar a origem, vamos abandonar o abdômen, a fonte e vamos examinar a lei. V. Exa. quer fazer um inquérito nacional — não precisa ir a tanto; vamos combinar: por exemplo na segunda-feira, trarei a lei para V. Exa. ler porque, pelo que observei V. Exa. não a leu.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Um inquérito não é feito a varejo; não se faz um inquérito a varejo, nobre Senador. Não é a pesquisa da disposição legal que V. Exa. invoca. O que me refiro no meu discurso, tem sentido mais profundo.

O Sr. Eurico Rezende — Não, Exa. **O SR. MARCELLO DE ALENCAR** — V. Exa. verificará que cheguei a um ponto que vai avivar a memória de V. Exa. Vou tratar da Lei Su-

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exa. nobre Senador Marcelo de Alencar, não conhece ainda o nável estilo do nobre Senador Eurico Rezende. Toda vez que S. Exa. é enquadrado na análise conjunta do Governo busca fixar-se num pormenor para desviar o orador. Então a S. Exa. responder que a inadequação da lei está comprovada no permanente conflito, desde 1964 até hoje, entre os estudantes e o Governo.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. me permite uma réplica a *littere*? Vejo, de início, que o nobre Senador Josaphat Marinho está enclausurado com a nossa interlocução e quer partir por também, como conviva, do bôlo do encantamento que V. Exa. está provocando. O eminente Senador Josaphat Marinho, porém, é que foi enquadrado na denúncia de um equívoco, porque quarta de vez em quando faz alguma agitação por aí, agitação que não perturba o Governo são os estudantes profissionais, uma minoria de estudantes e não é o estudantado.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Nos conhecemos, a definição de V. Exa. a respeito perfeitamente.

O Sr. Eurico Rezende — É a UNE, órgão espúrio. Acélio as reivindicações estudantis através dos microórgãos de legalidade, que não os seus órgãos de representação, mas não aceito manifestação estudantil de órgão espúrio como a UNE. Este órgão não existe, e o próprio Congresso Nacional afirmou que não existe. Aproveito ainda a oportunidade por falar em inquérito, para saber se o Governo agiu bem ou mal. V. Exa. disse, no seu discurso e disse muito bem, baseado em estatística que quase a metade da população brasileira é de jovens.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Mais da metade.

O Sr. Eurico Rezende — Uns dizem que é quase a metade; Outros, que é mais da metade. Enfim, um quadro superavitário de jovens. Pois bem foi feito um inquérito em termos secretos, em novembro do ano passado. E toda essa mocidade votou. Faça V. Exa. um inquérito na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para saber qual foi o resultado dessa votação, se a favor do Governo ou contra o Governo.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Qual o inquérito a que V. Exa. se refere?

O Sr. Eurico Rezende — É o inquérito das urnas livres.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Vou chegar até essas urnas livres.

O Sr. Eurico Rezende — Não é feito por mim nem por V. Exa. É feito pelo único Tribunal capaz de nos julgar. Não tenho o monopólio da verdade e V. Exa. também não pode ter a estatização da infabilidade. O povo julgou e julgou louvando a política e os resultados da política do Governo Federal, do Governo revolucionário, que restabeleceu a tranquilidade neste País que restabeleceu o princípio da austeridade que nos tirou lá fora de uma posição moral incômoda para nossa Pátria.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — A pesquisa a que V. Exa. se refere é muito secreta. Mas vou reatar o fio do meu pensamento

(Lendo)
Ainda recentemente, no mês de julho, vinte estudantes de Medicina, Engenharia, Geografia e Enfermagem, sob o lema "Integrar para não entregar", foram para Porto Velho seguindo a trilha de Rondon, num programa assistencial e técnico da Universidade da Guanabara por eles estruturado com o maior entusiasmo. Eles são assim. Solicitem-lhes a colaboração para tarefas de expressão e objetivos nacionais e os moços estarão logo a postos. Não lhes peçam contudo para transitar com a dignidade nacional ou para barganhar com seus seus ideais, porque não o farão. Guardam ainda muito vivos esses senti-

ção
provi
to cr
fissi
rável
la di
tuir
mons
se de
vinte
rido
la co
dinár
na ma
rosis
nha d
servi
nadas
nas e
sua m
nos a
fôrço
baste
front
de gu
tenos
indico
to na
fêz de
zor, c
ôstos;
vista
foi sù
suas l
dos os
do do
rio, e
número

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Eu é presente em todos os Ministérios.

O Sr. Eurico Rezende — Não, Excelência!

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Os órgãos de segurança do Governo estão em todos os Ministérios, e V. Ex. sabe a bem saber o ambiente de desconfiança que existe nos respectivos quadros.

O Sr. Eurico Rezende — Não há!

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — "Amiga V. Ex." que eu continuei a sua discursão...

O Sr. Eurico Rezende — Apenas para complementar o quei apárie: na fase Castello Branco, fase rentista da conjuntura, era o regime de exceção de caráter democrático; não o regime totalmente democrático, não o foi em benefício do país, não porque, então, com a política de rendimentos não se teria feito o desenvolvimento moral e econômico do país. Mas o atual Governo está na fase de uma total clínica democrática.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Comenzado por confinamentos...

O Sr. Eurico Rezende — Vossa Excelência está sonhando com uma inquisição que não existe, para honra deste país. Não existe inquisição em nenhum Ministério, e muito menos no Ministério da Educação. Existe é a inquisição e a falta do trabalho construtivo. V. Ex. verifica...

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Inquisição dá trabalho, Senador!

O Sr. Eurico Rezende — ... que o Ministério Tal — D. D. — está há poucos meses, no Ministério da Educação, mas é um homem que vem cumprindo toda a portentosa geografia deste país, visitando escolas, mantendo contatos com universidade, estabelecendo diálogos com a classe estudantil.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Diálogos com os muros das universidades.

O Sr. Eurico Rezende — Vossa Excelência está sendo, não digo injusto, mas está sendo extremamente, infelicitosamente, pessimista. Ainda não teve oportunidade de observar, realmente o fenômeno brasileiro nos tempos atuais.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — V. Ex. sabe que eu falo para a frente, para o adiante; V. Ex. sabe que eu falo de moços para os trocos, V. Ex. fala de costas, fala para o atrás, para o passado.

O Sr. Eurico Rezende — Vossa Excelência está falando para o passado, pois fala em inquisição, mais velha que a mãe da Braga.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Mas a inquisição existe através dos tempos; é extrapolada de um século a outro.

(Riso)

Os estudantes, como parcela ativa da sociedade brasileira, não podem, nem se o quisessem, ficar indiferentes aos destinos da sua sociedade, aos seus próprios destinos, nem estão dispostos — como não o está o cidadão — a entregar a responsabilidade, por mais ilibados que sejam, a decisão de seu futuro. Sabem os moços que corre a nacionalidade, também, esta intromissão nas universidades, e sabem ainda de tudo que amanhã eles é que virão assombrados neste Congresso e em suas mesas das grandes decisões nacionais e internacionais.

Estão lutando por isso, estão formando os seus quadros, estão debatendo com seriedade e competência os problemas nacionais e internacionais e aprenderam há muitos anos que se não se organizassem para lutar uni-

doz, não teriam obtido ensino gratuito, nem melhores vencimentos para seus professores — consequentemente melhores professores — e sabros principalmente que ainda têm muito o que fazer no próprio campo de Educação: a Reforma da Universidade, para que o Brasil forme mais técnicos e menos burocratas.

Ao invés dessa modernização o que vem é o retrocesso, promovido por ligas de educadores convocados, não se sabe em que língua, "bonzos" que desejam a volta ao sistema da polivalência. Os catedráticos mais jovens, os valores mais brilhantes de nossa geração intelectual dos últimos vinte anos, enfim, os mais originais pensadores, que começavam a formar a vanguarda nos meios docentes brasileiros, foram brutalmente afastados de suas cátedras, e a Universidade voltou ao letargo e à paz dos célestes antigos.

Existe um Celso Furlado, aluno de pela jura venatória dos "lisões" vive-se a cultura brasileira do ensino copiando dessa pátria, romba, e ao Nordeste — tão desafiado de quadros — tudo em nome da segurança nacional, relacionada por sua vez ao hemisfério e ao bloco ocidental.

No dia seguinte este moço é contratado a péso de ouro por duas das mais tradicionais e melhores Universidades norte-americanas, que são exatamente algumas das agências que produzem e equacionam as categorias dessa segurança. E para aumentar ainda mais o desgosto e a perplexidade de todos nós, está ele já algum tempo ensinando na Sorbonne — na de verdade — transmitindo os seus ensinamentos aos moços de outros países. Foi essa a "reforma" da Universidade apresentada aos estudantes, uma reforma às avessas, em que o Governo procurou banir os valores jovens, esclarecidos e atualizados, para vestir os saítes de outras paróquias.

Os exemplos seriam intermináveis, tanto são os cientistas moços que foram procurar outros países deixando aqui lacunas difíceis de preencher, pauperizando os quadros de importantes empresas para-estatais ou sendo então contratados especialmente pela iniciativa privada estrangeira.

E o Brasil alimentando o "brata drain", dando-se ao luxo de exportar o mais precioso e o mais escasso dos seus capitais, os técnicos, o "know-how". Isto é cuidar da segurança nacional? Sombrio é o futuro que aguarda os estudantes, quando amanhã demandarem o acesso aos quadros técnicos, sob a permanente ameaça dos expurgos, obrigados a não pensar em termos do Brasil, esfreados nas suas pesquisas, para não desmentirem as verdades oficiais.

Em maio deste ano o "Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais", do Ministério da Educação, concluiu um importante pesquisa feita em dez Estados (dezoito mil entrevistados) que a maioria dos universitários pertence a famílias que possuem bens. São pois exatas as palavras de Kennedy, reconhecendo nos estudantes dos países latino-americanos o motor do idealismo, capaz de colocar os filhos das classes privilegiadas em posição de luta contra esses privilégios.

E não se diga, se era minoria os estudantes que por aí agora estão assumindo a sua parcela de responsabilidade: as "eleições" eleitorais realizadas pela medietal lei, Smiley tem demonstrado o oposto. Os votos em branco venceram esmagadoramente o total dos votos dados aos candidatos ou venceram quase sempre, numa proporcão de 10 para 1, as chapas de conteúdo democrático e nacionalista. São assim os moços do Brasil, não moços, insuscetíveis de se acomodarem ao bridão, impossíveis de encaixar no conformismo e na sobrevivência covarde, e esta é a garantia de que amanhã nossa pátria prosseguirá no caminho da Justiça Social.

O fenômeno não é apenas brasileiro, nem se circunscreve à América Latina. Os jovens do mundo inteiro estão empunhando bandeiras em todas as linhas de vanguarda social. No "Terceiro Mundo" lutam contra o colonialismo e o neo-colonialismo, e começam a construir suas nacionalidades; nos países socialistas lutam pela libertação das cadeias doutrinárias, contra o oficialismo cultural, contra os resquícios estalinistas e — em muitos deles contra o centrismo ideológico, o neopcentrismo; nos Estados Unidos começam também, ainda timidamente, em certos centros universitários, a "reorganização" como em Berkeley na Califórnia; — hoje às voltas com o supply americano, um extorridor de filmes de parolões agora travestido de Governador fascista que intervém numa das mais importantes Universidades do país e ate violentamente, de armas em punho, como os estudantes negros, de Detroit e Birmingham; na Europa ocidental até na austera Londres os jovens universitários, às vezes na companhia do moço Bertrand Russell saem às ruas em campanhas humanísticas pela paz e protestam contra a política exterior do seu Governo, que consideram subserviente.

Um jornalista francês disse que os jovens são "os novos proletários"; o Governador Ronald Reagan definiu-os como "delinquentes juvenis", um Ministro da Educação do Brasil, no Governo anterior, classificava-os como "instrumentos" de terceiros interessados na agitação, mas tudo não passa de palavras. Quem — poderá definir os moços, serão eles próprios? Eles são o que são; radicais porque desejam ir às raízes das estruturas endurcidas e esralzadas; revolucionários porque estão sendo levados a agir diretamente sobre a sociedade, para modificar a segundo suas aspirações democráticas e libertárias; dignos porque respeitam, da nossa admiração porque idealistas. Dignos do nosso amor porque nossos filhos.

Voltada para o futuro, a moçada de agora não dirá de 1964 o que tantos homens — sempre voltados para o passado — disseram de 1937: "Lembrai-vos de 37!", disseram os que em 84, golpearam a Constituição, as leis e os direitos humanos, desmentindo-se trinta anos depois. Trinta anos durante os quais enganaram a si ou aos outros. A nossa moçada não dirá o mesmo, ela nem se lembrará de 1964 porque não tirá tempo para fazê-lo. Estará empenhada em construir o Brasil com que todos sonhamos, um Brasil que só terá lugar depois de virada a última página dos estertores duma fase social neo-social moribunda e duma geração catonizada, atemorizada e impaz de amar e compreender os moços. (Muito bem! Muito bem! Parabéns. O orador é cumprimentado)

Uma complexa situação e diferente, quer dupá-los, pois que são os mais visados. Haja epública Árabe Unida, desencadados sobre lizararam totalmente to paralizand-os.

e material a propriedades. Muito mo contrá-nentem a importância do

CONGRESSISTA: *Murilo de Alencar*
 PROJETO N.º
 Nº
 DC de 06/10/67 10-SF-04 Pg 2314
 CO N.º / de / /

*para do ha
 2) Ataque a
 lucas e ao
 Górnio*

Não iremos aqui intervir no vicio acadêmico, ou literário, de encobrir pelos oficiais e longos cabelos históricos que marcaram essa ocasião. Os sacrifícios, as lutas, a violência, o sangue derramado às vezes para a conquista do direito de trabalhar apenas em horas d'obra e da demarcação do trabalho nas plantas fabris, a exploração do suor, tudo isto, cu' per se sir, páginas de ontem, com que braves e desconhecidos homens, escreveram a mental sã da nossa liberdade.

A constituição da nossa primeira República temia a certa época depois de "Pátem in terra", quando a primeira intervenção do Sr. Humberto de Alencar, acusou a falta de justiça e a falta dos trabalhadores para aturar politicamente na defesa dos seus direitos, para impedir em as individuais tendências de dominação dos que possuem o poder econômico financeiro.

E as consciências de falsos cristãos ficaram de tal modo abaladas que alguns deles procuraram relacionar esse apoio com o que há um século atrás Marx e Engels fizeram pela união de todos os proletários do mundo.

O Brasil não fazia exceção a esse movimento ascensional dos classes trabalhadores, e embora vitado pela origem um ano artificial, marcado pelo vicio da outorça governamental e paternalística e ainda submetido a intromissões indevidas do Poder Público, como decorrência desta própria marca de nascimento, o sindicalismo brasileiro ia apesar disso, fazendo a sua experiência, crescendo e amadurecendo aos poucos, como o próprio Brasil.

Despedidas, porém, sobre este País as determinações do movimento de abril, as classes trabalhadoras voltaram, do regime de semi-constitucionalismo em que lhes era permitido ir lutando e crescendo, ao regime da incapacidade absoluta. Não há, ainda de novo, nessa filosofia fascizante que considera o povo, especialmente os trabalhadores, como menores incapazes de auto-governo a necessidade ainda de tutela.

Houve assim um retrocesso neste país, que é reconhecido em qualquer parte do mundo, e até no Senado norte-americano por Senadores da nova alta responsabilidade e responsabilidade como Wayne Morse e Robert Kennedy.

Nessa retrocesso quem mais reagiu foram os trabalhadores, os maiores derrotados do movimento de abril, e sobre os quais choveu e continua a chover todo um arsenal de restrições, cassações de direitos e anulações de conquistas anteriores através Ato, Decretos e Leis voltadas ao arrepro das tendências humanizadoras e progressistas que caracterizam os novos tempos.

Os atentados aos direitos dos trabalhadores, sejam os de fato — pela coação e terror semeados nos meios sindicais pelas policias políticas — foram e têm sido metódicamente cometidos, como em obediência a planos, a uma estratégia que é a do anti-desenvolvimento.

No terreno político a frustração brutal dos direitos de greve e de associação e reunião, e no terreno econômico o arrocho salarial, o ênus da política de estabilização decretado sobre o lar do operário.

Os profetas dessa castidade da personalidade sindical dos trabalhadores alegaram — na preparação das condições que vieram a determinar o 1º de abril mais falso de toda a nossa história porque era verdadeiro, tristemente verdadeiro — esses profetas já aquele tempo atribuíam aos trabalhadores a culpa de tudo o que consideravam existir de negativo no país; eram culpados da inflação porque os aumentos dos seus salários é que a determinavam, e

culpados da anarquia e da subversão que os atingiu e que haviam levado ao Poder aqueles políticos que lhes permitiam fazer tantas coisas.

E não há que dizer que houve fundações de uma forma de Estado e de um governo que da justiça e da liberdade nacional, sempre disponíveis, essas reconhecidas e estranhas, para a justificação de todas as aventuras anti-democráticas e anti-nacionais. O Sr. Adão Steinbrach — Ferraz V. Exa. um aparte?

O SR. MARCELLO ALENCAR — Com muito prazer.

O Sr. Adão Steinbrach — V. Exa. trata um dos pontos de ataque a lei de greve, principalmente em relação a classe trabalhadora. Os sindicatos, embora tenham existido há muito tempo viveram numa situação de interseção letal e outros não podem agitar aos associados como candidatos a postos eleitorais, porque, antes, tem que passar pelo crivo do D. P. e do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Mas um fato eu quero trazer a consideração de V. Exa., para demonstrar a perseguição que se está fazendo a classe trabalhadora neste País. Aprovou o Congresso Nacional projeto de lei de autoria do hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sr. Lucio Cardoso, na época Departamento de Trabalho, determinando que os direitos dos operários na Justiça do Trabalho seriam preferenciais, isto é, privilegiados na sua realização — créditos relativos a férias, ferias, indenizações em razão de rescisão contratual pela falência, entre os outros baixados — e tudo isso não me engano, forma a mais de um centenas pelo Governo anterior, e a lei que vinha ocorrer o empacado que pudesse empacotar no caso de falência, a realização dos créditos relativos naquela empresa que cessava, em virtude de falência, pertencia às verbas. Hoje, o empregado pode beneficiar-se no trabalho como empregado quirografário. Vê V. Exa. que a política anti-operário do governo anterior chegou ao ponto de não ter direito evidente em muitos casos de do mundo e que lei de impedimento de elemento, inclusive preferência a EUDN, que hoje emprega o primo de sua cultura e o vigor de seu talento ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Originado pelo projeto de V. Exa. A respeito da jurisprudência da P. O. S. V. Exa. tem oportunidade de voltar que a lei me tenha em meu curso. Mas o aparte de V. Exa. me traz à memória um dado específico, é que todas essas leis de arrocho, inclusive, absorvem como este; deste que o dissídio está em vias de ser homologado, o trabalhador que pertença a uma empresa de baixa produtividade, que tenha problemas financeiros, poderá ver o resultado deste dissídio, suspenso em face desta situação particular. Parece-me uma das *sui generis* formulas de opimir o trabalhador brasileiro.

O Sr. Dinarte Maria — V. Exa. dá licença para um parte?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Com muito prazer.

O Sr. Dinarte Maria — Não ouvi o início do discurso de V. Exa. após o costumeiro brilho, mas assim, ao parte do nobre Senador Adão Steinbrach e parece que o assunto e a pressão que o Governo atual está fazendo à classe trabalhadora. Tenho a impressão, nobre Senador, de que nunca houve, neste País, tanta calma, tanta tranquilidade. O governo atual, voltado para os interesses do povo, tem procurado a tranquilidade da demagogia, da exploração que se fazia antigamente: exploração do operariado, envenenando-o pelo sistema demagógico, insuflando-o para levá-lo à desordem, e a consequente in-

O SR. MARCELLO DE ALENCAR: (Sem veredito do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, a primeira vez que ocupei a tribuna desta Casa foi para falar da mediocridade brasileira, especialmente dos estudantes brasileiros. Fazíamos, então, da nossa voz a voz do protesto contra a falta de entendimento das elites dirigentes do País para com esta parcela maior do povo brasileiro. Hoje ocupei esta tribuna porque sinto que desta Casa, deveria partir uma voz que possa significar, intervir na realidade, o desencanto e o drama do trabalhador brasileiro.

(Lendo): Sr. Presidente, dentre os sinais característicos dos novos tempos, apontados pelos modernos historiadores e sociólogos, e pelo Papa João XXIII na *Humanae Vitae*, como princípios fundamentais da obra de renovação do mundo, está a ascensão das massas trabalhadoras.

SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Prot. / Assunto: / Interessas / Cargo e s / INFORMAÇÃO

seguinte

T

Período r

De acordo / Ao Senhor

CI

AUTORIZO.

Em /

I

tranquilidade às próprias famílias e a Nação Brasileira, trabalha-se de acordo com as possibilidades de cada região e de cada indivíduo, e não se perca que jogar pedras numa Governança que está, realmente, procurando o caminho certo para levar o País ao seu destino, que é, no caso, a estabilidade econômica que beneficia, em primeiro lugar, o trabalhador, e com a inflação. É, nesta altura, tenho a impressão de que aqueles que desçam o braço e ajar social desta Nação não podem esperar que o Governo volte ao sistema demagógico, ao tempo das greves políticas. Finalmente, o que estamos vendo é o contrário, e o esforço do Governo no sentido de levar o País a tranquilidade social, ao bem-estar social, combatendo a inflação, que foi causa da desordem e da demagogia do passado. O Governo não tem um objetivo: estabilidade econômica; bem-estar social; enfim, o bem das classes trabalhadoras.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Agradeço o aparte de V. Exa. e muito luto a humilhação alta com que V. Exa. está defendendo o Governo quando nós, da Oposição, procuramos demonstrar-lhe as equívocos em relação ao trato dos problemas dos trabalhadores. No decorrer do meu discurso V. Exa. vai-se certificar de que, em primeiro lugar, aquela aparência de agitação, que recejava alguns...

O Sr. Dinarte Mariz — Aparência de... pânico?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Sim, é para mim aparência de agitação. O que se diz para preparar o golpe de 17 de abril, era que os sindicatos estavam armados. Não me consta que isso fosse real. Atuei em diversos processos na Justiça Militar e, até hoje, não me foi dada oportunidade de verificar que em algum sindicato se encontrasse sequer uma pistola. Verifique V. Exa. foi uma construção de que vou tratar no meu discurso, homem de boa fé, como V. Exa. ensinou-se no movimento, acendeu o...

O Sr. Dinarte Mariz — Apenas quero lembrar a V. Exa. que a desordem chegou a tal ponto que soldados de determinada entidade militar iam ocupar os sindicatos para promover a greve. Naturalmente não era uma greve tão pacífica se não contasse com o governo para insultar a ordem e a que estava lançada o...

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Sei que o povo junto, o povo reunido atemoriza muita gente. Disto tenho bastante certeza. Mas vou prosseguir na linha de meu discurso e V. Exa. verificará como exaustivo com amplitude a posição do governo em relação à classe dos trabalhadores.

O Sr. Josephat Marinho — Permite V. Exa. antes de prosseguir?

O Sr. Josephat Marinho (Do orador) — Permite V. Exa. antes de prosseguir? Assentimento. Em primeiro lugar, conviria aceitarmos, em debate no nobre Senador da ARENA, que não há exemplo, em qualquer povo, depois que as massas trabalhadoras deixaram de ser simples instrumentos de mão-de-branca do capitalismo dominante, de que elas não conquistaram seus direitos pela rebelião contra os privilégios. Isto não é subversão, isto é a reação das classes oprimidas contra os detentores do poder econômico. Mas para verificar que a atual situação brasileira não tem o caráter de justiça a que se refere o nobre Senador Dinarte Mariz, basta reler a proposta que ainda está em vigor, levou ao Governo da República não um homem da Oposição, mas o nobre Senador Carralho Pinto, um dos líderes da ARENA. Além de ter proclamado, em discurso nesta Casa, que a política salarial era pre-

judicial aos direitos humanos dos trabalhadores...

O Sr. Aarão Steinbruch — E ao desenvolvimento da nação.

O Sr. Josephat Marinho — ... é ao desenvolvimento da nação, S. Exa. acaba de levar ao Governo a sugestão de adotar um salário de emergência para corrigir as terríveis desigualdades econômicas com que estão sendo tratados os assalariados diante da política inflacionária.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — V. Exa. antecipa alguns pontos do meu discurso, o que agradeço.

O Sr. Aarão Steinbruch — Já referido pelo nobre Senador Dinarte Mariz, que aparteu V. Exa. em favor, parece-me, do meu aparte. Citei o caso de um projeto de lei apresentado por ex-entrega de S. Exa. da U.D.N., o Delyio Delyio Cláudio, nome que aqui votamos para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Então pergunto: é justo? Faltou, era S. Exa. também na demora porque elaborou projeto dessa natureza, e a Câmara também o era, toda ela, porque votou unanimemente.

E também o Senado da República, e o Presidente da República, que a sancionou. Essa proposição determinava multa eletromotriz, qual seja, a de que o crédito dos operários fosse privilegiado no caso de falência da empresa, mas não era a maior parte, caso crédito é eletromotriz.

O Sr. Dinarte Mariz — Gostaria, nobre Senador Aarão Steinbruch, de que um esclarecimento a propósito do aparte do nobre Senador Josephat Marinho. O Governo, ao contrário do que se pensa, está atento à política salarial, a situação do operariado brasileiro. V. Exa. estudioso do assunto, não desconhece que o Governo apenas está cumprindo uma política salarial que encontrou, proveniente de lei ainda em vigor, mas, apesar disso, está preocupado e interessado em resolver os problemas que afligem o nosso operariado, a fim de que possa chegar aquele estágio comum aos países desenvolvidos. O próprio Senador Josephat Marinho, que batizou palmas à revolução, portanto não faz o mesmo juízo que V. Exa. Aceitou a revolução como medida justa, na sua época, e da tribuna do Senado, em aparte que me concedeu, confesso, não se justificou, mas não justifico depois os erros da revolução. Deu oportunidade a que eu dissesse que a diferença entre mim e S. Exa. era que admitiu a revolução — como eu — mas não teve a fé — que conduziu a lei — na solução dos problemas do povo dentro do sistema revolucionário. Portanto, tenho a impressão — apesar de não ter o mesmo juízo que V. Exa. em relação à revolução — tenho a impressão de que se por injusta se poderá negar ao Governo atual o mérito que esta demonstrando para que todas as classes sociais, principalmente a trabalhadora, possam realmente viver, muito em breve, em regime mais humano, em paz social. Fêz a declaração que desejava fazer neste aparte ao discurso de V. Exa.

O Sr. Josephat Marinho — Permite-me o nobre orador?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não!

O Sr. Josephat Marinho — Não desejo peculiarizar V. Exa., mas quero reiterar o fato, para que não se consigne nos Anais do Senado um equívoco. Não declarei, nesta Casa, houvesse sido revolucionário nem houvesse demandado a revolução.

O Sr. Dinarte Mariz — Também eu não o disse.

O Sr. Josephat Marinho — V. Exa. acaba de dizer isto.

O Sr. Dinarte Mariz — V. Exa. está enganado. Disse que V. Exa. admitiu a revolução.

do r

ção

Nú

tal

de dias

lo. Em / /19 /eração do Senhor Di /eral.

retor do Pessoal /icha de freqüência. /19

carregado

Prot.
Assunto:
Interessado:
Cargo e símbolo
INFORMAÇÃO:

seguinte

dos. Mas o juiz ser nomeado foi importante, coisa muito importante para o Governo Castello Branco.

O Sr. Eurico Rezende — Os Ministros do Tribunal de Recursos nunca foram concursados...

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Estou falando de juizes.

O Sr. Eurico Rezende — O Tribunal Federal de Recursos é o órgão cúpula desta Justiça.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Não há Tribunal Superior que dispense o concurso.

O Sr. Eurico Rezende — Não há falta de lógica, na dispensa do concurso para primeira investidura de juizes inferiores. Ademais, temos que salientar a circunstância de que todos os nomes dos juizes nomeados foram submetidos, previamente, ao crivo do Senado. E ainda há outra circunstância: o Senado não funcionou neste episódio — V. Exª não estava aqui, inicialmente — apenas como órgão homologatório. Rejeitamos aqui, varias indicações, o que caracteriza o processo rigorosamente seletivo do Senado Federal. Não me parece que fiquem para dois Senadores da República entenderem que a chance do Senado não é bastante para esse provimento.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Sr. Presidente, vou retomar o fio do meu discurso.

(Lendo):

Os Sindicatos, para esses deméritos da salvação pela violência e pelo sangue, não se comportavam como deveriam. E citavam exemplos estrangeiros para terminar invariavelmente suas críticas caracterizando nossos líderes sindicais como "um bando de peléjos".

O SR. PRESIDENTE:

(Guido, Mondin) — A Presidência informou ao nobre orador que a hora do Expediente está a esgotar-se. Se V. Exª pode concluir o seu discurso dentro de breves momentos, a Presidência aguardará. Se não, teremos que obedecer o Regimento, deixando-o para após a Ordem do Dia.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Sr. Presidente, estou sendo informado de que a praxe da Casa é permitir liberalidade nesses casos. Mesmo porque, estou sendo muito interrompido. Mas prossigo:

(Lendo):

As classes dirigentes podiam fornecer os piores exemplo de empreguismo, de política de clientela, corrupção, concessão de impostos, são recolhimento das contribuições da previdência e advocacia administrativa, justificava-se, porque afinal o Brasil é um país subdesenvolvido e as coisas devem melhorar aos poucos...

Os Sindicatos não. Esses não deveriam refletir as condições da realidade que os cerca, e da qual fazem parte. Deveriam comportar-se como instituições de países avançados, de longa tradição sindical e democrática, como se não soubessem que na sua infância também os hoje disciplinados sindicatos britânicos e italianos chegaram até a apelar para a violência.

Há quarenta anos, apenas para citar um exemplo, alguns sindicatos italianos tomaram fábricas, ocuparam-nas pela violência.

Abstraem-se propositalmente os condicionamentos históricos, econômicos e sociais, esquecem-se verdades elementares como a de que os sindicatos refletem na sua reinvidicações o estado da economia e o comportamento das classes dirigentes, quando, pela história dos Sindicatos europeus

pode-se também ver que, tratados nos seus primeiros dias como "cão de polícia" pelas classes patronais apavoradas pela violência e então tão eficientemente no anarquismo que caracterizou grande parte das lutas sociais no Velho Continente.

As pressões livres e democráticas, quando exercidas pelos Sindicatos em manifestações ordeiras e específicas, eram logo tratadas de coação sobre os poderes e de ameaça às classes produtoras. Mas ninguém ligava, como ainda há pouco agia, manipulando a escandalosa alta do dólar denunciada até por Eugênio Gudin como negócio imoral.

Pedia haver, como há, política de clientela em todos os níveis, mas só o clientelismo sindical de alguns "peléjos" era todavia motivo de constatações anátemas e denúncias, como se toda a atividade não comportasse infelizmente os seus "profiteiros".

E quem procurasse demonstrar que o nosso movimento sindical não podia ser melhor nem pior do que a realidade Brasileira, quem pretendesse mostrar que o sindicalismo nos países subdesenvolvidos tem de comportar substancial conteúdo político, que enquanto o Sindicato do país rico está reivindicando cursos para atualização da mão de obra qualificada, o Sindicato do país em vias de desenvolver-se está lutando para firmar-se, está absorvido na defesa de direitos os mais elementares, como a estabilidade e salários, quem assumisse tal posição era imediatamente acimado de subversivo e comunista.

Os que elogiavam muito os Sindicatos dos países ricos deviam também considerar que o capitalismo de muitos deles, longe de reprimir os trabalhadores pela violência, está se mobilizando, caminhando prudentemente para o que se tem convencionalmente chamar "neo-capitalismo".

Enquanto isso aqui no Brasil ca-hotava-se sistematicamente a implementação do direito de greve, o direito de cruzar os braços, o gesto da não-violência, da "ahimsa" com que o santo rebelde Ghandi libertou da escravidão colonial o seu povo. O gênio de Ghandi foi mostrar aos seus concidadãos que a alternativa para a não violência não era a submissão ao estrangeiro por mais cem anos, e sim a violência, a luta fratricida, o acirramento das lutas de classe.

Nem o direito da não-violência, que é o direito de greve, cabe aos nossos trabalhadores. Que rumos tomara então um dia o desespero que a fome dos seus filhos vai acumulando no espírito de cada assalariado neste país?

O Senhor de latifúndio pode comportar-se com a truculência e a desconsideração denunciadas, há pouco, pela Juventude Operária Católica (JOC) do Nordeste, mas os líderes sindicais devem agir civilizadamente, em equilíbrio, moderação e espírito de transigência.

Há portanto contradições, as contradições que nos permitem enfim concordar em que estamos diante duma "hipórisia estrutural", na expressão do sábio filósofo francês, Thomas Cardonell.

Em nenhum setor como nesse da Justiça Social o pretexto campala tão livremente, encobrendo consciências retrógradas, gananciosas e anti-cristãs.

Nem a Igreja, milenarmente contemporizadora e habituada a ver a transição dos séculos e fases, nem ela pode suportar essa falácia do mundo ocidental e terminou agora por rom-

Assunto:
verifica-se o

Número de dias	
Gozados	A gozar

dias

m / /19
do Senhor Di

do Pessoal
do frequência.

egado

T O T /

Período requerido

De acôrdo. Em
Ao Senhor Diretor

Chefe

AUTORIZO. PUBL
Em / /19

Diretor

O Sr. Josephat Marinho — Declara aqui que não aprova a agitação revolucionária no fim do Governo passado e, como muitos brasileiros, esperava que a revolução estivesse, electricamente, a ordem no País, para garantir o processo de desenvolvimento.

O Sr. Duarte Mariz — Como, graças a Deus, está ocorrendo.

O Sr. Josephat Marinho — Foi apodaxado. Não fui revolucionário. Não quero ser. Não quero tomar aos que tinham a responsabilidade hoje a responsabilidade do poder.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Não sou um homem. Senador Duarte Mariz, muito voltado para o passado, mas, como um eu pronunciamento e um pronunciamento de análise, quero criticar o sistema que se implantou porque, como homem brasileiro, apavorado de ler isso, como sou, contra o governo pro de 1 de abril, se não houvesse resultado em certas áreas para o nosso País, a minha crítica seria a outra, a minha voz seria a outra hoje aqui. Pelo menos calada.

Quero destacar, entretanto, que esse sistema que se implantou precisa mudar de mentalidade, ater-se a outros mecanismos, acertar-se com outras condições.

Vejam V. Exa. o Presidente Costa e Silva, quando foi investido — e já no período anterior, no que chamava de "companhia" para uma eleição indireta — procurou identificar-se com as várias populações do País. E, realmente, teve uma assessoria muito boa no sentido de lhe criar uma imagem. Adotou essa imagem e se fixou num ponto que me pareceu da maior importância. Disse S. Exa. que, para ele, o homem era a coisa mais importante.

Foi enunciado correspondência a uma vinculação ideológica. Parecia que S. Exa. vinculava-se a doutrina social da Igreja, que invocava em todos os seus pronunciamentos.

Pois bem: o meu discurso é pautado dentro dessa doutrina. No meu discurso V. Exa. vai verificar que eu procuro demonstrar que S. Exa. já se está desviando do caminho que propõe ao povo brasileiro.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. não pergunta um aparte? (Assentimento do orador) — O eminente Senador Josephat Marinho, que anda muito provocante, ultimamente, ao responder ao aparte do Ilustre Senador Duarte Mariz, disse que não pretende adotar as vantagens do poder. Devo dizer a S. Exa. que não há mais vantagens do poder. Isso acabou. E acabou para sempre. Alá, nunca fizemos injustiça, aqui, de dizer que o Sr. Senador Josephat Marinho houve-se obtido vantagens do poder quando S. Exa. estava no poder, exercendo, como rato brilhante, o, desportivo e espírito público, o cargo de Presidente da autarquia economicamente mais forte deste País — o Conselho Nacional do Petróleo. O que a Revolução fez foi justamente tirar qualquer possibilidade aos homens que apoiam o Governo, de adotar vantagens. A Revolução mandou tirar um projeto, e este foi aprovado, fazendo cessar, por completo, a influência do poder público no processo eleitoral. Estabelecendo, até, que um indivíduo diretor de banco oficial, em termos federais, estaduais e municipais, renuncie ao cargo, se quiser se candidatar a qualquer posto eleitoral. A revolução instituiu a figura do concurso. Nenhum ingresso no serviço público, a não ser por concurso.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — É concurso dos Juizes Federais?

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. argumenta com uma exceção. Absolutamente a tese de V. Exa. não tem fundamento de razão, porque de acordo com a revolução...

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — E as admissões no Estado do Rio Grande do Sul, em vinte seções eleitorais?

O Sr. Eurico Rezende — Vou responder a primeira, que foi, a dos Juizes de V. Exa. lei a lei que organizou a Justiça Federal, verifica-se que somente poderia ser aproveitado o funcionalismo federal ou autarquico em razão da estabilidade; antes, não! Antes não haveria menor dificuldade.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — No regime anterior não havia a figura de estabilidade. O regime de atos institucionais extinguiu esse estatuto.

O Sr. Eurico Rezende — Só agora V. Exa. está recordando os Anos da Casa. Quando de mim insurgir aqui contra projetos de lei transformados em lei, o sancionados até em cerimônias públicas, festas, pelo Governo passado, dando estabilidade até com um ato de serviço. Quero dizer que, em matéria de vantagens de governo, a escola era risonha e franca.

O Sr. Josephat Marinho — E agora é franca e honesta.

O Sr. Eurico Rezende — Hoje ela é austera.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — V. Exa. está dizendo que a Revolução é austera, hoje?

O Sr. Eurico Rezende — Com a Revolução não se pode nemicar um funcionário, sequer, sem concurso, e nada se faz sem concorrência pública, e quanto à tomada de preços, na parte do Código de Contabilidade da União, em certos casos há tomada de preços. Mas tudo isto dentro do figurino do modêlo e da cartilha da austeridade. Daí eu não recoilher, e repetir com energia serena a insinuação maliciosa do Sr. Senador Josephat Marinho de que e tairamos auferindo vantagens do Poder. Não! Estamos enfrentando a penitencia da vida pública defendendo essa impopularidade injusta pela ação patriótica de dois governos revolucionários, e enfrentando, também, uma Oposição vigilante, na maioria das vezes, e em grandes áreas exacerbadamente demagógica.

O Sr. Josephat Marinho — V. Exa. precisa retomar o fio de seu discurso e não vou prejudicá-lo. Mas é preciso lembrar que, no Governo da Revolução, pela primeira vez se viu, no País, juizes serem indicados por líderes políticos.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pediria, pelo menos, permissão para que os apartes não prejudicassem o curso de meus pensamentos. De sorte que darei oportunidade ao Ilustre líder do Governo...

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. salva o Senador Josephat Marinho, mais uma vez pelo bongo. Não vou mais apartear V. Exa. a Revolução não deixa nada sem resposta.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Vai recebe-la...

O Sr. Eurico Rezende — Não pense a Oposição que estamos em regime de desconforto defendendo o Governo e da em regime risonho acusando o Governo. A acusação vem de lá, e paira nas palavras. A defesa vem de cá, entre grandes fatos apontando a recuperação moral, administrativa e econômica deste País.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Vou sugerir ao eminente Senador Josephat Marinho que faça um requerimento aos Tribunais de Justiça pedindo a certidão do Ato de provimento dos Juizes Federais. O Senador Eurico Rezende, está reclamando a prova material do fato, então, S. Exa. terá oportunidade de exhibi-los. Antes, Juiz algum foi nomeado. Se havia uma tradição no Judiciário era essa: os juizes sempre foram concu-

per, abertamente, com o materialismo capitalista.

O período que decorre da "Letramentos" do Lato XIII, intitulada pelas oficialmente como "De Condicionamento Oficial" — a condição dos operários — passando pela "Quadrantes do Anjo", de Pio XI, para culminar com João XXIII e Paulo VI, é precisamente o período em que se desenvolveram gradualmente essas contradições que demonstrariam finalmente que a Idade de Ouro não é essência do capitalismo de Mr. Rockefeller e da sua política intervencionista do celebrário FMI.

Passo agora, aos fatos, para deleite dos meus leitores e colegas parais, a quem eles tanto importam. Fatos para comprovar que a maior das contradições desse Governo que ora nos rege é a de aprisionar que a sua meta é o homem e no entanto o homem — não o da alta finança, não o cidadão comodamente instalado na vida — mas o homem humilde e assediado que constrói esse país, é o maior sacrificando, aquele que suporta os ônus e as injúrias que lhes atiraram em abril os privilégios e insensíveis.

OS FATOS

Dentre as conquistas roubadas nos últimos dois meses, talvez a mais importante seja a da estabilidade, que veio com uma das maiores proclamações do presidente, que já os seus empregados em que os cabelos no serviço de uma empresa como uma empresa, a proximidade da hora em que o patrão substituiu pela porta para substituí-lo por um mais novo. O ano de 1933 com a chamada Lei das Chaves, e o máis dessa condição, ainda a princípio pelos ferroviários, e em 1935 estendida a todos os trabalhadores.

Somente depois de abril de 1964 é que se começou a falar na derrocada desse direito, quando se denunciou a violência às greves dos sindicais e a violação das liberdades públicas.

Sob pressão de alguns poderosos grupos privados — que no trabalhador brasileiro só veem a mão de obra mais barata e portanto apenas a maior lucro e nada mais — o atual governo acometeu contra o direito de estabilidade, decretando a "alternativa" do "Fundo de Garantia", uma falsa alternativa porque o trabalhador que vai postular um emprego não tem liberdade de opção: se o emprego não estiver disponível receberia a resposta de inexistência de vaga...

Na verdade aqueles grupos estrangeiros, especialmente norte-americanos, não queriam ficar com os ônus da estabilidade de empregos qualificados, impossíveis de substituir num país onde esse tipo de capital humano é bastante escasso. Isso foi abertamente publicado nos Estados Unidos, em publicações como a "Harvard's Letter", dos homens de negócio de Nova Iorque.

A lei de greve batida pelo regime de abril, a pretexto de regulá-la praticamente aboliu-a, tantas são as circunstâncias em que a greve por reajuste de salários pode ser decretada ilegal.

Mas vejamos o caso dos marítimos e portuários, ainda para facilitar a nossa tarefa e sede de fatos.

A paridade de vencimentos entre os marítimos das empresas autárquicas e particulares foi anulada logo em julho de 1964. O Salário-Família, à base de oito cruzeiros novos por dependente, foi anulado e passou a ser de 5% sobre o salário-mínimo regional.

A taxa de insalubridade foi abolida para o pessoal do convés, e o pessoal das máquinas teve-a reduzida e calculada agora sobre o salário-mínimo regional, e não mais sobre a soldada base.

A hora-extra passou a ser paga com grande redução, de 60% para 25%, e as férias integram-se de 30

para 20 dias. Os marítimos pertencentes ao Serviço Público foram proibidos de sindicalizar-se e os que não optam pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho estão sendo colocados em disponibilidade.

No Cais a vesúbia revolução "democrática" cometeu ainda atentados mais clamorosos, tendo certas categorias — como conferentes, classificadores de turnos, estivadores etc. — ficado pura e simplesmente privados do direito a férias, como no antigo regime da escravidão, antes do 13 de Maio!

Os estivadores perderam o direito que lhes garantia 25 dias de trabalho por mês, o que era um meio de protegê-los da instabilidade do trabalho, dos dias sem tarefa, do tempo morto.

E do mar e da beira do cais por que não fomos ao céu buscar mais fatos? Vejamos os aeronautas, que passaram a viver em regime de "tempestade permanente", sujeitos aos raios e trovoadas do movimento de abril.

No bojo do Ato Institucional nº 2 — esse ignominioso edito imperial — sobrevêm-lhes o Decreto Lei número 138, de 10 de fevereiro, de 1967, que revogou praticamente todos os direitos obtidos em dez anos de lutas no terreno da aposentadoria. Eis os fatos: o fato de 17 vezes o maior salário-mínimo, na mesma proporção e valor deste, não mais possui essa mobilidade; a restauração do limite de idade de 45 anos, que fora abolido pela Lei 4.232; o direito de antecipação do tempo de serviço prestado nas Forças Armadas, pelo aeronauta portador de diploma militar de aviação e de qualificação cuja permanência nas abudidas Forças Armadas tivesse contribuído para sua habilitação técnico-profissional, foi extinto; e finalmente a extinção da contagem das horas veadas, ou seja, do coeficiente 1,5 (um e meio) assegurado aos que tivessem veadado atualmente mais da metade do número de horas anuais, estabelecido pela Diretoria da Aeronáutica Civil.

Foi esse o "humanismo" com que o passado Governo encarou os nossos patriotas que com grandes riscos e tanto despesa tem a responsabilidade, épica ainda hoje de refúgio as distâncias enormes deste país e de transportar tantas vidas e bens?

E os trabalhadores na indústria têxtil, talvez os mais cruelmente atingidos? Invoquemos os fatos, mais uma vez.

Ao concretizar-se o movimento de Abril, o Sindicato dos Empregados na Indústria Têxtil da Guanabara possuía 30.000 associados, seis meses após a vitória da "alternativa" a entidade possuía apenas nove mil sócios. Terror, conseqüência decorrente do desaparecimento de alguns de seus líderes? Não. Era simplesmente o desemprego.

Fecharam-se as empresas têxteis uma a uma, incapazes de suportar a política econômico-financeira do Senhor Roberto Campos, enquanto alguma delas tomaram realmente como pretexto a "gestão revolucionária" e fechavam as portas aproveitando a oportunidade para livrar-se dos antigos empregados, pagando-lhes apenas 50% dos seus direitos e em suas respectivas prestações! Houve até episódio de expulsão de operários, de uma tradicional fábrica de lãs tropicais, por meio de força policial, com os fuzis-metralhadoras, substituindo o aviso-prévio. Cabe portanto a pergunta: Qual é a verdadeira situação dos Sindicatos?

O atual Governo proclama — como se fosse isto uma vantagem concedida à democracia, ou motivo de orgulho cívico — que restam sob intervenção apenas 85 sindicatos, dos duzentos que aí suportaram no passado Governo.

Os demais têm os seus dirigentes presos, diz ainda o Governo. Mas presos de que maneira? Sob o odio-

Prot.
Assunto:
Interessado:
Cargo e símbolo:
INFORMAÇÃO:

De
seguinte

T O T A
Período requerido

De acôrdo. Em
Ao Senhor Dir

Chefe

AUTORIZO. PUE
Em / /19

Dire

apertadamente batido.
... no Governo passado, dirigiu
sindical tinha de pedir, ele próprio,
em reconhecimento aos executivos e so-
ciedade do DOPS, o seu atestado de
ideologia para poder candidatar-se a
um cargo eletivo na direção do seu
sindicato. Com frequência repetida
este veredicto: "Requisito antecedente-
tes político-social", e então estava
condenado, impedido de participar da
luta em defesa dos seus direitos.
Nem lhe adiantava buscar saber,
nessa primor de indecisão, vaguza e
cubidade, das "antecedentes político-
sociais", em que consistiam ou por
que sentença lhe foram pespentes a
candidatura, castrando-lhe a materia-
de civica, fumando-o com uma
"cúpula demitida" que o invalidava,
que o marginalizava dos quadros di-
rigentes sindicais.

O Ministério do Trabalho encas-
telado no seu silêncio, recusava-lhe
simplesmente a posse.

No Governo atual, no gesto do elo-
quente e simpático Ministro Jurema
Passarinho — caso colega de Seta-
toria — realmente o candidato já não
requer ele mesmo o seu atestado de
ideologia. Como dizem as farrasas
dos porta-vozes / daquele Ministério,
"aboliu-se o atestado de ideologia".

Mas a verdade é que a situação
em nada foi modificada. Agora o
candidato esbarra no Art. 4º da Por-
taria de 11 de Março de 1966, publi-
cada no D. Oficial de 25.11.66, que
determina o seguinte: "Até 5 dias do
pleito, à vista do disposto no Artigo
230, letra "c" da Consolidação das
Leis do Trabalho, o Ministério do
Trabalho e Previdência Social liber-
tará os nomes que poderão concor-
rer ao pleito".

Isso quer dizer que agora o preten-
dente não mais pede a sua filha ideol-
ógica a polícia; quem a pede agora
— talvez para pomen ao atarefado
trabalhador esse trabalho — é o pró-
prio Ministério, quem se encarrega
de avisar ao candidato pleito que ele
não pode tomar posse "em virtude
do Ofício número tal" do DOPS!

O Sr. Eurico Rezende — Permite
V. Exª um aparte?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— Eu estou com a minha hora quase
cheirada, se V. Exª tivesse a tele-
rância de esperar, eu daria o aparte
no final do meu discurso.

O Sr. Eurico Rezende — E apenas
para esclarecer: V. Exª diz que essa
Portaria está estendida num dispositivo
da Consolidação das Leis do Traba-
lho...

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— Não é verdade.

O Sr. Eurico Rezende — Parece
que V. Exª leu isso.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— No fundamento da eleição invocam
se as disposições da Consolidação.

O Sr. Eurico Rezende — Nós, que
disputamos cargos eletivos, estamos
sujeitos a ineligibilidade prevista em
lei. Não se deve estranhar que haja
ineligibilidade — não se trata de
atestado de ideologia — para outros
homens, nossos compatriotas nossos,
que vão disputar cargos eletivos, em-
bora de natureza sindical.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— Dentro dessa filosofia, também es-
tarão sujeitos os advogados, os den-
tistas, os farmacêuticos e todos nós.

Vou prosseguir no meu discurso:

(Lendo):
Continua-se, assim, a representar a
farsa da tão decantada liberdade sin-
dical, por vias travessas, num pro-
cesso de regeneração por "pacífico" e
absurdo que provocaria luveta ao
povo Kalka.

Desse modo continua-se a impedir
o surgimento das autênticas lideran-
ças e a fomentar o pelezulismo, que
oportunistamente anódino e clientelístico

que se verifica na vida partidária.
Selecionam-se como bons e aptos para
a "liderança" os descoloridos, os sem
princípio, e cassa-se o idealista, o ho-
mem informado por princípios e pro-
gramas.

E depois chovem as críticas e se
impedem as decepções dos lideran-
tes. O que é isto senão a sentença
do terreno para as soluções do desespero
e da violência?

Se não pode haver livre negocia-
ção — e o exemplo clamoroso do
recente caso do aumento dos ban-
queiros fluminenses é bastante melancó-
lico — como poderá o assalariado fa-
zer prevaler os seus direitos?
Como poderá minorar a fome que dia
a dia mais lhe entra pelo lar a den-
tro?

Dai torna-se fácil para alguns ne-
gar maturidade ao movimento sin-
dical brasileiro, a perpetuar um pro-
fético que tem origem nas cúpulas di-
rigentes do país, porque na verdade
são elas que impedem esse amadure-
cimento — que já existe — se man-
feste na vida sindical.

O Sr. Eurico Rezende — Permite
V. Exª um aparte? Seria rápido. Va-
mos explorar a liberalidade do Senhor
Presidente.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— Que deve incomodar muito V. Exª
— O Sr. Eurico Rezende — Vossa
Exª diz que os processos adotados pelo
Ministério do Trabalho fazem com
que surjam lideranças sindicais, pre-
sidenças sindicais descoloridas. No
meu Estado não temos Presidentes de
Sindicatos são descoloridos.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— Respondo com a maior tranqüilli-
dade a V. Exª e o faço dentro do
meu discurso, porque vou falar das
atuais lideranças, do esforço que es-
tão fazendo no sentido de, apesar das
portarias, buscar a representação
mais autêntica possível.

V. Exª tendo paciência...

O Sr. Eurico Rezende — Vossa Ex-
celência se refere às atuais presiden-
cias de Sindicatos. Quero saber se
os Presidentes de Sindicatos da Gua-
nabara são descoloridos.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— V. Exª quer intricar-me com as
lideranças sindicais. Não conseguirei
fazê-lo, porque o meu discurso já foi
apreciado por essas lideranças. (Apar-
tes simultâneos.)

O SR. PRESIDENTE:
(Cuido Mendin) (Fazendo soar as
campanhinas.) O orador não poderá
mais ser aparteado, pois seu tempo
está esgotado.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR
— Isto me faz lembrar com tristeza
a "reforma" eleitoral facista de Mus-
solini: há quarenta anos, onde era
permitido ao povo escolher entre os
candidatos duma lista única organi-
zada pelas corporações, dirigidas por
sua vez pelos dirigentes fascistas e
depurada ainda pelo "Grande Con-
selho Fascista". O povo escolhia pois
entre os "designados".

E não é senão isso o que ocorre
hoje no Brasil, especialmente na área
sindical, onde SNI, DOPS e injunções
de toda ordem, além do Ministério do
Trabalho, depuram arbitrariamente as
chapas concorrentes às eleições.

Ficam assim os homens que pro-
movem o progresso deste país, mal-
pagos, subnutridos, frustrados pela
vida vegetativa que levam, por verem
os filhos crescerem sem pão e sem esco-
las, imbuídos de negociar com os
empresários democraticamente, como
ocorreu também entre comerciantes
e comerciários, cujo acôrdo foi anula-
do pelo Conselho da Política Sina-
l.

O que é este Conselho senão um
enfimismo detrás do qual se esconde
o Governo, e onde têm voz mais ati-

Nº 8. PRO. CSS. 214. 1. p 45

ato:

verifica-se o

ero de dias

ozados A gozar

lias

/19

ão do Senhor Di

do Pessoal

de frequência.

regado

... os tecnocratas sensíveis à inflação...
... as reservas do Fundo Monetário Internacional...
... a distribuição da renda nacional?

... Nos países democráticos o Estado...
... a iniciativa privada sem estorpiadas...
... a própria Justiça do Trabalho se vê diminuída e desprestigiada...

... Não é Atenas que a Iniciativa Privada...
... a capacidade dos tecnocratas e agora ao protesto...

... O Clube dos Lojistas, em pesquisa...
... a inflação não tem sido motivada pelo aumento salarial...

... Enquanto isso em São Paulo outro...
... a inflação não tem sido motivada pelo aumento salarial...

... Era minha intenção, neste ponto...

... Há um trabalho expedido pela Fundação...
... a validade das plasticidade. Através de fórmulas...

... Um daqueles tecnocratas elaborou...
... a Fundação uma organização muito geral, excedeu. Há um trecho muito interessante...

... Mas de div. em resposta a uma pergunta que lhe faziam:

... A resposta à pergunta depende da medida...
... a persistência das práticas inflacionárias...

... e aqui vale a pena lembrar...
... terá chance de existir enquanto o setor de mão-de-obra...

... Diz ele:

... "enquanto o setor de mão-de-obra não for suficientemente esclarecido e organizado para reclamar firmemente sua parte no produto nacional..."

... O que não se quer é que o trabalhador reclame e se esclareça e seja sua participação em tudo ao seu trabalho.

... Nesta Casa tem os nobres representantes do Governo...
... a segurança dos empregados e empregadores.

... O último número de "Conjuntura Econômica" (setembro) publicação da Fundação Getúlio Vargas...
... a inflação e no Banco Central.

... Mais da metade das falências e concordatas solicitadas se refere a essas organizações...
... a inflação e no Banco Central.

... Isto mostra que os assalariados estão se alimentando menos e se vestindo pior...

... E para quê? Para gerar as dificuldades do país não há de ter sido...
... a inflação e no Banco Central.

... Reduz-se o poder aquisitivo do trabalhador...
... a inflação e no Banco Central.

... Uma realidade que está longe de ser a dos manuais de economia ortodoxos...

... Já o Professor Dias Leite apontava-lhes contradições primárias...
... a inflação e no Banco Central.

... Os poucos trabalhadores que esperaram a chegada da situação instável...
... a inflação e no Banco Central.

Prot. Assunt Intere Cargo INFORM

seguin

Period

De acô Ao Sen

AUTOCL Em

governo e de extinguir os focos de... No ano passado, por proposta de um Dep. adto da AERENA, na Comissão de Finanças, o Ministério da Indústria e Comércio fez estudos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

No ano passado, por proposta de um Dep. adto da AERENA, na Comissão de Finanças, o Ministério da Indústria e Comércio fez estudos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

...mas quem sabe uma nova forma de relacionamento com o Poder. Ao longo disso tentaram e amos...

nova seara de abalos políticos e sociais imprevisíveis e que me preocupava como brasileiro, como chefe de família, como cidadão e como membro desta Casa.

Foi ela quem me trouxe mais uma vez a essa situação, foi ela quem me levou a trazer a emendação do Senado Federal o diploma do trabalho brasileiro e a propor ao Congresso Nacional a alteração das leis que consubstanciam os pactos...

a Seção, verifica-se o

Table with 3 columns: Total, Gozados, A gozar. Header: Número de dias.

Nº de dias

10

ôrdo. Em / /19 sideração do Senhor Di -Geral.

Diretor do Pessoal

a ficha de frequência. /19

Encarregado

CSN/ ANEXO N.º 13

CONGRESSISTA: *Marcello de Aلعنار*
 CAMARA SENADO
 PROJETO N.º N.º
 DC de 18 / 10 / 64 101 641 02-SF-CA Pg 2484
 DO N.º / de / /

*denúncia quanto
 tratada quanto
 dados a
 do de Aلعنار*

O SR. MARCELLO DE AلعنAR:

Senhor Presidente, Senhores Senadores, não é sem razão nossa preocupação demonstrada em pronunciamentos anteriores, relativamente ao desentendimento entre o Governo e os jovens, entre o Governo e os estudantes brasileiros.

Pelo Sumário noticiário dos jornais se ficou sabendo do problema existente no Colégio de Aplicação no meu Estado, no Estado da Guanabara.

Venho, agora, dar o meu depoimento a respeito deste assunto. Chegando ao Rio, no sábado, fui, em primeiro lugar, procurado por um grupo de estudantes daquele Colégio que trouxeram a sua versão a respeito dos acontecimentos.

Posteriormente, recebi uma comissão de pais de alunos, pedindo também a minha colaboração e interferência, no sentido de se encontrar uma solução para o problema gerado pela incompreensão da diretoria a daquele colégio, sem dúvida, o melhor colégio da Guanabara.

Particpei de um encontro com 70 pais de alunos, quando, então, tive oportunidade de verificar que, realmente, a liberdade dos moços já se intrinsecou até nos lares.

Encontrei 70 pais compreensivos, 70 pais coerentes, preocupados, em bom entendimento com seus filhos, os quais me relataram a incompreensão que se estabelece naquele colégio, entre a sua direção e o corpo docente.

Já na segunda-feira, ontem, tive ocasião, pela manhã, de assistir o encontro de pais desses alunos com a diretora desse educandário. Assisti à exposição feita por essa ilustrada educadora; assisti aos debates entre pais de alunos e essa professora. E o resultado me deu a certeza de que sei com muito acerto, quando, desta tribuna, apelo, para as autoridades governamentais, no sentido de que procurarem entender os jovens.

Para que V. Exª e os Senhores Senadores tenham a compreensão exata

do problema, vou relatar, em breves palavras, a ocorrência: Esse colégio, que tem mais de 20 anos, é, realmente, um exemplo de boa didática, de boa pedagogia. Viveu, sempre, num clima de absoluta tranquilidade até o movimento de abril de 1964. A partir de então, nessa vontade de empregar uma geração, nessa vontade de conter os impulsos dos jovens, o regime da vida do colégio, como de resto o regime da vida nacional, se alterou.

Tinham, aqueles jovens, o seu grêmio onde discutiam, com inteligência e curiosidade, os problemas mais vagos, a ciência, a cultura, política, enfim, no grêmio, aqueles jovens entre 11 e 18 anos encontravam o desaguadouro das suas ansiedades. No debate que estabeleciam entre eles.

O grêmio criou um órgão para a divulgação daquelas idéias, que discutiam democraticamente e que veio a se chamar *Jornal Forja*. Passou-se, então, a esse regime de contenção do grêmio. As atividades extracurriculares teriam que ser submetidas ao "aprovo", ao beneplácito da direção do colégio, sempre a invocar a legislação revolucionária.

O jornal passou a ser submetido, sob o pretexto de uma orientação, à prévia censura. O que poderia a direção desse colégio esperar, como reação natural dos jovens, o não desejarem se submeter a essa contenção e a essa censura.

Estabelecer-se então uma crise entre a direção do Colégio e o corpo docente. O destemperio dessa situação que, em má hora, foi escolhida para dirigir o Colégio de Aplicação, que é colégio vinculado à Faculdade Nacional de Filosofia, está refletida nas suas próprias declarações e entrevistas prestadas aos jornais.

Pela fotografia que eu tenho às mãos podem os Senhores Senadores ter uma idéia dos problemas que essa senhora tem: de punhos cerrados procurou convencer os estudantes de que o Colégio era para estudar que não era possível, de forma alguma, admitir que os estudantes se dessem aos lares do Grêmio e ali discorressem e dissertassem sobre problemas outros que não os de ciências do currículo normal.

Mas a minha palavra é no sentido de um apelo ao Senhor Ministro da Educação — a quem já tive a oportunidade de criticar pelo seu desentendimento das reais ansiedades dessa nova geração — para que tenha em conta as próprias declarações dessa Diretora, prestadas em entrevistas ao jornal "Correio da Manhã" do dia 14 de outubro de 1967 a fim de substituí-la no grave e importante mister de dirigir esse educandário.

Para que se tenha uma idéia do quanto essa diretora está longe de poder dirigir jovens, basta a asserção feita por ela de que houve um desajuste na escola "e que esse desajuste era sensível, o que levou, tempos atrás, um menino daqui a suicidar-se."

Disse ela a um órgão da imprensa sobre o colégio que ela dirige, que o desajustamento dos jovens chegou ao cúmulo de gerar um suicídio. Além de ser inverídica a informação dessa diretora, porque, em verdade, o jovem morreu, em circunstâncias dramáticas, mas não em função de um desajustamento recolhido, causado no ambiente do colégio. Vota V. Exª, Senhor Presidente, a irresponsabilidade dessa educadora — entre outras — que pretende se afirmar e defender a sua posição de diretora à custa da invocação de um fato tão grave e com tão pouca nobreza lembrado.

A oportunidade que tive na conversa com esses jovens, a oportuni-

dade que tive na conversa com os pais desses jovens e ainda, a oportunidade que tive de escutar a explanação dessa diretora, me dão a certeza e me convencem da responsabilidade de, denunciando esse estado de coisas, no melhor colégio do meu Estado, pleitear, convencido que desta feita seremos ouvidos, que esta diretora do Colégio de Aplicação seja rápida e urgentemente substituída, porque ela própria vem a declarar que vive hoje sob os cuidados médicos; dormindo pouco, e o só o remédio mediante a ingestão de grandes doses de calmante.

Vejam V. Exªs que tinha eu razão quando ressaltava a distância que existe entre o Governo e a nova geração, a incompreensão da sua ansiedade, da sua vontade de participação que é entendida, e mal entendida, como sendo o produto de uma ação que não resulta da vontade e do pensamento dos jovens mas sim de influências outras que querem condenar.

Nestas condições, Senhor Presidente, fica entre a denúncia e o meu apelo o desejo de que o Governo, pelo menos desta feita, possa salvar um educandário que é exemplo no meu Estado através da fórmula simples da substituição dessa diretora cuja qualificação de educadora está demonstrada pela sua ação nefasta na direção daquele órgão. (Muito bem! Muito bem!)

CONGRESSISTA: Marcílio da Alencar
PROJETO N° "A PARTE" CAMARA
N° SENADO
DC de 18/10/64 22-SF-CA Pg 2491
DO N° / de / /

CSN / INEXO N.º 1.46

75

*Denúncia contra
torturas a prisão
políticas.
Colaboração no li-
vro "Torturas e Tor-
turados"*

O Sr. Marcílio da Alencar — Vossa Excelência não tem razão quando afirma que eu pautei o meu aparte no juízo individual que faço do sistema que se implantou no país a partir de 12 de abril de 1964. Sabe Vossa Excelência como jurista que é o juízo resultante da apuração de fatos. Eu joguei no meu aparte toda uma experiência na defesa de processos políticos durante três anos. Não tem razão V. Ex.ª de excluir da crítica que fazemos ao sistema a responsabilidade das mais altas autoridades do País, seja no período Castelo Branco, seja no período atual. E cabe, então, atribuir uma soma de fatos que nos ficam a nossa crítica a um sistema e às autoridades maiores do País para não deixar resguardadas essas autoridades com a alegação de mero arbítrio comum das autoridades policiais. Colaborei com muitos dos dados contidos no livro "Torturas e Torturados". Naquele livro se contém prova evidente, trazida pela coragem do bravo Deputado Marcílio Moreira Alves, a imputação de fatos da maior gravidade, de torturas realizadas por autoridades policiais e com o beneplácito das autoridades governamentais e a análise dessa situação pública, não se tem notícia de nenhuma providência de nenhuma altitude no sentido de lavar esses arbítrios, essas torturas no plano das rubricas penais. Tem-se ainda hoje demonstrado que esse estado de coisas permanece porque as autoridades maiores do País, ao invés de fazerem o que agora fazem com esse pobre esponsorista, têm dado cobertura, plena cobertura às atuais autoridades maiores que, em nome de uma revolução, vão praticando atos da maior arbitrariedade. Agora mesmo, esse bravo Deputado Marcílio Moreira Alves recebe denúncias de que, a pretexto de apurar-se a subversão em Uberlândia, tinham alguns presos sido torturados. Eu, quando estive em Juiz de Fora, recentemente, também recebi denúncia de que existiam homens que tinham sido torturados e que até de lesões graves, como consequência dessas torturas, tinham sido vítimas. Pois bem, nem sequer invocando a sua condição de deputado conseguiu ele avistar-se com essas pessoas que clamavam por ótilm clemência. Veja V. Ex.ª que o meu juízo não deriva apenas de uma compreensão desse sistema e, por me opor a ele, venho trazer esse juízo à tribuna do Senado. Não. Meu aparte louvou-se em fatos que conheço pessoalmente e que estão denunciados à Nação, só agora, num caso isolado, vem o Governo — e vem bem e nisso merece, inclusive como mereceu do Senador Desiré Guarani, um apoio, um elogio. Se o Governo atender a nossa fala, a possa denú-

cia, a nossa reclamação, terá de nós o reconhecimento de que anda bem. Mas, quando não o fizer e o regime jurídico não for respeitado, impondo insegurança a todos nós, terá, da Oposição, a voz do protesto, a voz da denúncia, para que a História julgue o que se implantou, neste País, após o 12 de abril.

ANEXO N.º 51

bar e as áreas de arido. Funcionário que se fez a compra da para o patrimônio nacional. E a Eva, teve paciência, verá como plico isto bem.

O Sr. Victorino Freire — Com esse assunto muito bem.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — (Retornando a leitura) — mos ainda outro aspecto desses negócios tão desinteressados. A ABL, por exemplo, concede f

CONGRESSISTA: *Marcello de Alencar*

PROJETO N.º (MDB-GB) CAMARA SENADO

DC de 20/10/67 00-2F-0K Pg 2535

DO N.º 1 de 1 1

pendência econômica par, o-Bra... as nossas conclusões acerca da Re... nção do Fundo Monetário Intern... cional.

Traçando ao Senado uma contri... bução que julgamos positivo, por... contar com dados e números alta... mente esclarecedores; não viemos to... davia, expressar qualquer dissenso... ou decepção, porque os vinte anos do... Fundo e o papel que ele tem desem... penhado no comércio internacional... não nos conferem mais o direito de... alimentar ilusões.

Nesse histórico processo de espolia... ção dos países pobres pelas potências... industrializadas, o FMI não é um... acidente ou exceção, ao contrário, dá... lha coerente sequência, como etapa... nova mas não diferente, diversa em... grau mas nunca em espécie.

No quadro da sua história economi... co-financeira o Brasil distingue dois... períodos: o da dominação inglesa, ... quando os nossos credores eram os... banqueiros da City londrina, os Rots... child's, e o período que vivemos até... hoje — iniciado por volta da década... de 1920 — quando passamos à domi... nação dos grupos de Wall Street.

Permiti, Senhores, que rapidamente... tracejemos o que foi aquela nossa ex... periência sob o primeiro imperialismo.

A história dos nossos empréstimos... externos tem mais de um século, co... meçando em 1821 com uma operação... do tipo mais extorativo.

Ao extinguir-se, em 1889, o Império... legava à República uma dívida exte... rna de mais de 20 milhões de libras. A... República, por intermédio do Governo... Federal, dos Estados e até de Municí... pios, ao encerrar o ano de 1894, de... deixava uma dívida pública exte... rna no valor de 297.173.623 libras, o que... à época equivalia a um bilhão e du... zentos e tantos milhões de dólares, na... sua maior parte, com os banqueiros... ingleses. O serviço externo desta di... vida atingia cerca de 31 milhões e 300... mil libras, ou seja, mais de um quinto... da receita da União.

Os governantes que contrataram... tais empréstimos aceitaram, em nome... do Brasil, as cláusulas mais humi... liantes exigidas pelos credores, como... a hipoteca da renda alfandegária, dos... impostos de consumo e de renda, e... até mesmo do imposto de vendas e... consignações, colocando assim as fi... nanças nacionais nas mãos do estran... geiro.

Em 1952 o Sr. Valentin Bonnes... equipararia a essas cláusulas a caução... de quase dois terços do ouro brasilei... ro depositado em Nova York, para... garantir empréstimo de 200 milhões... de dólares concedido por banqueiros... norte-americanos. Foi Ministro da... Fazenda e patrocinador da operação o... professor Eugênio Cúcin.

Relatório oficial do Ministério das... Relações Exteriores resumiria o ba... lance desse endividamento nos se... guintes termos: "Assim, de 1821 a... 1921, o total dos empréstimos exte... rnos contratados, que atingiu a quatro... centos e dois milhões e trezentos e... oitenta e seis mil libras, havia nos... custado, entre juros, amortização e... conversões, a soma de quatrocentos e... trinta e oito milhões e cento e seten... ta e três mil libras, e o Brasil ainda... devia, incluindo o último "funding", a... quantia de duzentas e setenta e seis... mil e novecentas e oitenta e quatro... mil libras, cujo serviço anual respec... tivo exigia mais de 23 milhões de li... bras".

Os senhores do latifúndio, no de... curso de mais de um século, não sa... biam sequer recorrer à aglomeração in... ternacional para cobrir os deficits or... çamentários, rater estoques de café... para melhorar-lhe os preços, comprar... armamentos e realizar algumas obras... públicas. Mas grande parte dos em... préstimos foi destinada simplesmente

O SR. MARCELLO DE ALENCAR:

(de o seguinte discurso) — Senhor... Presidente, Srs. Senadores, aguar... dando uma atmosfera menos intoxi... cada pela prófuga propaganda com... que os promotores espalham uma cor... tina de fumaça de supostas vantagens... e benesses, vimos agora expor a esta... Casa, refletindo a perspectiva dos... que pensamos em termos de inde...

*Gen...
P...*

*hau...
ano...*

75

a partir deites anteriores, ampliando mais ainda a conta do endividamento. O serviço da dívida externa consumiu por os saldos do nosso balanço comercial e afetava a economia brasileira aos centros imperialistas, atenuando o seu parasitismo com juros e amortizações infundáveis.

De 1920 ao diaite refletindo os resultados nos quadro financeiro internacional e em decorrência da grande crise econômica do país interrompeu-se o serviço desta dívida duas vezes, de 1931 a 1934 e de 1937 a 1940, e finalmente, por ocasião da guerra, tendo o Brasil acumulado considerável saldo em divisas, o Governo Getúlio Vargas compôs com os banqueiros um esquema definitivo de liquidação da dívida.

Em 1929 haviam-se pago mais de um bilhão de dólares em juros e amortizações, mas o país estava novamente endividado, e 71% dessas dívidas pertenciam aos EUA, num total de quase dois bilhões e meio de dólares.

Em 1935, segundo publicação especializada, o Brasil devia 4 bilhões e 300 milhões de dólares, e o balanço de pagamentos incluía 250 milhões de dólares para amortização de dívida e mais 200 milhões de dólares de juros. E mais outros 200 milhões de dólares de empresas de juros de companhias estrangeiras. Contrariando-se estes números a receita cambial, oriunda predominantemente das exportações, que alcança uma média de 1 bilhão e trinta e cinco milhões de dólares — cobrindo apenas as importações — e verossimil e passava sobre a 2 bilhões de dólares.

Passamos a algumas considerações de âmbito continental.

A LEPAL, no último mês de maio deste ano, mostra que a América Latina parou, e o Brasil nele acabou aliado a todos os países que resistiram um descenso em sua taxa de crescimento, não conseguindo ultrapassar a um ritmo médio anual de 1%, e portanto abaixo do nível médio do crescimento de todo o Continente, que é de 2%. Segundo esse documento, a América Latina, deixou de se beneficiar com a expansão que a atividade econômica e o comércio mundial registraram.

Estamos assim retardando, enquanto o resto do mundo, o mundo dos amores do Fundo Monetário realiza cada vez mais vantajosos negócios. Aqui, triste índice brasileiro revela nomeadamente insignificante crescimento vegetativo, e uso mais o desenvolvimento.

Vejam, porém, o que ocorre no terreno da ajuda econômica.

No dizer de "Economist", de Londres, a ajuda econômica "está retardada em todo o mundo".

Atendendo a apelo do Presidente Lyndon Johnson, a Comissão de Relações Exteriores do Senado aprovou — em Junho do ano passado — restrições ao projeto de lei de ajuda ao Exterior. A princípio procuraram manter os países latino-americanos, afirmando que os Programas da "Ajuda para o Progresso" não estavam incluídos nessas restrições; depois, cortaram, e cortaram fundo, as dotações da Adança, hoje uma obrigação imposta para os que não a criaram, nem a desejavam. Naquela Comissão, decidiu-se especialmente uma elevação das taxas de juros nos empréstimos para o desenvolvimento e a redução dos recursos destinados ao mesmo fim.

No passo que os países ricos têm tomado para sua riqueza nacional de 1% ao ano — cerca de 4 bilhões de dólares — juros, donções e empréstimos oficiais ao mundo em desenvolvimento foram mantidas praticamente inalteradas. Os auxílios man-

tiveram-se ao nível de 1961, eis que a ajuda oficial nunca ultrapassou a média de 6 bilhões ao ano, entre 1957-64, e os capitais privados jamais foram além de suas marcas anteriores.

Considere-se ainda o fato de crescente porção desses 6 bilhões de dólares atuais ser absorvida pelo pagamento de antigos empréstimos, o que obviamente serem as contribuições financeiras dos países ricos aos países pobres, pouco mais de 16 dos 1% de suas autônomas e sempre progressivas rendas nacionais. Em 49 nações, que abrangem metade da população da terra no "terceiro mundo", a renda por habitante tem aumentado de menos de 1% ao ano!

Apesar dessa triste realidade de tão retardada cooperação internacional, o Sr. Roberto Campos e os demais profetas menores das excelências de cartelas anudadas e submissões, insistiram — e insistem, embora com outras palavras — na ideia de fundarmos o desenvolvimento nacional nessa cooperação.

Não falem do destino de muitas dessas auxílios, das polpudas fatias que, já têm endereço certo, para financiar o grupo Light, que em 1965 recebeu 40 milhões de dólares, cu dos 22 milhões de dólares da duplicação da Rio São Paulo, para o pagamento de régios salários a "fiscais norte-americanos" e mais o vergonhoso lastro de interferência técnica aliígena, em detrimento do quadro de engenheiros do DNRE, um dos melhores do Brasil.

Não falem também dos Acórdos do Trigo, esse diabólico e engenhoso mecanismo que aparentando quase uma operação de caridade, não passa entretanto da exportação das crises de superprodução de diversos produtos norte-americanos, e, no caso brasileiro, de instrumento da liquidação da Miticultura Nacional que vicejava promissora, no Rio Grande do Sul, há tao pouco tempo!

Deflagrado o movimento de abril e conquistado o Poder, desafrouxaram-se os cordões e, em apenas dois anos, negociávamos empréstimos anunciados em torno de um bilhão de dólares, por intermédio de 31 operações. Mas, segundo a "Hanson's Letter", essa ajuda seria textualmente, "um mito", pois reduziu-se na verdade a cerca de 250 milhões de dólares.

De fato, computando-se os dólares para as clamorosas aquisições da Telefônica, da "Brazilian Traction", da "American Foreign Power" e da "Brazilian Electric Power", so ai nesse atestado ao patrimônio nacional enterraram-se 200 milhões de dólares. Somando ainda os 90 milhões de dólares do BIRD para a São Paulo Light, teremos um total de quase trezentos milhões de dólares.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Exa. uma aparte? (Assentimento) — Quanto custou mesmo a Telefônica?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Eu fiz o cálculo geral onde incluí todas as beneficiárias desses pagamentos. Eles enterraram duzentos milhões de dólares com a Telefônica, a Brazilian Traction, a American Foreign Power e a Brazilian Electric Power.

O Sr. Victorino Freire — Quanto à aquisição da Telefônica, posso afirmar, foi uma obra meritória do Governo Federal.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — É opinião de V. Exa.

O Sr. Victorino Freire — Tão respeitável quanto a de V. Exa.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Sem dúvida e, por isso creio, eslatos no debate. Penso que essa operação foi danosa ao patrimônio nacional. Entendo que não se justifica o pretexto político invocado, de aca-

121/1

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

1965 DE 02

lar com áreas de atrito. Fundado isto e que se fez a compra cara para o patrimonio nacional. Se V. Exa. tiver paciência, verá como explico isto bem.

O Sr. Victorino Freire — Conheço esse assunto muito bem.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — (Voltando a leitura) — Vejamos ainda outro aspecto desses empréstimos, são desinteressados...

A AID, por exemplo, concede financiamentos condicionados, vinculados à exigência de utilizar os recursos na aquisição de material dos Estados Unidos, exclusivamente. E o frete marítimo também é delegado obrigatoriamente, no todo ou em parte, aos armadores daquele país. O Banco do Brasil contrata empréstimo de 80 milhões de dólares com dezesseis bancos americanos, e assim é que se explica depois as investidas e as conquistas desses banqueiros sobre a rede bancária nacional.

Um grupo de pesquisadores, sob a direção da "IBM World Trade Corporation" — sucessores de um Conselho presidido pelo General Lucius Clay — estudando a política da Casa Branca de proteção ao Balanço de Pagamentos dos EEUU., concluiu, que os países economicamente atrasados estavam sofrendo de uma perda de capital estimada entre 5 a 20 bilhões de dólares por ano!

Manipulando estatísticas do FMI, o economista Herman Scaeving, da Midland Grace Trust Company, concluiu que de 1963 até 1965 os membros do "Clube de Paris" lograram enormes (tremendous) ganhos no aumento das reservas, não só a expensas dos outros "grupos" como igualmente à custa dos países menos desenvolvidos. Esse aumento de reservas foi de 279,6%, ou seja, mais de 16 bilhões de dólares. Ao mesmo tempo, notem os Senhores Senadores, os países em desenvolvimento perderam 23% de suas reservas, isto é, mais de um bilhão de dólares! São brilhantes estatísticas desse tão conhecido Fundo Monetário...

Redigido para analisar o resultado da ajuda americana aos países do nosso Continente, especialmente da "Aliança para o Progresso", trabalho especial da Universidade de Oregon, encomendado pelo Senado daquele país, concluiu que a inflação acompanhada os violentos declínios nos lucros das exportações latino-americanas.

É interessante mostrar como nesse trabalho se preceitua, para aplicação de medidas antinflacionárias, a solução totalitária. Vou ler: "em alguns casos as ações efetivas só podem ser tomadas por um Ditador apoiado por uma Junta Militar".

Apesar desse insinuante receituário ditatorial, ou justificativa para certos acontecimentos, o Professor Raymond Mikeseli — certamente um dos "doutores fantásticos" que influem no pensamento dos dirigentes estadunidenses não deixa de, honestamente, também afirmar que a manutenção dos preços mundiais dos produtos primários, "acima dos níveis de equilíbrio", é um método eficiente de dar assistência aos países mais pobres. E queixa-se, reclamando do FMI para que este alivie um pouco a tarefa norte-americana nessa política de minorar as nossas crises crônicas dos balanços de pagamentos.

Em 1963, sob os signos de outro Zodíaco, o Sr. Roberto Campos, em discurso pronunciado no "National Press Club" em Washington, e publicado no Boletim Americano, declarava que entre os anos de 1953 e 1960 as exportações dos países industrializados aumentaram em 57%, enquanto quanto os países não industrializados aumentaram suas vendas em apenas 14% nesse mesmo período anotava

ainda que o volume do comércio brasileiro, aumentava de 20%, mas os preços unitários haviam declinado de 27%!

Pelo citado trabalho da Universidade de Oregon publicava ainda na poucos dias, ve-se que esta situação decorria pelo Sr. Roberto Campos não ou-se bastante.

Reparar os senhores Senadores que não estamos apoiando nossas condições em Miami, Prebiss, ou Miami como Furiado, estamos nos valendo do conteúdo da política econômica norte-americana, de Roberto Campos e de trabalhos oficiais de instituições públicas e universitárias da maior responsabilidade na vida daquele país.

Com o complicado, artificial e frágil mecanismo bancário do FMI, sem intervenções na casa, ainda, os nossos membros do Norte em muito, não aguçam se a desenvolver e acrescentar simplesmente manutenção dos preços de nossos produtos de exportação, com o que não empobreceríamos, não teríamos de sofrer as crises econômicas que nos exauriu o fôlego e as poupanças, e possuíamos planejar a utilização de um fluxo mais regular de divisas, libertando-nos inclusive de boa parte da inflação e de grande parcela das instabilidades políticas que era engendra permanentemente. Em suma, estabilidade para o país, no invés de uma utópica estabilização para a moeda.

Os erros e enganos dos homens públicos são quase sempre terríveis, porque ficam as vezes repercutindo além da geração que os cometeu. Estamos cada vez mais inclinados a tomar maior número de decisões, e mais rapidamente do que há um decênio atrás, do que orden.

Nesta Revolução mundial pelo desenvolvimento nenhum povo deve ficar marginalizado, nenhum aditória ficar relegado àquela reserva "inter-característica" a que se referiu o Presidente Khrushchek.

Esta é a hora de progredir, de promover o desenvolvimento, de quemar etapas, de criar riquezas, de redistribuí-las mais cristalmente; e é a hora de convocar todas as forças nacionais para uma obra que só pode ser realizada pela união de todos os espíritos; não é portanto o momento de fazermos — como ocorreu ainda agora, infelizmente — o Brasil sair as suas aspirações de progresso, de fazê-lo titubear no caminho do futuro, de frustrar as oportunidades de um povo que começava a confiar no desenvolvimentismo, na força do seu trabalho como meio de alcançar melhores e mais decentes níveis de existência.

Por mais quanto tempo ficaremos desacelerando a vontade nacional de grandeza? Por mais quanto tempo continuaremos iludidos quanto aos auxílios supostamente desinteressados de outras potências? Por mais quanto tempo continuaremos à mercê desse complexo de colônia, ingenuamente crentes no progresso à custa alheia?

George Washington escreveu um dia que a nação que aceita favores de outra nação cedo ou tarde terá de pagá-los com parte de sua soberania, de sua independência.

O Sr. Eurico Rezende — Não me V. Exa. com um aparte?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não!

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. está prolongando toda a História na drenagem de recursos estrangeiros para o Brasil.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Do Brasil!

O Sr. Eurico Rezende — Devo dizer a V. Exa. — e isto é uma verdade acadiana — que, entre as pessoas há empates, entre os povos há interesses. O fato de as agências oficiais e as agências particulares fi-



nações dos Estados Unidos e estão querendo fazer a uma atividade econômica em termos absolutamente normais, como é normal V. Exa. pelo seu trabalho de advogado, aqui há lucros também. Realmente, a cooperação econômica se dá em termos comerciais. Para de dadas isto. Não se conhece, mas a cooperação estrangeira tem sido muito ao País. Fez V. Exa. referência a Light. A Light é um exemplo de desenvolvimento econômico na Região de São Paulo e, principalmente, na este Guanabara-São Paulo. É uma empresa americana e, hoje, interage na economia brasileira. V. Exa. se limitou a fazer referência, inclusive, a isso que chamo de agressão em termos de judaísmo financeiro. Mas V. Exa. precisa, também, olhar os benefícios da ajuda estrangeira a este País. V. Exa. deve estudar a história da Siderurgica Nacional em Volta Redonda — lá, no Estado do eminente Senador Aarão Steinbruch...

apesar disso foi altamente produtiva para o Brasil. Tenho lá no meu Estado, o maior embarcadouro de minérios do Mundo, Cais do Tubarão, com ajuda estrangeira. A Light, que beneficiou o Estado de V. Exa. e São Paulo, com ajuda estrangeira, Urubupunga, em conjunto com Jupia e Ilha Solteira, irá colocar o Brasil em 4º lugar no sistema gerador de energia elétrica do mundo e em primeiro lugar do Hemisfério Ocidental, com produção programada para 4.700.000 kws. Se a ajuda estrangeira, em algumas áreas, tem sido expoliativa, não é em relação a outros setores.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — E V. Exa. deve... como foi conseguida a implantação.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Não é isso. Isto cabe a V. Exa., que se mantém numa filosofia diferente da minha.

O Sr. Eurico Rezende — Não sei como é que se consiga o juro que se cobra...

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Isto cabe a V. Exa., que se mantém numa filosofia diferente da minha.

O Sr. Aarão Steinbruch — Gostaria que V. Exa. explicasse o que quer dizer por "judaísmo financeiro".

O Sr. Eurico Rezende — E' por isso que o Brasil não progride.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. vai me permitir, mas não pode desproporcionar a meu respeito!

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — E não progride, porque, realmente, existe um processo expoliativo. Daí a necessidade de defendê-lo.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Sr. Exa. quer explicação para a discriminação racial que V. Exa. fez no seu aparte.

O Sr. Eurico Rezende — São sinais de falha colonial. Um país com dimensões continentais tem que aceitar a ajuda externa.

O Sr. Aarão Steinbruch — Gostaria que V. Exa. explicasse isso de "judaísmo financeiro" em palavras mais simples.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Não é isso.

O Sr. Eurico Rezende — Quando falo em judaísmo financeiro ou apenas em judaísmo, não quero, absolutamente, colocar injúrias nas corongas de V. Exa. Absolutamente não em termos comerciais, isto é, quando...

O Sr. Eurico Rezende — Agora, quando marchamos para a industrialização, não podemos abrir mão da cooperação americana, que nos é útil, dá lucros enormes. — Esse é o ônus do país subdesenvolvido. Mas, no conjunto, V. Exa. pelo menos comigo, deve ter a certeza de que essa cooperação econômica tem sido benéfica.

O Sr. Aarão Steinbruch — Mas V. Exa. está, aqui, adotando a linguagem nazista, como quando se referei com essas mesmas palavras, e agressivamente, V. Exa. não destoa, portanto, do pensamento nazista, nesse particular.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento tem drenado para o Brasil, em termos de energia elétrica, noventa milhões de dólares por ano e a juros de 1,25% — digo isto porque estive em Washington durante uma semana, para compreender o mercantilismo do B.I.D. O B. I. D., que obtém recursos decorrentes dos fundos orientais, principalmente japoneses, está com um projeto pronto, e já vai ingressar no cantilão de obras, para construção da grande rodovia que vai ligar Vitória — vale dizer, o Atlântico — ao Porto de Cajá — no Pacífico — percorrendo áreas imensas de Minas, de Goiás e, principalmente, de Mato Grosso.

O Sr. Eurico Rezende — Não! V. Exa. está atendendo com excesso as convicções do sangue e da hereditariedade. Absolutamente, não tive o menor propósito. Esse é um termo que se usa quando se quer caracterizar a exploração do homem pelo homem. Fala-se em judaísmo. Não reitro o termo, mantenho-o.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Nobre Líder, V. Exa. terá oportunidade de rebater o meu discurso, defendendo os investimentos estrangeiros, defendendo os empréstimos e a ajuda estrangeiros. Mas V. Exa. não deve fazer um discurso paralelo, perturbando evidentemente, o sentido e a coordenação do meu discurso. Se está preocupado com os dados que trago aqui, eles não resultam de uma erudição, que é privilégio de V. Exa., mas estão instruído com toda a documentação em que me fundei. De sorte que os passarei, no fim do meu discurso, a V. Exa. para que tenha acesso a esses documentos de fontes, evidentemente, insuspeitas.

O Sr. Aarão Steinbruch — Técnica nazista de Hitler!

O Sr. Eurico Rezende — Peco a V. Exa. que tenha paciência com seu modesto colega. Não estou furindo, absolutamente, no tema do seu discurso. V. Exa. está apontando aquilo que chama de maledicções...

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. me faz a injustiça de achar que eu estou adotando uma técnica nazista, mas não praticarei a injustiça de dizer que V. Exa. está tendo uma reação comunista.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Eu estou dizendo quanto custou a Light, V. Exa. quer defender a Light!

O Sr. Aarão Steinbruch — Esta técnica é muito usada, muito explorada. V. Exa. sempre utiliza esses métodos...

O Sr. Eurico Rezende — Eu não estou defendendo a Light, Excelência! Eu estou salientando a importância

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. não foi chamado ao debate e eu já expliquei que não tive, absolutamente, o propósito de alentar ao povo judeu. Não tive e jamais o terei. Não é meu aparte, se o orador o permitiu, para dizer que o seu discurso tem muita coisa certa e muita coisa de adivinhação. Somente uma instituição, com balisamento técnico muito grande, é que poderia recrutar essas espécies de finança internacional que estão povoando o seu discurso. Esta cobrança, esta fruição, que V. Exa. diz exagerada de lucros,

da Light no desenvolvimento do complexo socio-econômico da região centro-sul.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — E lou proovando a importância da Light no processo de espoliação.

O Sr. Eurico Rezende — Como espoliação, nobre Senador?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Felos dados que estou entencendo, com juros dos empréstimos feitos, os 4 por de empréstimos realizados. V. Ex^a sabe que a Light é responsável — isso foi no Governo do inclito Marshal Dutra — por um empréstimo que é oneroso e que pagamos até hoje.

O Sr. Eurico Rezende — Não sei o que sei e que conheço é a honradez do Governo do Marshal Dutra.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Governos honrados também fazem negócios como esse, nobre Senador. Então V. Ex^a não sabe a respeito daquele aval que demos à Brazilian Traction, no Canadá, para emprestar à sua filial lá, a juros de 4% e que pagamos até hoje a juros de 7%?

O Sr. Eurico Rezende — Nós quem, nobre Senador.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Nós, brasileiros, nós, o Brasil.

O Sr. Eurico Rezende — Mas se foi aval para um empréstimo, quando o avalista paga é com o que produz.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Paga com que Receita, nobre Senador?

O Sr. Eurico Rezende — Ele tem ação regressiva sobre o credor principal.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Não é a hipótese que V. Ex^a formula.

O Sr. Eurico Rezende — Então não estou compreendendo.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — A operação não foi direta entre o Governo brasileiro e o Governo Norte-Americano. A operação feita através a matriz, no Canadá, de um empréstimo por intermédio da agência norte-americana à sua filial no Brasil, com aval do Governo brasileiro. Esse aval onerou de 3% a taxa de juros. V. Ex^a não pode ignorar porque foi um dos casos de maior repercussão, denunciado pelos bons brasileiros, pelos nacionalistas.

O Sr. Victorino Freire — Não sei dessa repercussão.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Estou mostrando agora a V. Ex^a. Vou prosseguir no meu discurso, nobre Senador.

Isso foi escrito há dois séculos, dois séculos durante os quais a História não fez senão confirmar a justiça do axioma, e apesar disso ainda há patricios nossos, que insistem nesse erro, que, doleoso, constitui grave infração aos deveres civicos, o crime que o povo brasileiro já se habituou a capitalizar como *entreguismo*.

Estamos com Celso Furtado — casado por ter equacionado os nossos problemas econômicos à luz do interesse nacional — quando em feliz imagem diz que o Brasil é um carro que deve ser consertado em movimento, sem pará-lo.

A velocidade que o carro adquiriu — o "take off" no dizer dos economistas — não pode ser substituída pela inércia. O Brasil não pode voltar à era do recurso aos empréstimos, continuando de chapéu na mão, a acolher as diretrizes emanadas da alta finança internacional que fez de nós um dos melhores clientes e prisioneiros de permanente endividamento externo.

Sucedem-se as Conferências. Reuniões do Ponto IV, das OPA's, das Alianças para o Progresso e dos Acordos, e os resultados apregoados, as "vitórias" proclamadas pelos nossos governos depois de cada um desses episódios, continuam a recusar-se a aparecer — a não ser em termos de uma progressiva pirâmide de juros para pagar juros, enquanto prossegue, inalterável, o círculo vicioso do aviltamento dos nossos produtos básicos, e dos consequentes empréstimos para cobrir os saldos negativos desse infimo sistema espoliativo, que insistem em chamar de comércio.

Em 1963 as dívidas do Brasil totalizavam cerca de 4 bilhões de dólares, 2/3 dos quais cabiam aos E.E.U.U. Grande parte desse débito com este país era o resultado não de doações, mas de negócios americanos altamente lucrativos, com quase 90% canalizados através do EXIMBANK, vendas de excedentes de trigo, etc.

"Vision Letter" na mesma época calculava que para mantermos em dia o pagamento das dívidas do país teríamos de lançar mão de 43% do total das receitas anuais. No ano anterior o Fundo Monetário Internacional se recusara a ajudar o Brasil sob a alegação de que a inflação eliminaria a eficácia dessa ajuda. Em síntese, a semelhança dos bancos particulares, só levanta dinheiro quem está sólido, quem não precisa enquanto o cliente em situação aflitiva não pode receber a menor compressão, a mais infima parcela de crédito.

Vamos recordar de uma vez por todas o bom senso para nos unirmos em torno do desenvolvimento baseado primordialmente em nossos próprios esforços. Vamos arregaçar as mangas e trabalhar, ao invés de continuarmos na expectativa dum ajuda que não virá nunca, porque contribuiria ao sistema de dominação dos que nos anestesiaram com injeções de alguns dólares, dólares que logo adiante revertem, multiplicados, às suas origens.

Quando o "Board" do FMI se reúne, e finalmente examina um pedido de saque de um país como o nosso, eu me pergunto se naqueles dados muito circunspectamente analisados pode estar contida a nossa realidade sócio-econômica, e se os cerebros eletrônicos são capazes de computar os mil e um fatores desta surpreendente e diversificada realidade.

Batendo sempre na tecla da inflação, o Fundo persiste em desconhecer que deflação é dinheiro curto e dinheiro curto diminui o ritmo de crescimento econômico. Deflação acarreta a recessão, que é uma via de acesso à inquietude social. Logo, só é possível fazer com que um país (que já se debate com dívidas e desenvolvimento desordenado) ainda por cima enfrente essa política econômico-financeira, se nele for instalada uma ditadura, o regime autoritário apoiado na força das armas, na Junta Militar sugerida com tanta sinceridade ao Senado americano pelo estudo da Universidade de Oregon.

O "remédio" do FMI constitui, pois, uma dupla intervenção — econômico-financeira e política — e tem duas consequências danosas: a estagnação econômica e a liquidação da Democracia. O Brasil é a Argentina, em diferentes grupos, estão aí comprovando o que afirmamos.

"O Brasil é um país em construção, diz a citada revista, e, como tal, sempre mais do que ganha. Deve-se notar que os E.E.U.U. não tiveram superavit de balanço de pagamentos entre a Guerra Civil e a 1ª guerra mundial". E termina com palavras que há muito são nossas conhecidas: "acontece que os cavalheiros do FMI são apenas banqueiros, e duros banqueiros... A sorte dos E.E.U.U. no Brasil, por motivos do passado, presente e futuro, é muito mais com-

pliação do que uma demonstração de "contato de banco". Al está a no- a stese problemada por autoridade or- gão da imprensa americana. Cá es- lo, mais uma vez, os brancos islan- do dos brancos...

Meio com a melhor das intenções, Meo os homens de ciência descompro- metidos com os grupos econômicos e os seus países, dificilmente podem obter perspectivas do "terceiro mun- do" seja um mínimo de distorções. As lras mais bem intencionadas es- barrem na refracção dos condiciona- mentos da realidade metropolitana, e nascem sob a égide dum' ciência ec- nômica impregnada da ideologia de Corribarho e superioridade dos que enriqueceram primeiro e comandam a empresa imperialista. Fazemos toda- via justiça a alguns espíritos lucidos que compreenderam a necessidade de criarmos soluções originais para os nossos problemas, e quando dizem soluções queremos dizer técnicas, equações, experiências partidas da nossa realidade, formuladas e inspi- radas por uma vivência direta, pela vivência do nosso dia a dia de povo desanquando nas suas riquezas, no fruto do seu trabalho.

Depois de abril de 1961 lamentável- mente assistimos ao retorno e ao re- forcamento dessa atitude mental sub- desenvolvida, de importação de téc- nicos estrangeiros e consequentemen- te de justa posição de modelos estran- hos ao corpo da nação brasileira. Assim, do dia para a noite voltamos a ser um povo de incapazes, e todo um patrimônio tecnológico-científico foi posto de lado para que os luma- neres estrangeiros viessem nos ensi- nar a construir o Brasil, ou a conser- vá-lo, segundo alguns. Voltamos aos tempos das "Missões" que tinham para nós dizer o que éramos e o que devíamos ser, das quais nada restou senão os exemplos de errantes incertezas, intervenções e fracas- sos.

É verdade que os nossos patrícios que os convocaram, não quisera- m deixar de acrescentar a sua contri- buição sofisticada, e assim nasceu o "gradualismo", ou seja, o modelo de FMI consertado ao posto dos que amam as discussões estereis, porque nada foi gradual na política do Sr. Roberto Campos, sobretudo a fome dos trabalhadores, que se aguçou vio- lentamente. Enfim um dos eufemis- mos com que o Sr. Campos entreteu os incautos enquanto para construir estradas, para organizar o nosso sis- tema tributário, para equacionar o problema do aço e o de tantos outros setores da economia nacional, vinham vindo os técnicos — por singular co- incidência exclusivamente cidadãos americanos — e pagos a peso de ouro, com vencimentos até dez vezes maiores do que os de nossos patrícios que exercem as mesmas funções.

Vejá-se o caso do Relatório con- tratado com a firma Booz-Allen, uma análise pessimista, cívica de erros ocasionais, e que nos custou um mi- lhão de dólares; e o Relatório dos técnicos americanos sobre os nossos problemas portuários, que mereceu do Professor Maurício Jeppert as crí- ticas mais severas e o título de tra- balho primário?

Mudado o governo, continuamos a contratar firmas estrangeiras, a em- penhar dólares, apesar de os engi- nheiros brasileiros terem chegado ao extremo de criar uma Comissão de Defesa da Engenharia Nacional, sob os auspícios oficiais do Clube de En- genharia. O Governo atual continua como o que o antecedente, a levar tudo o que é nacional à posição defensiva, e a contratar firmas alienígenas para trabalhos e estudos que há muito já fazemos. Vão ficar muito mal na História — se é que ficarão — os que executam essa política de des- valorização e alienação da nossa in-

teligência, que encontra o seu ponto alto no Convênio MEC-USAID, aqui discutido pelo Ilustre Senador Mario Martins.

Que há um século o Barão de Mauá trouxe os técnicos ingleses para a construção da primeira ferrovia do Sudeste, nada mais razoável e ste- louvável. O que não podemos é con- cordar com o fato de o Governo con- tratar com diversas firmas estrangei- ras o planejamento global do nosso sistema de transportes, ignorando um século de experiências e extraordi- nárias realizações.

Retornemos a nossa linha central de raciocínio.

O Presidente do Banco Mundial, Sr. George Woods, as vésperas da reunião confessava que os financia- mentos públicos e privados para os países em desenvolvimento consti- tuem uma centésima parte do pro- duto nacional bruto dos países indus- triais" e atribuiu a "falta de coope- ração dos países industrializados" o lento crescimento das exportações dos países menos desenvolvidos. E baseou o seu julgamento na informa- ção de que um aumento de apenas 1% das exportações dos países em desenvolvimento ou atrasados, pro- duziu um ingresso superior a 1 bilhão de dólares em divisas. E ficou nisso, porque no mais a Reunião transcor- reu como de costume, com a nossa presença coonestando a espolição e encorrou-se também a espolição, e encorrou-se também a espolição, com as mesmas promessas de modificações substanciais, com es- acções duma boa vontade que é posta de lado no dia seguinte à reunião dos banqueiros para os seus países.

Fala-se no "direito especial de sa- que" como uma das conquistas, tal- vez o carro-chefe do conclave, apre- sentado em termos de excepcional be- nesse, concedida magnanimamente pelos países ricos que controlam o Fundo. Para o Brasil o saque signifi- ca apenas 34 milhões de dólares, já que a nossa percentagem — de 1,7% — sobre o montante de dois bilhões de dólares nos permite obter — e em 5 anos — tão somente esta ínfima quantidade e nada mais. E esses 34 mi- lhões de dólares ainda por cima, só poderão ser sacados se houver déficit no balanço de pagamentos e, nitem- ta, Senhores Senadores, se o país interessado assumir a obrigação de manter saldo credor médio de 30% na sua linha de crédito o que os reduz de 34 para 24 milhões de dólares. O Brasil aliás dispõe, em termos de vo- tos, de apenas 85% do total de cada votação.

Com esta a grande ajuda, alardeada quase como uma "graça", concedida a alguns países do "terceiro mundo".

Mas, para honra da verdade, o si- lêncio jamais é completo nos arrais da mentira, e o pequeno Equador, através a palavra do Presidente Ar- senena, desafinou do coro, segundo nos informam os jornais, denunciando as taxas de juros, a exigência da compra dos materiais financiados nos EE. UU., a preços mais elevados, e a contratação de técnicos norte-ame- ricanos a preços exorbitantes. Segun- do o Presidente equatoriano, essa contratação de técnicos representa, só ela, 14% do valor dos emprésti- mos, e por isso é que, classificou a Aliança para o Progresso como "uma das esperanças frustradas do homem latino-americano".

Discutem os países ricos uma nova moeda, e é claro que o fizeram natu- ralmente na defesa dos seus inte- resses, a França com reservas de ouro como jamais possuiu, defenden- do o padrão-ouro e os EE. UU., com suas reservas bastante desfalçadas e preocupadas com o montante das re- servas russas, dispostos a superar esse tradicional padrão. É bem o símbolo do mundo atual, dominado pelos ado- radores dos bezerras de ouro do ouro que jaz às toneladas nos porões de Fort Knox, enquanto dois terços da

humanidade passam fome, e no Brasil morrem diariamente milhares de recém-nascidos.

É saudável a reação ao dólar como medida internacional de troca, já que se trata de moeda interna de um país, mas seria muito melhor se reagissemos ao dólar atacando as causas e não os efeitos. Porque o dólar em grande parte de sua força dominadora originada de todo um sistema de comércio e diplomacia — que vai do "big stick" à boa vizinhança — que compreende inclusive os aliados externos, os infelizes nacionais dos nossos países que se colocam a serviço do bezerro de ouro, e alienam continuamente a sua Pátria.

O grave é que depois da guerra o FMI passou a desempenhar uma função predominante na orientação das operações financeiras internacionais, visto por instituições públicas e privadas, como o barômetro da situação econômico-financeira de cada país. Em suma, o FMI passou a dar o "sinal verde", investida portanto de autoridade política, capazes de derrubar regimes e instituir outros à sua imagem e semelhança.

E assim uma perspectiva monetarista governa o mundo, baseada em relatórios secretos, apoiada em contas de banco que muito pouco podem dizer sobre a realidade dos países emergentes, dogmática e surda às suas estruturas peculiares e incultas, incapaz de autocriticar-se e reconhecer que ela é, no final de contas, quem tem levado esses países a situações difíceis, que ela é a terrível divindade que vela pela perpetuidade de um jogo internacional que é um círculo vicioso.

Para os banqueiros que enchem os bolsões, seria interessante que contabilizassem nos seus cadastros as parcelas da deteriorização dos preços de nossas matérias-primas, a permanente insegurança que nos impede de planejar sequer a curto prazo, os acordos leoninos, os financiamentos vinculados, os juros dos juros de nossos empréstimos longevos, e por último mas não menos importante, a drenagem de capitais operada dia e noite para o exterior as muitas centenas de bombas de sucção com que o esforço do trabalhador brasileiro é transferido para outros países.

Decorridos vinte anos o Fundo Monetário Internacional pode ser considerado pelos países que o manobram como um ótimo negócio, que afinal lhes permitiu enfrentar o período da reconstrução do pós-guerra e a manutenção e o reforçamento do *status quo*, das suas hegemonias.

Mas os países do "terceiro mundo", esses deixaram-se envolver pelo avesso pelas Missões do Fundo, deixaram-se radiografar inteiramente, e alguns seguiram à risca o seu dogma econômico, todos afinal vendo suas moedas não alcançarem jamais a sanidade tão prometida e, ao contrário, sendo dia a dia mais empedrecidos, mais subjugados à finança internacional. Os grandes continuam a sacar, enquanto nos continuamos a ser saqueados de dólar as moedas.

O pecado do Sr. Juscelino Kubitschek — que o levou também ao cadafalso das cassações — é o de ter repudiado as imposições do Fundo em 1959 e de continuar fiel ao estatualismo, de permanecer acreditando no Brasil.

Porque o passado governo Kerouac o preço da carne?

Porque o BIRD assistiu o exíguo como condição de um empréstimo para a expansão da pecuária de corte.

O Sr. Victorino Freire — Perdão-me V. Ex^a um aparte (intercalado no do orador) — Não sei se compreendi bem o pensamento de V. Ex^a na parte em que V. Ex^a declara ter havido presso internacional no ato

de cassação do mandato do Sr. Juscelino Kubitschek. Acredito ter sido contingência política da Revolução. Não apreendi bem o pensamento do nobre colega, de que o Sr. Juscelino Kubitschek teria sido cassado por pressão também de interesse internacional. Queria um esclarecimento.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Quer V. Ex^a que o esclareça? Tem dúvidas V. Ex^a de que os interesses internacionais, hoje, estão por trás do terreno político?

V. Ex^a não verificou que logo após do Movimento de 1964 houve um tratado norte-americano de cooperação com o Brasil, através das empréstimos que foram encaminhados aos Governadores do Estado? Sou um homem que não pretendo voltar ao passado. Este é um assunto que, sinceramente, não desejo reabrir. A História vai julgar os homens de hoje. Meu discurso é técnico, de análise. Faço, com ele, a demonstração de todo um sistema internacional. E se, por coincidência V. Ex^a quiser, lhe cadê? Não que estou escrevendo com o Sr. Victorino Freire, em que demonstramos que foram cassados pela Revolução homens que não tinham posição ideológica definida até, mas um compromisso internacional arraigado. Quase todas foram apunhadas, simonacas. Este é um estudo que estamos fazendo. V. Ex^a terá oportunidade de ler nesse livro, em futuro próximo.

O Sr. Victorino Freire — Não estou apertando com esse fim, mas mesmo porque estou acompanhando o seu discurso com a maior atenção e vejo que V. Ex^a faz crítica contundente ao ex-Ministro e Embaixador Roberto Campos, que julgo um grande brasileiro, corajoso, que enfrentou a situação mais dura, ao assumir a Pasta do Planejamento. Aguardarei para não interromper V. Ex^a, a publicação do seu discurso, pois, talvez, mereça algumas retificações de minha parte.

Era o que eu queria comentar no discurso do nobre colega, com a admiração que tenho à sua inteligência e combatividade, e que não quero de exaltar.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Agradeço o aparte de V. Ex^a e deixo esclarecer que, de minha voz, salvo provocações, jamais me referirei a nomes ou farei imputações caluniosas, injuriosas, a ninguém.

Prefiro, nesta Casa, fazer análise do sistema, críticas globais ou específicas ao Governo. E, a nossa posição, de Oposição. Não gosto de me referir a nomes despegando as teses que sustento.

Quando me referi aqui, a pessoa do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, foi para provar alguma tese de que essas agências do Fundo Monetário Internacional interferem, politicamente, não só no Brasil, mas nos Países que estão em sua área de hegemonia.

Falava eu da liberação do preço da carne, porque o BIRD assistiu o exíguo como condição do empréstimo para expansão da pecuária de corte.

(Retomada a leitura)

Isso foi declarado taxativamente pelo Sr. Mac Meekan, chefe da Missão Comercial do BIRD, e publicado em toda a imprensa no dia 24 de agosto do ano passado, embora o Sr. Roberto Campos tivesse ido à televisão afirmar que a medida decorria de profunda meditação de seu laboratório de experiências econômicas. Agora estamos comprando carne no Uruguai e à Argentina.

A nossa vizinha e irmã Argentina via "conzelareni-se" os alicios e investimentos a ela destinadas, depois que o Presidente Illia assinou a concessão de 13 contratos assinados com grupos petrolíferos internacionais. Promovida a "reconciliação" pelos

que o Sr. Barba... houve o "desfilé"...

A Argentina, a Colômbia e agora o Brasil...

Em 1932 o valor do peso era de \$359 por dólar...

De 1932 até hoje, o FMI tem sido apenas um instrumento para...

De 1932 até hoje, o FMI tem sido apenas um instrumento para...

De 1932 até hoje, o FMI tem sido apenas um instrumento para...

De 1932 até hoje, o FMI tem sido apenas um instrumento para...

De 1932 até hoje, o FMI tem sido apenas um instrumento para...

De 1932 até hoje, o FMI tem sido apenas um instrumento para...

ristas e acentuar as contradições deste Governo.

O Ministro do Planejamento, na mesma tribuna onde o seu colega das Finanças omitiu-se...

É a técnica de nos manter humildados, permanentemente de chapéu na mão...

Foi por causa disso — para que os moços não protestassem pacificamente...

O que se viu nesta Reunião? As nações colocando o debate invariavelmente sob o ângulo técnico...

A tramitação dum projeto protecionista no Congresso dos E. U. é finalmente, a nosso ver, a duca de água fria nos que se recusam a ser realistas...

Garcia)

121/1

...neste momento, dar a pa...

...atitude final e definitiva sô...

...externa é dirigida específica...

...lho a condução dessa política...

...de oficiais e respeito, que...

...de casa...

...sido tentado, mas por não ter...

...o domínio, naturalmente,

...e no conflito, pelo presente...

...casileiro seja por uma base...

...desta em consequência de...

...o domínio não se dá e equa...

...o Luiz Garcia, de novo se pod...

...de política oficial e oposição...

...de se não conseguirem extor...

bilhões e 600 milhões de dólares. A luta contra o nosso sólido é feita igualmente carregada de lódes que não podemos deixar de aprender...

E será impossível reconhecer os nossos interesses se não partirmos da premissa de que o Fundo Monetário Internacional e para o qual cum...

DS N/ ANEXO N.º 166

Art. 8º Os prazos para...
Art. 9º Os créditos concedidos por...

CONGRESSISTA: *Marcelo de ALENCAR*
PROJETO N.º *(1957-68)* CAMARA
N.º *(1957-68)* SENADO
DC de 25 / 10 / 67 / DS-SF-ON Pg 2621
DO N.º / de / /

Gouvêa de Amaral expressões de apreço ao Congresso, aos Deputados e ao Senador que ali eras presentes.

Da conversa que estabelecemos com esse militar revigoramos as nossas conclusões a respeito de que nasce muita vez do setor político o estímulo a que os militares venham a sair da seara de seus afazeres para intrrometer-se em setores que não lhes são próprios.

Ouví disse general, por exemplo, no momento da apreço pelas instituições civis, declarar que lamentavelmente de que que diretamente é procurador por alguns setores políticos — por políticos e por partes — que vão, num cotajo bajulador, solicitar que essa autoridade adopte uma série de providências que não lhe cabem. Contou-me que é frequente a ida de comissões para reivindicar de um Comando de Região e intromissão nos negócios do Estado de Minas Gerais.

Disse-me esse general que já não tem mais tempo para essa atencimento, que é constante. E então fiz ao mesmo general que a publicidade de certos setores políticos não deve diminuir o conceito que merece o político de modo geral. Fiz ver que ali a nossa presença, no exercício do nosso mandato, era a demonstração viva de que os políticos não seguem apenas os impulsos menores, mas também são e há de suas responsabilidades e deveres.

Foi-me realmente frustado o ao não ao contato com presos políticos. Tiremos oportunidade de nos avisarmos em várias unidades militares, e aqui sempre o elerio para maneira alta e respeitosa com que o Coronel Fleury, Coronel Corrêa, Coronel Maciel e Coronel Leão atenderam aos parlamentares, dedicando a consideração de que se fazia necessário.

Lamentavelmente, entretanto, no contato...

O Sr. Eurico Rezende — Antes de ingressar na fase pessimista, poderia V. Exa. permitir um aparte? (Assentimento do orador) Desejo fazer uma reificação no pronunciamento de V. Exa. Contei nos dedos da mão direita, e gravei nos escarinhos da memória: cinco vezes V. Exa. falou em presos políticos.

O SR. MARCELO DE ALENCAR — Certo.

O Sr. Eurico Rezende — Nós não temos presos políticos no Brasil. Temos sim, vários cidadãos brasileiros sendo processados ou por subversão ou por corrupção, mas não se trata de presos políticos porque esta figura é intolerada no regime democrático. Não há presos políticos nos quartéis brasileiros.

Há presos, há cidadãos que estão ou indiciados, ou deturcados, isto é, estão sofrendo o contrabandimento legal ou ilegal, pouco importa, de acordo com as leis penais comuns e especiais brasileiras.

O SR. MARCELO DE ALENCAR — V. Ex. é um jurista. Não quero o debate.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex. não foi visitar presos políticos.

O SR. MARCELO DE ALENCAR — Presos por crimes políticos. Os crimes da lei especial de segurança nacional são delimitados como crimes políticos. Fui visitar indiciados de crimes políticos. Portanto, fui visitar presos políticos.

De sorte que, entrando realmente na fase pessimista a que V. Ex. aludiu, confrontando este comportamento que fazemos questão de frisar a maioria da oficialidade das nossas Forças Armadas, de nito sentido de dignidade, de alto sentido democrático, que foi sempre uma característica dessas mesmas Forças Armadas, tivemos o desprazer de constatar que realmente as denúncias oferecidas a parlamentares a respeito de serviços eram configuradas por fuses presos e, lamentavelmente, com alguns milita-

res sendo imputados como responsáveis por esses atos.

Vela-se aqui — e desde logo convém assinalar — que existe de fato, já constatada, uma minoria não raro de oficiais que, sem maiores qualificações ou qualidades para se afirmarem na sua corporação, se aproveitam de momentos como o que vivenciamos para se afirmarem pelo lado negativo, para se afirmarem no exercício de atividades indesejáveis. Vejo-me, pois, na contingência de trazer ao conhecimento da Casa o relatório a que procedemos após essa viagem, essa visita, relatório que é a síntese do que lá se apurou, para que não fique sem contestação os fatos que foram trazidos ao nosso conhecimento.

Este relatório diz o seguinte:

Conforme os entendimentos havidos com a Inspeção da Múrcia na Câmara dos Deputados, através do Deputado Geraldo Freire, às 14.13 horas do dia 21 de outubro, sábado, emprezaram-se ao QG da 4ª Região Militar os seguintes parlamentares: Militares e seguintes parlamentares: Federais Dória Vieira, Edgard Mata Machado e Márcio Moreira Alves, e Deputado Estadual Raul Belém (Líder do MDB, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais).

Fomos recebidos pelo Fte. Cel. Leão, ajudante de ordens do General Itiberê Gouvêa de Amaral, que nos levou à presença do Comandante da Região.

Aqui cabe uma ratificação: esse Coronel não é ajudante de ordens, é assistente do Comandante da 4ª Região. (Id):

O General-Comandante deu-nos ciência de telegrama que recebeu do Sr. Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General Jaime Fortes, e do Comandante do 1º Distrito, General Adalberto Pereira dos Santos, dando instruções no sentido de que não fosse permitido visitar todos os presos políticos que em Juiz de Fora se encontrassem.

Após esclarecer as condições de visita e de exercício do Deputado Dória Vieira que não poderíamos visitar os presos em suas celas, posto que isto contrariava as ordens recebidas, ordenou ele que os prisioneiros no quartel do comando nos fossem apresentados. As quinze horas entramos em uma sala contigua à dos Comandantes da Região, onde já se encontravam nove presos, envolvidos em diversos IPM's. Constatamos, pelas informações que de as recebemos, que em Juiz de Fora nada sofreram e estavam nas melhores condições de encarceramento permitidas pelas instalações do quartel, que não foram planejadas para servir de presidio.

Quanto a irregularidades, verificamos que os presos Carlos Eurico Ponce de Leon Antunes, Guilherme Ovidio Herrera Benitez, chileno, e Konstantino Synodinus, grego, já tinham tido ultrapassados os prazos das duas prisões preventivas que contra eles foram decretadas pelo Conselho de Justiça da 4ª Região Militar.

A respeito de serviços recebemos duas denúncias, dos presos Expedito Ulgino do Silva e Juracy Felix Santana. O primeiro, mestre de obras do Departamento Estadual de Saneamento de Goiás, foi preso a 16 de agosto de 1967, sob a alegação de que detinha em seu poder boletins subversivos. Queixou-se de haver sido espancado nos primeiros dias subsequentes à sua prisão, quando respondia a perguntas no quartel do Exército existente em Goiânia, por sargento de nome Thompson e na presença de um 1º Tenente de nome Bandeira. O segundo, Instador de móveis, fora sido preso em virtude de haver participado de reunião sob a organização do Sindicato dos Marinheiros. Também, também, há sido espancado pelo Sargento Thomp-

Leitura de Eurico Rezende
Relatório de visita de Juiz de Fora
de
do Fria
comando militar
instancia a preso

O SR. MARCELO DE ALENCAR:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, parece-me do meu dever trazer informações e esclarecimentos à Casa a respeito da minha participação no grupo de parlamentares que se dirigiu à Cidade de Juiz de Fora, para fazer a visita a presos políticos, em face de denúncias recebidas por parlamentares, relativamente a serviços em alguns desses presos, visitados com procedida de entendimentos com a liderança do Governo na Câmara dos Deputados.

No dia 22, sábado, para lá me dirigi, na companhia dos Deputados Federais Márcio Moreira Alves, Mata Machado, Dória Vieira e do Deputado estadual Raul Belém, Líder do MDB na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Havia esclarecer, a bem da verdade e para demonstrar o nosso apreço pelas instituições, que tivemos a agradável oportunidade de verificar que autoridades militares têm noção exata de suas responsabilidades quando aderem ao entendimento de que o poder civil existe, deve ser respeitado, cumprido e acolhido nas suas atribuições próprias.

O Insufo General-Comandante da IV Região Militar nos acolheu como parlamentares, como representante do Poder Legislativo, cordial e respectivamente. Ouví do General Itiberê

com e, ainda, pelo mesmo Tte. Bandeira.

Sob as condições de encarceramento em Juiz de Fora foram todos unânimes em tecer elogios à humanidade com que eram tratados pelo Coronel Machi, encarregado de sua guarda.

Anotadas as queixas e denúncias dos presos do Quartel-Cienciapi, seguimos para o prédio do 4º Regimento de Obuses, onde fomos recebidos, cerca de 15.15 horas, pelo comandante da unidade, Tenente Coronel Henry. Nesta unidade estão os presos envolvidos no chamado "PM das guerrilhas de Uberlândia" e ainda o "Professor Bayard Maria Boiteux, já condenado em primeira instância pelo Conselho de Sentença do Juiz de Fora como participante das chamadas guerrilhas de Caprao.

No 4º Regimento de Obuses foram-nos apresentados dezoito presos. Todos afirmaram estar-se bem tratados em Juiz de Fora, embora se queixassem da falta de banhos de sol, que foi justificada pelo Coronel Henry como sendo "motivada" pela falta de condições humanas e materiais do seu quartel para servir de prisão a tão numeroso grupo de presos políticos.

A respeito das torturas recebemos denúncias das seguintes pessoas:

Antonio Jerônimo Freitas, Jarbas Silva Marques, José Lourenço, Edmo de Souza, Taylor Silva e Irto Marques dos Santos, este último como testemunha do espancamento de Dionísio Carlos, prisioneiro já libertado, Elias Parrera Barbosa e José Ferreira Braga.

Antonio Jerônimo Freitas, lavrador, preso às 5 da tarde de 1 de agosto de 1967, declara que em Uberlândia sofreu a tortura chamada "telefone", no quartel da 3ª Companhia do 6º Batalhão de Caçadores. Esta tortura foi-lhe aplicada por um agente do DOPS de Brasília que pelos companheiros era chamado de "Capitão" e "Léopoldo". Presume, portanto, seja este um quadro do SNI. Declara que em virtude dos golpes que recebeu sobre os ouvidos ficou surdo do ouvido direito, no ponto de não ouvir por ele seguir as batidas de um relógio quando calado à orelha. Recebeu golpes nos rins e cacetadas, nas pernas para confessar o que sabia.

Jarbas Silva Marques, brasileiro, professor secundário, residente à SQ 100, Bloco 4, apt. 505, em Brasília, foi preso às 6.30 horas da manhã do dia 31 de julho de 1967. Levado ao quartel dos Dragões da Independência (RGG), nada sofreu durante o dia, a não ser ameaças por parte do Major Zeno José de Almeida Moura, que lá se encontrava a paisana. Depois das dez da noite, entretanto, começou a ser interrogado de baixo de pancadas. Recebeu, nos ouvidos, muitos golpes de "telefone". Um cigarro foi apagado no seu rosto. Seu espancador, cujo nome não sabe, era oficial de dia em serviço. Estas torturas duraram até cerca de sete horas da manhã, cessando quando a vida do quartel retomava o seu fluxo normal e a ele chegavam os oficiais. Durante este interrogatório violento seus inquisidores queriam que acusasse de envolvimento em um plano de guerrilhas os Deputados Antônio Maranhão e Mário Covas, o ex-Governador de Goiás, Mauro Borges, e o Prefeito de Goiânia, Querlam, ainda, não dissesse que o Deputado Brito Velho fazia parte de uma conspiração contra o Vice-Presidente Pedro Aleixo e o Presidente da República Costa e Silva. Ficaram ainda perguntas sobre as legiões que acaso tenham com o jornalista Mário Taveres e uma organização nacional subversiva, os Deputados Howland Alves e Márcio Moreira Alves.

Após esta primeira noite de interrogatório foi o preso removido para

o quartel de artilharia de Brasília, onde nada sofreu. A noite foi mais uma vez transferido de cárcere, desta vez para o quartel da Polícia do Exército. Neste quartel foi espancado durante três noites consecutivas, sendo um de seus espancamentos presenciado pelo preso Guaracy Raulino. Na última noite de serviços foram-lhe as tão graves que quebrou uma costela e ficou de tal forma perturbado que era incapaz de raciocinar. Ao ser levado para o pavilhão do Pelotão de Investigações Criminais, PIC, pelos Sargentos Milton e Juvenal Antunes, sob as ordens do Capitão Sotinha Nogueira, sofreu a tortura denominada "banho chinês" ou "caldo" em um tanque d'água que próximo a este pavilhão do PIC existia. Este banho extremamente comedido, foi levado para uma cela. Ao cair sobre a cama perceberam que haviam deixado em seu poder seus dentes, cujas lentes estavam quebradas. Usou os cascos de uma dessas lentes para abrir o pulso direito. Desmaiou em seguida. De madrugada, quando perceberam o estado em que se encontrava, foi removido, no automóvel de um capitão-médico, um "Aerovil" "bordeaux", para o hospital do Exército próximo ao quartel da Polícia do Exército. Neste hospital foi medicado por um capitão-médico que trabalha também no Hospital Distrital de Brasília e cujo nome não sabe precisar. Recebeu uma transfusão de sangue, curativos em suas feridas, etc, e seu peito foi enfim do, posto que o exame radiográfico constatou a fratura de uma costela do lado esquerdo. Na mesma noite foi trazido de volta ao quartel de PI em uma ambulância. Conservou a faixa sobre o peito até três dias antes de vir para Juiz de Fora. Embora não fosse mais espancado, diz ter sido ameaçado por um major que veio do Rio Interrogado, Oscar da Silva, que citou o exemplo da Indonésia, onde dezenas de milhares de comunistas foram sumariamente fuzilados, e fez referência à existência, no Exército Nacional de um chamado "esquadrão da morte", que teria por incumbência desembarcar-se secretamente de subversivos.

Actua, como mandante e testemunha das torturas que sofreu, o Major Zeno José de Almeida Moura. Como traços dos padecimentos que travessou, pode-se ainda constatar a cicatriz de um corte em seu pulso direito e, apalpando-se a costela, o calo ósseo de consolidação de fratura.

José Lourenço, pedreiro, residente há cerca de vinte anos em Uberlândia, foi preso naquela cidade a 21 de julho. Tem ele um pé defeituoso, em virtude de um antigo acidente de trabalho. Levado à 2ª Companhia do 3º Batalhão de Caçadores de Uberlândia, lá foi espancado pelo mesmo oficial que servia a DOPS, ao qual fizemos referência quando tratamos do preso Antônio Jerônimo Freitas, com mureta nos rins e estômago. Foi ainda espancado a varadas no rosto e na cabeça por um oficial do Exército, fardado, de cor bastante escura, chamado Tenente Costa, ou Castro. Este tenente, percebendo que mancava, pisou-lhe violentamente o pé direito. Removido para Brasília, ficou dois dias no Batalhão da Guarda Presidencial, onde nada sofreu. Foi transferido para o Quartel dos Dragões de Independência. Neste quartel nada sofreu, mas, sempre que era transportado para depoimentos no quartel da PE, era espancado dentro da viatura por um sargento, cujo nome não sabe, do início ao fim da viagem.

Edmo de Souza, professor, foi preso em Uberlândia a 30 de julho. Foi espancado no ato de sua prisão por um agente do DOPS e, no dia seguinte, durante um interrogatório que respondeu na 3ª Companhia do 6º Batalhão de Caçadores por um oficial

a paisana e pelo 1º Tenente Costa ou Castro, a que anteriormente foi feita referência, que descreve como sendo um rapaz de cor de aproximadamente 23 a 30 anos de idade. Remetido para Brasília, aqui nada sofreu.

Taylor da Silva, cujo depoimento também foi tomado pelo Senador Marcelo Alencar, afirma haver sido submetido a choques elétricos quando de seu interrogatório em Brasília, no quartel da P. E. Diz que estes choques lhe foram aplicados por meio de fios descobertos, sendo que, em uma vez, um fio lhe foi introduzido no ouvido. Duraram várias horas, foram aplicados pelo Sargento Milton e presenciados por um Major sifo e claro, além de Elias Pereira Barbosa.

Irto Marques dos Santos, que pessoalmente nada sofreu, presenciou, entretanto, o espancamento de Dionísio Carvão, no quartel da Polícia do Exército, em Brasília, na noite de quarta-feira, di 22 de agosto. Dionísio Carvão, segundo ele, foi espancado pelo Sargento Milton. Na ocasião não havia nenhum oficial presente, mas o prisioneiro afirma que, pelo menos o Capitão Nogueira e o Major Zeno, sabiam do que ocorria e eram pelos espancamentos responsáveis, uma vez que, frequentemente, ameaçavam os prisioneiros de violências.

Eduis Parrilha Barbosa foi agredido pelo Sargento Castello Branco. Che, da Guarda ao chegar ao quartel da PE em Brasília e presenciou os choques dados em Taylor da Silva.

José Ferreira Braga, do DNER, brevo em Uberlândia a 31 de julho, por agentes da DOPS vindos de Brasília, foi espancado no quartel da 3ª Companhia de Guardas do 6º Batalhão de Caçadores pelo tenente Costa, com elátes na canela e murros na cabeça e no peito.

A comissão de parlamentares constatou que todas as violências referidas pelos presos foram praticadas na fase de inquérito e durante interrogatórios, cessando prontamente após a remota para Juiz de Fora. No quartel do R. O. dizem os presos estarem sendo normalmente tratados.

Após a visita aos presos do 4º R. O. seguimos para o quartel do 10º Regimento de Infantaria, onde chegamos cerca das 17.30 horas. Lá, fomos recebidos pelo comandante da unidade, Coronel Carvão, que pipriamente informou que as denúncias entregues à sua guarda, em número de 10, constam de 10 desses presos são condenados no chamado "IPM das guerrilhas de Capangá" e os outros quatro cumpram penas por motivos diversos.

Foi unânime dos unânimes em declarar que estavam sendo tratados condignamente, embora também se queixassem da falta de banhos de sol, que lhes são dispensados apenas durante uma hora por semana. Mais uma vez a Comissão foi informada de que os banhos de sol não eram mais frequentes em virtude de não estarem as unidades do Exército aparelhadas para se transformarem em presídios, numa rotina dos quartéis adaptada a serviços de polícia.

Nenhum dos prisioneiros envolvidos nos chamados "guerrilhas de Capangá" mencionou-se de violências, quer atualmente, quer durante a fase de inquérito. Uma vez que o IPM a respeito destas guerrilhas foi concluído, ao que parece, de forma satisfatória para os órgãos encarregados da Segurança Nacional, tendo sido apuradas todas as informações por eles oriundas, a disparidade de tratamento, ou seja, as violências de Brasília, Uberlândia e Goiânia, em contraste com o tratamento corpeo de Juiz de Fora, leva-nos à conclusão de não ser prática corrente nos quartéis realizados pelo Exército a tortura ou espancamento de prisioneiros. Pelo contrário, estas torturas

o espancamentos são realizados por um número extremamente reduzido de militares, criminosos, que não contam com a solidariedade da maioria camagadora dos seus colegas.

Foram estas as informações que os parlamentares em visita aos presos políticos de Juiz de Fora puderam colher, sendo de ressaltar-se que ouviram esses presos com ampla liberdade e sem sofrerem nenhuma contrangimento. As informações foram colhidas em trabalho em equipe, por todos os parlamentares presentes. Em resumo, apuramos que dez presos atualmente em Juiz de Fora foram vítimas de torturas e sevícias. Apuramos ainda que os torturadores foram: em Uberlândia — um agente da DOPS de Brasília conhecido por "Capitão" ou "Braga" e um tenente de 28 a 30 anos de idade, homem escuro, de nome Castro ou Costa, que serve no 6º BC; em Brasília — major Zeno José de Almeida Moura, capitão Sotenes Nogueira, Sargento Juvenal Anunes, da Polícia do Exército e o oficial de dia em serviço no quartel dos Dragões da Independência, na noite de 1 de agosto de 1967; em Goiânia — o tenente Bandeira e o Sargento Thompson."

Brasília, 24 de outubro de 1967. — Deputado Doin Vieira. — Deputado Marcelo Moreira Alves — Deputado Edgard Mata-Machado.

Subscreevo: Marcelo de Alencar.

Esse foi o relatório que entendemos fazer, que foi elaborado pelos parlamentares que lá estiveram e que recebe minha subscrição, agora, desde que foi o produto do trabalho de cada um de nós, na entrevista feita com os presos que visitamos.

Fica, pois, no conhecimento da Casa, já na certeza de que estamos estudando as medidas necessárias, no sentido de responsabilizar de apurar realmente a procedência das denúncias de presos, de apurar se realmente os fatos ocorrerem como nos foram denunciados. Na verdade, o revelado merece apuração pelas autoridades, para que elas não incorporem a ação nefasta dessa minoria de sádicos ou de irresponsáveis.

O Sr. Josephat Marinho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não.

O Sr. Josephat Marinho — Justo é esperar que o Governo se antecipe a essas outras providências a que V. Exª se refere e, por iniciativa própria, determine a definitiva apuração da responsabilidade dos torturadores acusados.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Sem dúvida, ainda mais porque conseguimos, com a experiência adquirida durante três anos de inquirição como testemunha, desde generais e sargentos, cabos e soldados, atestar que, realmente, há um sentido de dignidade na ação dos militares, há um sentido de respeito à lei, de respeito humano, do sorte que nos recusamos a aceitar que o fato de alguns, de uma ovelhas desgarradas, e mal desgarradas, desse rebanho, venham a comprometer a instituição militar levando à impopularidade e ao desprezo às nossas Forças Armadas. E nesse sentido, é porque desejamos preservar as instituições, porque devemos e temos a obrigação de garantir o respeito à dignidade humana, aos direitos individuais do cidadão brasileiro, que achamos conveniente integrar essa comissão, valendo, aliás, um pouco da nossa experiência no trato do assunto conseguindo e logrando esses resultados, que comunicamos à Casa, já dando a certeza de que não ficaremos inertes, para promover a responsabilização dos eventuais crimes praticados pelas pessoas acusadas. (Muito bem. Muito bem.)

CONGRESSISTA: MARCELLO DE ALENCAR

PROJETO Nº

(MDB - GB)

CÂMARA

CSV/ ANEXO Nº 1. 71

Nº

SENADO

DC do 171 111 671 X-SF-XI Pg 2999

DO Nº 1 de 1 1

75

Fatos mantidos

O SR. MARCELLO DE ALENCAR:

Senhor Presidente, Senhores Senhores, no nível de uma grande Casa, ouvimos hoje o discurso do Senador Teotônio Vilela.

Na sua peça, de grande conteúdo, tocou em pontos que nos parecem essenciais, quando se examina a problemática nacional. A nosso ver, o ponto alto de sua manifestação reside, sobretudo, na crítica que fez às estruturas endurecidas e esclerosadas, que não permitem, realmente, o grande processo do nosso desenvolvimento.

Sua Excelência poderia acrescentar, no seu pronunciamento, outro ponto de estrangulamento de nosso desenvolvimento que está, evidentemente nas nossas relações de comércio externo.

Fez Sua Excelência, aliás também com irrecusável acerto e lembrando as expressões de Haroldo Laski, de que está reservado, ao Parlamento, a crítica e o registro desde que a democracia, em crise, realmente vem situando a ação parlamentar dentro desses dois pontos.

Mas, o meu pronunciamento de hoje diz respeito a um problema que não parece de maior relevância. Não temos tido aqui qualquer preocupação de afirmar posição nacionalista exagerada, facciosa, originária de uma emoção ou de uma paixão, mas verificamos que todos os fundamentos

...a respeito dos interesses da indústria naval...

...O Brasil foi pulverizado... O Brasil foi pulverizado, ontem...

BOLARAS

Na verdade não vejo por que devemos dar...

Veja Vossa Excelência como tinhamos...

Todos sabemos que o Brasil inicia o seu desenvolvimento...

...a respeito dos interesses da indústria naval...

Entendemos que as relações de comércio deve existir o entendimento...

Veja-se que o acerto do quanto significa a idela de emancipação...

Veja V. Ex. que temos tido a nossa preocupação confirmada...

Veja V. Ex. que, no momento em que o Senado norte-americano se preocupa...

Enquanto tivermos as nossas exportações dependentes...

...que é necessário um grande esforço nacional...

Da sorte que fica a resposta do Senado Brasileiro...

O Sr. Petrólio Portela - V. Ex. permite um aparte?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR - Pois não

O Sr. Petrólio Portela - Essas ameaças, tenho certeza...

O SR. MARCELLO DE ALENCAR - Agradeço a manifestação...

O importante é que não fiquemos calados...

O Brasil tem, todo ele, um sentido no momento em que realmente o seu povo...

De sorte que não devemos temer por adotar uma política de independência...

E' preciso, então, que comecemos a adotar a praxe de não deixar o Congresso Nacional de versar matérias...

Neste caso, cabe-nos acompanhar e acolher o exemplo americano...

...da indústria, vindas daquele... Espero que o Senador Long...

N8.PRO.CSS.214.1, p.62

Vertical text on the right edge of the page, partially cut off.

N8.PRO.CSS.214.11263.

ANEXO
2

2 - NOTÍCIAS DA IMPRENSA

2.1 - O Globo
15 Mai 1968

2.2 - Última Hora
26 Nov 1968

N8. PRO. CSS. 214.1.p. 65

4102

Política

Marcelo Alencar Deseja o MDB Servindo de Pólo Unificador da Oposição

Novos rumos e uma formulação mais ampla para o MDB foram defendidos ontem, em entrevista a O GLOBO, concedida pelo Senador Marcelo Alencar, suplente do Sr. Mário Martins, e membro da ala renovadora da oposição. Para ele é imprescindível a união de todos os grupos nacionais de oposição, e o MDB poderá desempenhar o papel catalisador, nesse processo, bastando que amplie sua ação e abra seus quadros para fora do movimento parlamentar. Entende, por outro lado, que a união das oposições será possível, apenas, em torno de um programa de ação ou manifesto, no qual se definam questões e soluções nacionais para a superação da crise verificada em todos os setores.

4102

N8:PRO-055-214.1, p. 66
26 NOV 1958

ÚLTIMA HORA

CSIV ANEXO N.º 2.21

Marcelo: General não tem moral para acusar

O Advogado Marcelo Alencar classificou ontem o Secretário de Segurança Pública da Guanabara, General Luís de França Oliveira, de "leviano e sem autoridade moral, por envolver, sem qualquer prova, o Engenheiro José Roberto Monteiro, seu cliente, na onda de assaltos atribuída ao ex-Deputado Carlos Marighela.

Revela o advogado que "o SS levou a efeito o reconhecimento do engenheiro por um tal sargento Ivã, que prendeu o estudante Paulo César". E explica: "Disse o militar que viu José Roberto no carro do universitário, fazendo a partilha do dinheiro roubado do carro-pagador do IPEG, às 12 horas do dia 8 deste mês. Ora, neste preciso momento, meu cliente estava preso no Serviço de Ordem Política e Social, na Polícia Federal". São em circunstâncias como estas", diz ainda Marcelo Alencar, "que se lancem acusações contra a honra e a dignidade de um bispo como Dom Antônio Fragoso. É uma autoridade que se comporta assim, que pretende encarcerar um prelado, levando todo o clero a um clima de indignação. Inexiste, portanto, autoridade moral para esse tipo de policial, de condenável manifestação psicológica".

FARSA
"É com veemência que denuncio essa farsa contra o engenheiro", diz o advogado, acrescentando: "Afirma o SS Luís França que José Roberto foi preso na Rua Ibiã, em Higienópolis, na companhia de outros cidadãos. Nessa ocasião, foi encontrado farto material subversivo, planos de assaltos a bancos, além de outros instrumentos de violência. Revelou também o general que o indiciado teria confessado a prática de crime de assalto ao carro-pagador do IPEG. Todos esses fatos são mentirosos, pois no dia 8, em que se deu o fato, José Roberto estava no IBRA, onde trabalha. Ali chegou às 8 horas e 30 minutos, e saiu preso às 11 horas e 45 minutos. A sua prisão ocorreu ilegalmente, sob a suspeita de que tinha relações com o ex-sargento Lucas Alves, preso na Rua Ibiã, no dia 7 deste mês. Ora, como são absurdas, le-

vianas e mentirosas as declarações da autoridade policial. Como poderia o jovem engenheiro estar ao mesmo tempo, na mesma hora, em Bento Ribeiro, onde ocorreu o assalto, e no IBRA, na Rua Santo Amaro, no Flamengo?".

NEGOU TUDO

"Num verdadeiro desrespeito à opinião pública, que vinha levando a sério as declarações do general, este afirma pela imprensa que o engenheiro confessou ter assaltado o carro-pagador e estar ligado a um grupo liderado por Marighela". Continua Marcelo Alencar. Ao contrário, o meu cliente, conforme consta dos seus depoimentos tomados até hoje (ontem), negou tudo e que lhe atribuiu o Secretário de Segurança".

E concluiu o advogado: "Essas investigações estão desmoralizadas, assim, porque refletem a leviandade da autoridade policial. Isso produz, junto, à opinião pública, uma imagem desfavorável a um moco engenheiro cuja vida progressa não registra o mais leve desabono de sua conduta. Trata-se de um técnico de alto gabarito moral e intelectual, estando em vias de casar".

CELAM e CNBB com D. Fragoso

O Subsecretário Nacional de Opinião Pública da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Frei Romeu Dale, informou ontem que "a CNBB acompanha com interesse o noticiário sobre o caso que seguiu pela Igreja Católica no Brasil.

De Goiânia, o Arcebispo de

Goiás, Dom Fernando Gomes dos Santos, telegrafou a Dom Antônio Fragoso, solidarizando-se com sua atuação à frente do bispado cearense e afirmando que ele não está fazendo "nada mais nada menos do que defender a autoridade do general Luís de França Oliveira". Afirma na sua petição que o prelado está na iminência de

ser preso por aquela autoridade policial.

CELAM SOLIDÁRIO

No Recife, o Arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão, que é presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano, cultural, social, econômico e político".

General do terror no STM

O Ministro Lima Tórres, do STM, solicitou ontem informações ao General Luís Felipe Galvão Carneiro da Cunha, para instruir o pedido de prisão preventiva que formulou contra o General Paulo Trajano da Silva, acusando-o de chefiar um movimento terrorista em São Paulo, onde houve assalto e roubo de armas na Força Pública.

Na condição de relator da matéria, o Ministro informou à imprensa que logo receba as informações colocará o pedido de prisão em pauta para julgamento. Acredita-

se, no entanto, que se o expediente a ser enviado ao Ministro pelo General Luís Felipe, sofrer muita demora, a matéria seria julgada após o recesso do Tribunal, em março do ano vindouro. As férias forenses militares terão início no próximo dia 16 de dezembro.

GREGÓRIO

O líder comunista Gregório Lourenço Bezerra recorre agora à última instância da Justiça brasileira para obter a liberdade — o Supremo Tribunal Federal — já que o STM negou ontem,

contra os votos dos Ministros Peri Beviláqua e Lima Tórres, os embargos oferecidos pelo Professor Sobral Pinto visando a absolvição do mais antigo preso político do País.

O defensor de Gregório pediu ao STM reformasse a sua própria decisão, em que condenou o réu a dez anos de reclusão. Mas isso foi negado sob o fundamento de que não havia fato novo dentro dos autos, do ponto-de-vista da prova, que justificasse um acórdão absolutório. Entendeu ainda o STM que o recurso não seria bem aos embargos mas à revisão.

Dooné
MARCELO
ALENCAR

5/103

Pasta
clero

MARCELO ALENCAR (Advogado)

4102

N8. PRO.CSS.214. J, p. 67

ANEXO
3

3 - INFORMES E INFORMAÇÕES

- 3.1 - Relação dos visitantes a VLADIMIR PALMEIRA
- 3.2 - INFORME nº 113/67, de 30 Mar 67
- 3.3 - INFORME nº 257 B/67 - I Ex, de 24 Jul 67
- 3.4 - INFORMAÇÃO nº 467/67- I Ex, de 25 Set 67
- 3.5 - INFORMAÇÃO nº 1228 SNI/ARJ/67, de 1º Nov 67
- 3.6 - INFORMAÇÃO nº 455/EMAER, de 18 Dez 67
- 3.7 - INFORMAÇÃO nº 225-B/68-I Ex, de 8 Abr 68
- 3.8 - INFORME nº 210-CIE, de 19 Abr 68
- 3.9 - INFORMAÇÃO nº 490 CIE/ADF, de 11 Jul 68
- 3.10 - INFORMAÇÃO nº 1499 CIE, de 15 Jul 68
- 3.11 - INFORMAÇÃO nº 505 CIE/ADF, de 17 Jul 68
- 3.12 - INFORME nº 483 CIE, de 2 Set 68
- 3.13 - INFORMAÇÃO nº 255-68/DB, de 26 Nov 68
- 3.14 - Declaração do ex-Ten Cel KARDEC LEME
- 3.15 - INFORMAÇÃO nº 4, Gab Min Marinha, de 11 Nov 68

1796

RELACÃO DO PESSOAL QUE COMPARECEU AO QG DA 1ª DI PARA VISITAR O ESTUDANTE VLADIMIR GRACIANO SOARES PALMEIRA.

DATAS 03 AGO 68
HORAS 1525 H

CS-7 ANEXO N.º 3.1

N8. PRO. CSS. 214.1.p. 69

Suplente de Senador

1. SENADOR FEDERAL - MARCELO NUNES DE ALMEIDA

MANDATO DE 1.967 A 1.976

A PRESENTE CATEIRA N.º 37-A, PERTENCE AO SENADOR MARCELO NUNES DE ALMEIDA. CÔR BRANCA, CABELOS PRETOS, OLHOS CASTANHOS, ALTURA 1,60 - BRASILIA 05/09/67.

2. MARINHA SIQUEIRA DE CARVALHO

IDENTIDADES EUB - ERJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA - INSTITUTO PEREIRA FAUSTINO.

NAS 22/8/45 - FILIAÇÃO SAUL CIRINHA CARVALHO E NILDA SIQUEIRA CARVALHO - BRASILEIRA - EST DO RIO - REGISTRO GERAL N.º 692.905 - 3ª VIA - FD - SÉRIE E-3343
SEÇÃO 1-224

BRANCA - OLHOS CASTANHOS - CABELOS CASTANHOS

CARTÃO DE IDENTIDADE N.º 126.217

NATURAL, 20 DE FEVEREIRO DE 1.967.

3. GRACY DA COSTA

IDENTIDADE DO INSTITUTO FELIX PADNECO

REG N.º 2.220.836 - FILHA DE JOÃO LEONEL DA COSTA E MARIA ALVES DA COSTA - NATURAL DE GOSIÁS - NASCIDA A 2 MAR 43.

4. ORLANDO MOREIRA DA SILVA

CARTÃO DE IDENTIDADE EXPEDIDO PELA TV GLOBO - CANAL 4

Nº REG. 796 - DATA DE EMISSÃO 15/2/65

DEPTAR. PROGRAMAÇÃO - DIV OU SETORS JORNALISMO

CARGOS REPÓRTER-CINEMATOGRAFICO

CARTÃO PROF.º 8 01.250 - SÉRIE 1534.

5. IBENS SELVAS

CARTÃO DE IDENTIDADE EXPEDIDO PELO CORREIO DA MANGÁ S/A

FUNÇÃO: FOTÓGRAFO - SEÇÃO FOTOGRAFIA

VÁLIDA ATÉ 31 DEZ 68 - REG N.º 2934.

6. SERGIO BORGES

CARTÃO DE IDENTIDADE EXPEDIDO PELO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

RESERVISTA DE 1ª CATEGORIA - EXPEDIDO EM 7 MAR 68 -

FD - E-3343 REG N.º 102.792 - NAT. 68 - NASC 5/4/39

1 - 1-4222 FILIAÇÃO ARMENTO BORGES E AGLAS DE OLIVEIRA BORGES

NAC BRASILEIRA - CÔR MORELA.



= 2 =

(CONTINUAÇÃO DA RELAÇÃO DO PESSOAL QUE COMPARECEU AO QG/1ª DI, NO DIA
03 Aço 68, ÀS 1525 H, A FIM DE VISITAR VLADIMIR G. SOARES PALMEIRA II

7. JOÃO FELIPE DA PIN CALLEN

CARTÃO DE IDENTIDADE DA AGENCIA MERIDIONAL LTDA - DIÁRIOS DOS ASSOCIADOS -

PROFE REPÓRTER - DATA DE EMISSÃO 12 Aço 67

CART PROF N. 30.471 - SÉRIE 211.

= RELAÇÃO DAS VIATURAS QUE OS CONDUZIRAM =

VOLKS - CIAPAS 19-6503-68

GORDINI - CIAPAS 26-7493-68, CONTENDO A INSCRIÇÃO JORNAL DO COMÉRCIO

RURAL - CIAPAS 16-36-63-68, CONTENDO A INSCRIÇÃO CORREIO DA HAZIENDA

RURAL - CIAPAS 11-63-67-68.

QG NA VILA MILITAR, 68, 08 DE AGOSTO DE 1968.

IVO FERNANDES DE ALMEIDA,
TEN Cel. CM 3ª SEC EM/1ª DI

8. GRACY DA COSTA

IDENTIDADE DO INSTITUTO FELIX PADNECO

REG N. 2.220.836 - FILHA DE JOÃO LEONEL DA COSTA E MARIA ALVES DA COSTA - NATURAL DE GOIÁS - NASCIDA A 2 MAI 43.

4. ORLANDO MOREIRA DA SILVA

CARTÃO DE IDENTIDADE EXPEDIDO PELA TV GLOBO - CANAL 4

Nº REG. 796 - DATA DE EMISSÃO 15/2/65

DEPTAR. PROGRAMAÇÃO - DIV OU SETOR JORNALISMO

CAROS REPÓRTER-CINEMATOGRAFICO

CARTÃO PROF. 8 01.250 - SÉRIE 1634.

5. IRINEUS SEIXAS

CARTÃO DE IDENTIDADE EXPEDIDO PELO CORREIO DA MARINHA S/A

FUNÇÃO: FOTÓGRAFO - SEÇÃO FOTOGRAFIA

VÁLIDA ATÉ 31 DEZ 68 - REG N. 2934.

6. SERGIO BORGES

CARTÃO DE IDENTIDADE EXPEDIDO PELO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

RESERVISTA DE 1ª CATEGORIA - EXPEDIDO EM 7 MAR 68 -

FD - E-3343 REG N. 102.792 - NAT. 68 - NASC 5/4/39

1 - 1-4222 FILIAÇÃO ARMENTO BORGES E AGLAS DE OLIVEIRA BORGES

NASC BRASILEIRA - COR: MORELIA.



SECRETO

CSV. ANEXO N.º 3.2.

MINISTÉRIO DA GUERRA
I EXÉRCITO - 2.a SEÇÃO

FICHADO
Em 6/4/1967

RIO, GB, 30 Mar 67.-

- 1. ASSUNTO : Elementos estranhos no Sindicato dos Professores.
- 2. ORIGEM : DOPS/GB
- 3. CLASSIFICAÇÃO : Não foi dada na origem
- 4. DIFUSÃO : EME - D2/GM - Arq
- 5. DIFUSÃO ORIGEM : I Ex-1ª RM - CENIMAR-3ª Z Aê-SNI-DFSP-DOPS/GB
- 6. ANEXO : -
- 7. REFERÊNCIA : Informação nº 33/67, de 10 Mar 67, da 1ª RM.-

INFORME Nº 113 167

1. Esta Agência recebeu o seguinte informe:

"Na reunião que seria realizada no dia 21/2/67, no Sindicato dos Professores, por estudantes, compareceram elementos estranhos à classe, sendo três deles os seguintes: OTTO MARIA CARPEAUX, jornalista, responsável pelo Semanário "FÓLHA DA SEMANA", o qual, ao se dirigir aos presentes, criticando as decisões do Tribunal Militar de Juiz de Fora, o fez de maneira veemente; SYLVIO CURTIS, que exaltou a luta dos estudantes pelos seus direitos que estão sendo postergados; Dr MARCELO DE ALENCAR LACERDA, que solicitou e conseguiu a suspensão dos trabalhos, alegando que os mesmos estavam sendo observados pela Polícia, S N I e outros órgãos. Foi lido um impresso sobre o "Simpósio", no qual é decantada a derrubada da lei Suplicy de Lacerda, direito de reunião, reunificação dos estudantes com currículo próprio, direito de dirigirem seus diretórios sem intervenção de quem quer que seja e redemocratização do país. Após 30 mins de reunião dos líderes, de portas fechadas, foi resolvido transferir a reunião para o dia 22/2/67, às 17 hs, no mesmo local."

MG ✓ GM - D2
 PROTOCOLO
 N.º 0971/SSI
 Em 31 de Mar de 1967
 Providências Fichar e assinalado.
 [Signature]



SECRETO

M-1796

ANEXO N.º 3.3

CONFIDENCIAL

MINISTERIO DO EXERCITO
I EXERCITO — 2ª SEÇÃO

RIO, GB, 24 Jul 57.--

1. ASSUNTO REUNIÕES SUBVERSIVAS.--
2. ORIGEM 1ª DI
3. CLASSIFICAÇÃO A-2 (dada na origem)
4. DIFUSÃO EME - D2/GM - Arq
5. DIFUSÃO ORIGEM I Ex - GUES
6. ANEXO --
7. REFERENCIA Informe nº 113/67, de 27 Jun 67, da 1ª DI.--

INFORME Nº 257 B/67

Esta Agência recebeu o seguinte informe:

- MARCELO NUNES DE ALENCAR, Advogado, consta que reúne-se com elementos / comunistas em seu escritório na Praça Floriano nº 55 - 5ª andar - Sala 501 - Centre/GB.
- Um dos elementos que participava das reuniões acima citada, é DEODATO FABRÍCIO, que atualmente está prêso em JUIZ DE FORA, implicado nas "Guerilhas do Caparaó".
- Consta ainda que MARCELO é o advogado de DEODATO junto a Justiça Militar.
- MARCELO NUNES DE ALENCAR foi defensor de RUI DE GÓES RAPOSO, recentemente indiciado em IPM (Operação Apito)."

CONFIDENCIAL

1796

CONFIDENCIAL

CSV/ ANEXO N.º 3.4

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
I EXÉRCITO - 2.ª SEÇÃO

RIO, GB, 25 Set. 67

- 1. ASSUNTO - Atividades subversivas (Dr. MARCELO NUNES DE ALENCAR)
- 2. ORIGEM -
- 3. CLASSIFICAÇÃO - B.3
- 4. DIFUSÃO - EME - D/2-GM- 1ª DN - 3a ZAE - ARQ
- 5. DIFUSÃO ORIGEM -
- 6. ANEXO -
- 7. REFERENCIA -

INFORMAÇÃO Nº 467 167

Esta agência tomou conhecimento que o Dr MARCELO NUNES DE ALENCAR, faz frequentes reuniões com elementos cassados, em um escritório na Av Marechal Floriano, nº 55.

Nas ditas reuniões já foram abordados, entre outros assuntos, planos para compra ou aluguel de casas comerciais próximas a quartéis e zonas militares, com a finalidade de obter contatos, vigilância e anotações julgadas úteis, para estudos permenorizado, que levaria a deflagração de um possível movimento revolucionário.

Se empregaria também, a catequese de praças mediante doutrinação e corrupção no sentido de que os mesmos furtem armas e munições.

.....

VU

MG - GM - D2
 PROTOCOLO
 N.º 3.229/557
 Em 26 de Set de 1967
 Providências
 Auster
 Arq



CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

CSJ/ ANEXO N.º 3.5,

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

14 G	3 M	- D 2
PROTOCOLO		
N.º	3.776	SSI
Em	1º de Nov	de 19 67
Providências	Desin	
de cada um		
do assinado		
1967		

INFORMAÇÃO Nº 1228 SNI/ ARJ /
(8816/378)

Data : 31 de outubro.
 Assunto : Criação da Procuradoria do MDB.
 Referência :
 Difusão : 2ª/EMAer - D2(RIO) - M-20 - SNI/ACT - MARR & ARR - ARE e
 APA.



1. Continua sendo articulada pelos deputados HERMANO ALVES e MÁRCIO MOREIRA ALVES a criação de uma Procuradoria do MDB, tendo como presidente MARCELO ALENCAR (Suplente de MÁRIO MARTINS) para acompanhar os processos políticos e IPMs com dois objetivos:
 - a)- assistir os implicados;
 - b)- processar por abuso do poder e violência, Chefes de IPM e pessoal da Justiça Militar e o próprio Ministro do Exército.
2. Esse assunto já teve referência na "Gazeta de São Paulo" e deverá vir a ser notícia pela importância e empenho com que os deputados MÁRCIO MOREIRA ALVES e HERMANO ALVES defendem a idéia de criarem a Procuradoria do MDB.
3. Já foi comentado por HERMANO ALVES que ordens para parar com IPM foram transmitidas de cima, mas não tem sido cumprida porque a disciplina é geral.

MARCELO ALENCAR

Fora do resumo das mensagens e dos principais pronunciamentos públicos no "Jornal do Brasil", edição de domingo, 30 de abril, a solenidade realizada na ABI, promovida por um grupo de dirigentes sindicalistas em comemoração ao 1º de maio, teve interessantes cores próprias. Quando participou da mesa o marginado acima citado. Após a reunião, o senador Mario Martins disse que havia uma reunião no escritório do Dr Marcelo Alencar, convidando os representantes de alguns sindicatos para participar. (Informe nº 558, de 9 Mai 67 do CENIMAR)

Compareceu a reunião realizada no dia 21 Fev 67, no Sindicato dos Professores, por estudantes, que solicitou e conseguiu a suspensão dos trabalhos, alegando que os negros estavam sendo observados pela Polícia SNI e outros órgãos.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
SUBCHIEFIA DE OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES
2ª SEÇÃO

1. ASSUNTO : ASSEMBLÉIA GERAL NA SEDE DO SINDICATO DOS TÊXTEIS
 2. ORIGEM : EMAER
 3. CLASSIF : + + +
 4. DIFUSÃO : CIE = GENIMAR = SNI/ARJ = DSI/MTFS
 5. CLASSIF ANT: + + +
 6. DIFUSÃO ANT: + + +

INFORMAÇÃO Nº 155 / EMAER
 (15 DEZ 67)

Reuniram-se no Sindicato dos Têxteis, no dia 12.12.67, líderes sindicais, parlamentares, representantes dos servidores públicos e estudantes, para protestarem contra a atual legislação salarial. Resolveu-se encetar uma "campanha nacional contra as leis de "arrôcho". Manifestaram-se naquela ocasião os seguintes elementos:

1. LUIZ CARLOS GASPAR, representante da classe estudantil, disse que meia dúzia de militares domina o País em defesa do imperialismo americano, contra o povo brasileiro, fazendo-se necessária a união estudantes-operários, para tomar o poder facista aqui instalado.

2. BISNEIR MAIANI, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - hipotecando solidariedade aos têxteis, corroborou a necessidade dessa união incluindo o funcionalismo público, contra o "arrôcho" e este governo. Ressaltou que a sua classe foi a primeira a protestar contra as citadas leis.

3. CIRO KURTZ, Dep Estadual, falou em seu nome e de seus colegas FABIANO VILANOVA e ALBERTO RAJÃO (todes do MDB), nos seguintes termos: "As leis de "arrôcho" são facistas e ditatoriais destinadas a atender ao famigerado FMI. Só a união do povo brasileiro será capaz de derrubar este governo imperialista americano e burguês, aqui implantado. A ocupação estrangeira não se faz sentir somente na economia, mas na cultura, no território e até no útero das mulheres brasileiras, impedindo o aumento da concepção, para diminuir a população. Lutamos, eu e meus companheiros, na Assembléia, contra os que representam a corrupta e incapaz classe dirigente".

(Continuação da INFORMAÇÃO Nº 455 /EMAER, de 18 DEZ 67). - 2 -

4. AFONSO LUZ, representante de São Paulo - disse que os militares facistas se voltam até contra a Igreja, não satisfeitos em tentar calar os operários com estas leis, mas não conseguirão, pois o povo derrubará este governo facista.

5. MARCELO ALENCAR, Senador pelo MDB/GB, asseverou que o "arrôcho" salarial está preso a um sistema que não tem raízes brasileiras mas sim do imperialismo norte-americano.

O golpe de abril de 64 aprovou um plano elaborado nos escritórios, por quem não tem interesse em libertar o País do subdesenvolvimento, o Sr Roberto Campos.

O PAEG tem origens estranhas. Criou-o dizendo que o Brasil precisava se capitalizar e para isso é preciso que o trabalhador não tenha direito a se organizar.

As classes dirigentes precisam ver que já é hora de se atualizar, pois se a própria Igreja chegou a esta conclusão, por que não segui-la.

A mocidade tem que ser ouvida, pois não é possível que uma velharia que está presidindo nossos destinos se recuse a entender isto.

6. ALFREDO JOSÉ DA SILVA, metalúrgico; FABIANO VILANOVA, Dep Estadual; Prof DAIDANHA, representante do Sindicato dos Professores; UBALDO DE OLIVEIRA, representante da União dos Previdenciários do Brasil; BERNARDO VEIGA, representante do Sindicato dos Metalúrgicos; EMILSON PINHEIRO, servidor público; ALBERTO ARAGÃO, Dep Estadual; e, uma Comissão de representantes do Sindicato dos Marinheiros. Todos usaram da palavra com a mesma ênfase de luta contra o governo, o imperialismo americano e leis do "arrôcho", salientando, digo, salientadas pelos seus antecessores.

Os trabalhadores enviarão ao Congresso Nacional um abaixo-assinado, conforme modelo anexo, pedindo a revogação da atual legislação salarial.

+ + + + +

CONFIDENCIAL

CSN/ ANEXO N.º 3.7.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
I EXÉRCITO — 2.ª SEÇÃO

RIO, GB, 8 Abr. 68.-

- 1. ASSUNTO Reuniões de caráter subversivo.-
- 2. ORIGEM D B
- 3. CLASSIFICAÇÃO 07
- 4. DIFUSAO CIE - Arq
- 5. DIFUSAO ORIGEM I Ex
- 6. ANEXO 0-
- 7. REFERENCIA Informação n.56-68/DB, de 19 Mar 68, da DB.-

FICHADO

INFORMAÇÃO N.º 225-B/68

Esta Agência recebeu e difunde o seguinte:

" - Frequentes reuniões de caráter subversivo têm sido observadas no Escritório do Dr MARCELO NUNES DE ALENCAR, situado à Praça Floriano n.55 - 5º andar - Cinelândia/GB.

- A calçada em frente ao n.55 da Praça Floriano, tem sido local preferido para concentração de elementos ferroviários, sendo que alguns deles cassados pela Revolução."

[Handwritten signature]

M. Ex - G. M. - CIE
 PROTOCOLO
 N.º 2239
 Em 8 de Abril de 1968
 Providências - Fichar
 - Df - J/ SNI/ARS,
 DSI/MT, CENIMAR,
 DSI/MJ



Info - 803/68 - SNI/ARS - DSI/MT - CENIMAR - DSI/MJ

CONFIDENCIAL

4102

C I E X

SECRETO

N.º 210 / 02 Em 19 / 4 / 68 Avaliação: B-2

Distribuição CIE

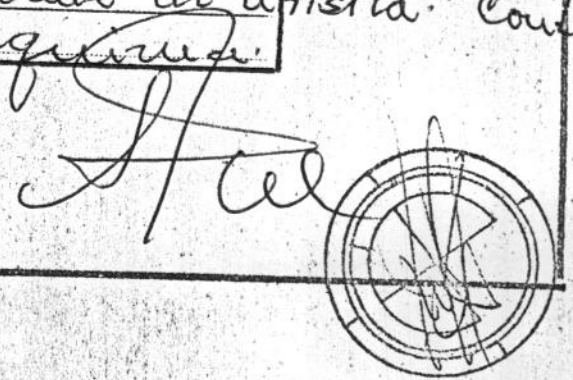
Índice Uruguai. Atividades do Senador MARCELO DE ALENCAR.

1. Em 20/MAR/68 visitou Montevideu o Senador brasileiro MARCELO DE ALENCAR.
2. Manteve contatos com o ex-Presidente JOÃO GOULART sobre a "FRENTE AMPLA".
3. Visitou outros asilados com a finalidade declarada de consultá-los sobre a questão da anistia.
4. Recomendou aos asilados que não desenvolvessem atividades subversivas pois a anistia era certa para o final de 1968 e sugeriu ainda que, aqueles que desejassem regressar ao Brasil, escrevessem avisando de seus planos para que êle pudesse organizar comitês de recepção integrada por parlamentares e jornalistas com o que ficaria garantida a plena liberdade dos que regressassem.

M. Ex - G. M. - CIE
 PROTOCOLO
 N.º 2804
 Em 26 de Abril de 1968
 Providências - Dissic.

Ainda não creio na possibilidade de anistia. Contudo

Assinado



SECRETO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE/ADF

Brasília, DF, 11 JUL 1968

GBN/ANEXO N.º 29

INFORMAÇÃO Nº 490 CIE/ADF

ASSUNTO Estudantes recebidos pelo Presidente da República
ORIGEM 11º RM - Info nº 383/68, de 04 Jul
DIFUSÃO CIE
DIFUSÃO ANTERIOR I Ex - SNI/ABSB - 6ª ZAc - 7ª DN
ANEXO 1 cópia da fotografia da comissão em Palácio

Esta Agência recebeu a seguinte informação:

1. INFORMAÇÃO:

a. Chegaram a BRASÍLIA em 021630 Jul 68, pelo VISCOUNT de VASP, os seguintes elementos, para falarem com o Presidente da República:

- Padre JOÃO BATISTA FERREIRA
- Suplente de Senador MARCELO ALENCAR
- Professor JOSÉ AMÉRICO PESSANHA
- ^{ANTÔNIO} MARCO MEDEIROS, do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FRANKLIN MARTINS, da UME
 - Escritor HÉLIO PELEGRINO
 - ALAERTE GOMES DA SILVEIRA
 - HUMBERTO LIMA VIEIRA

b. Não estiveram com o Presidente os dois últimos indivíduos relacionados acima.

c. No aeroporto, a comitiva embarcou nos seguintes carros oficiais do Senado Federal:

- Aero Willys chapa 80-35
- Aero Willys chapa 80-61
- Kombi chapa 83-00

d. Todos regressaram no voo das 2030 horas.

2. APRECIÇÃO:

- a. Os estudantes falaram, segundo os jornais, em nome do povo.
- b. A manobra do "DIÁLOGO" com o Presidente foi bem clara e está perfeitamente definida em vários documentos, dos quais citamos:

Cont...

(Continuação da informação nº 490 CIE/ADF, de 11 JUL 1968)

1) "carta político programática dos estudantes do Brasil", do "XXIX Congresso Nacional", datada em São Paulo, de 29 de julho de 1967 - UNEB (Ver Info 004-CIE/ADF, de 05 Jan 68).

2) Boletim da UNE - Política Educacional de 1968.

e. São bem expressivos os seguintes trechos da "Nota" distribuída pela comitiva, logo após a entrevista com o Presidente, publicada no "Correio Braziliense" de 03 Jul 68:

1) "No encontro com a Comissão dos 100.000, o Presidente da República afirmou sua disposição de impedir que haja repressão policial ao direito que têm os estudantes e o povo de se manifestarem em praça pública. CONSIDERAMOS ESTA UMA VITÓRIA DO POVO" (o grifo é nosso).

2) Fiéis à DELEGAÇÃO QUE NOS FOI CONFIADA POR 100.000 MANIFESTANTES DA PASSEATA DA 4ª FEIRA ÚLTIMA (passeata de 26 Jun, no Rio) REIVINDICAMOS ao Presidente a LIBERTAÇÃO DE TODOS OS PRESOS, DE ESTUDANTES E POPULARES envolvidos nos últimos acontecimentos. HÁ FÓRMULAS LEGAIS - anistia ou relaxamento de prisões que LHE PERMITEM TRABALHAR NESTE SENTIDO através do Congresso ou do Procurador da Justiça Militar".

"Se dentro dessa fórmula saírem das prisões os estudantes e os populares, NÃO SE REALIZARÁ A PASSEATA da próxima 5ª feira (04 Jul 68)".

"Se o Governo não resolver o problema dos presos, CABE-LHE A RESPONSABILIDADE PELO IMPASSE CRIADO" (os grifos são nossos).

d. Idem no comunicado distribuído à Imprensa no aeroporto às 2000 horas, pelos mesmos, em nome da UNE-DCE:

1) "... demonstramos nossa DISPOSIÇÃO PARA O DIÁLOGO".

2) "QUEREMOS MOSTRAR CLARAMENTE AO POVO QUEM É QUE QUER O DIÁLOGO E QUEM NÃO O QUER".

3) "O Presidente não atendeu nenhuma das reivindicações, MOSTRANDO A VERDADEIRA FACE DE SEU GOVERNO".

4) "Cabe ao Governo atender ou não as nossas reivindicações".

"Assim, 5ª feira, caso elas não tenham sido atendidas, estaremos nós juntos com todo o povo na Guanabara".

e. Não é menos interessante a declaração do estudante FRANKLIN MARTINS ao "Correio Braziliense":

1) "Não cabe a esta Comissão BARGANHAR SE O POVO DA GUANABARA VOLTA OU NÃO ÀS RUAS. Esta Comissão é SÓ PORTA-VOZ DO POVO e vai COMUNICAR AO POVO os resultados dessa reunião, que não são bastante benéficos. CABERÁ AO POVO DECIDIR se vai ou não às ruas em repúdio ao cerceamento de liberdades e em defesa de uma reforma universitária com a verdadeira participação dos estudantes".

4102

CSN/ ANEXO N.º 3/10.

MINISTERIO DO EXERCITO
GABINETE DO MINISTRO

Em 15 Jul 68

- CIE -

INFORMAÇÃO N.º ¹⁴⁹⁹ /68-S-102-CIE

- 1. ASSUNTO ATIVIDADES SUBVERSIVAS
- 2. ORIGEM C I E
- 3. DIFUSAO SNI/ARJ

Este Centro informa o seguinte :

- O Deputado MARCELO ALENCAR procurou o deputado RENATO ARCHER no sentido de provocar um encontro com a comissão de estudantes que foi a BRASÍLIA falar com o Presidente da República.

Solicitou que o grupo deveria ser constituído de RENATO ARCHER, EDMUNDO MUNIZ, BRIGADEIRO FRANCISJO TELHEIRA, DOUGEL DE ANDRADE, WLADIMIR PAINEIRA, Estudante VICTOR e CARLOS LACERDA ou JUSCELINO KUBITSHECK.

É preciso um entrosamento com estes meninos pois WLADIMIR e VICTOR representam 80% da área estudantil e na hora de iniciar a passeata houve dissidência entre ambos. Foi distribuído um manifesto e o WLADIMIR protestou contra o manifesto.

A comissão terá como finalidade principal tentar procurar soluções nessa dissidência que está aberta na área estudantil.

Já concordaram com o "assunto" o Padre, o Professor e D. IRENE e o WLADIMIR.

4102

ORIGINAL DOSSIÉ N.º *Movimento Nacional pela*
MARCELO DE ALENCAR *Democracia e Desenvolvimento*
- Advogado

4102

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE/ADF

Brasília, DF, 17 JUL 1968

INFORMAÇÃO Nº 505 CIE/ADF

ASSUNTO Estudantes recebidos pelo Presidente da República
ORIGEM Diversas
DIFUSÃO CIE
REFERÊNCIA Info nº 490-CIE/ADF, de 11 Jul 68

Em complemento à informação referenciada, esta Agência remete os dados referentes nos elementos que foram recebidos pelo Presidente da República no dia 03 Jul 68 e se intitularam representantes "dos cem mil":

MARCELO ALENCAR

"Continua sendo articulada pelos Deputados HERMANO ALVES e MÁRCIO MOREIRA ALVES a criação de uma PROCURADORIA do MDB tendo como Presidente MARCELO ALENCAR (Sup M. MARTINS) para acompanhar os processos políticos e IPMs com dois objetivos:

- a) - assistir os implicados; e
- b) - processar por abuso de poder e violência, Chefes de IPM e pessoal da Justiça Militar e o próprio Ministro do Exército". (Informação nº 270-S NI/ABSB/18 Out 67).

MARCOS ANTONIO COSTA DE MEDEIROS

"Estudante universitário-GB.
Membro do PC.
Presidente do DA da Faculdade Nacional de Filosofia da UFRJ.
Atua livremente sob a complacência do Diretor Prof RAUL BITTENCOURT em movimentações de ruas e articulações em bastidores, orientado pela AP e PC". (Informação nº 516-D/2-DF, de 10 Ago 67).

HÉLIO PELEGRINO

"1965 - Assinou manifesto dos intelectuais, condenando o envio de tropas brasileiras à São Domingos".

JOSÉ AMÉRICO MOTA PESSANHA

"Professor da UFRJ.
O Corpo Docente da FNNI, está grandemente infiltrado de elementos esquerdistas, que abertamente, em salas de aula, professam doutrinas e ideologias ilegais, concitando inclusive, os alunos a desordem e a indisciplina. O margineado está ligado ao esquema subversivo ora em andamento dentro da Escola". (Informação nº 516-D/2-DF, de 10 Ago 67).

See Into 1917/68

CIEX

SECRETO

4102

ANEXO N.º 3-12

N.º 483, 02 Em 2 / 9 / 68 Avaliação: B-2

Distribuição ADITAR/ROU SNI/ARJ CIE 2ªSec/EME 2ªSec/EMAer
 CENIMAR 2ªSec/EMA

Índice Asilados brasileiros no Uruguai. João Goulart. Contatos com políticos brasileiros. PCB.

1. JOÃO GOULART teria recebido no Uruguai, por intermédio de JOSÉ GOMES TALARICO, mensagens dando conta das sondagens junto a JÂNIO QUADROS.
2. Tais mensagens teriam sido remetidas por DOUTEL DE ANDRADE, MARCELO ALENCAR, RENATO ARCHER e PEDROSO HORTA.
3. TALARICO, portador das referidas mensagens, teria chegado em Montevideu a 17/AGO/68, procedente do Rio de Janeiro, hospedando-se no HOTEL ALHAMBRA. Em 19/AGO/68, teria viajado para Punta del Este, em companhia de JOÃO GOULART.
4. TALARICO teria também sido portador de um informe, elaborado por MARCO ANTONIO, sobre a posição do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) na conjuntura brasileira atual. Teria TALARICO transmitido também a JOÃO GOULART o apêlo de vários políticos do antigo PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) para que GOULART regressasse ao Brasil.

See Info
12/9/68



SECRETO

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXERCÍCIO

Rio de Janeiro, GB, 26 Nov 68

I Ex - D B

2a. SEÇÃO

CSIV ANEXO N.º 3/3

1. Assunto - Reunião de Líderes Sindicais
2. Origem - Informante
3. Classificação - B/2
4. Difusão - I Ex
5. Difusão Origem - DB
6. Anexo -
7. Referência -

INFORMAÇÃO Nº 255-68/DB

1. No dia 29 Out 68 houve uma reunião de líderes sindicais no escritório do Advogado MARCELO DE ALENCAR localizado na Praça Floriano, 55, à qual compareceram alguns jornalistas do "Correio da Manhã".

2. Em relação a este endereço o BOLETIM OFICIAL da FEEB/GB-RJ e ES (FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO ESTADO DA GUANABARA, RIO DE JANEIRO e ES PÍRITO SANTO, referente aos meses de SETEMBRO e OUTUBRO/68, publicou na página 8, o seguinte: HELENEIDA publicou o seu livro DEUS NÃO PAGA EM DOLAR. É um romance bem escrito e de grande penetração popular. A autora de DEUS NÃO PAGA EM DOLAR é Presidente do Sindicato dos Culturais e brevemente lançará a vida e a luta de CAMILO MORRES. Pedidos: Praça Floriano, 55 - 5º Andar - Rio - GB

1796

MARCELO ALENCAR

- Sócio Fundador do CENTRO BRASILEIRO DE CULTURA (CBC).
 (INF 524, 19 Nov 68, CENIMAR) - ORIGINAL DOSSIÊ: CENTRO BRASILEIRO DE CULTURA



SECRETETO

ESTADO DA GUANABARA
SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA

CSN

CSN ANEXO N.º 3/4

DISTRIBUIÇÃO

DECLARAÇÕES PRESTADAS PELO SENHOR KARDEC LEITE

EX-CORONEL DA ARMA DE CAVALARIA

EM 17-11-1964

SECRETETO

SECRETO

GB - SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

DO: Chefe da Seção de Atividades Antidemocráticas
 AO: Senhor Chefe do Serviço de Operações
 ASS: Encaminha Declarações

Senhor Chefe,

Encaminho a V. Sa., para os devidos fins, as declarações prestadas, nesta Seção, pelo senhor KARDEC LEMME, ex-Tenente Coronel de Cavalaria, atingido pelo Ato Institucional, o qual se acha envolvido num plano que se esboçava para a modificação do atual governo.

QUALIFICAÇÃO: KARDEC LEMME, brasileiro, casado, de cor branca, com 47 anos de idade, nascido em 4-10-1918, natural do Estado da Guanabara, filho de Antonio Lemme (Falecido) e Maria do Nascimento Lemme, ex-Tenente Coronel da Arma de Cavalaria, atualmente não exercendo nenhuma atividade lucrativa.

Kardec

1 - ORIGEM DO MOVIMENTO E SUA PARTICIPAÇÃO: - Logo depois de serem postos em liberdade oficiais das tres forças armadas, atingidos pelo Ato Institucional, no contacto que foram se sucedendo espontaneamente, começou a amadurecer a ideia de uma organização que tivesse, imediatamente, o papel de congregar o grande numero de militares marginalizados, e, posteriormente, lhes permitir para participar organizadamente em qualquer movimento que viesse a se processar em nosso país, inclusive, em defesa do atual governo, se fosse o caso. - Que surgiram logo como representantes mais aceitos, os General Ladario Pereira Teles, Almirante Susano e o Brigadeiro Francisco Teixeira. - Que muitos procurados foram desempenhando o papel de congregadores dos militares atingidos pelo Ato. - Que não havia mesmo atividade propriamente conspirativa, mas sim de congregar e assistir. - Que imediatamente se formaram as Comissões de Assistência (Jurídica, Meios e Relações Públicas, que funcionavam procurando congregar e assistir oficiais e praças atingidas pelo Ato Institucional. - Que ditas Comissões foram assim constituídas: COMISSÃO JURIDICA, composta dos seguintes oficiais: Ten. Cel. Joaquim Inacio Cardoso, Comandante Paulo Werneck, Capitão Bolívar Meireles e Cel. Aviador Malta. COMISSÃO DE MEIOS, composta dos seguintes membros: Comandante Rene Magarino Torres, Major Cranger de Oliveira e Cel. Aviador Afonso. COMISSÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, composta dos senhores Ten. Cel. João Evangelista, Ten. Cel. Kardec Lemme, Cel. Borodades e Capitão de Marinha Santa Rosa. COMISSÃO DE SOLIDARIEDADE: composta exclusivamente pelas senhoras dos oficiais. - Que estas Comissões passaram a funcionar na Sala nº 507, da Rua das Marrecas nº 40, oferecida pelo Deputado Paulo Ribeiro, bem como as salas do 5º Andar, localizadas na Praça Floriano nº 55, estas oferecidas pelo advogado Dr. Marcelo Alencar, proprietário das mesmas. - Que junto aos generais, iam se organizando também outras comissões destinadas a atender problemas de planejamento militar, de aplicação no futuro, caso fosse possível. - Que estas Comissões não estavam

SECRETO

SECRETO

66 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

em realidade operando, porquanto nada de concreto se apresentava no momento. - Que qualquer ideia de existencia de planos de luta militar elaborados pelos tres Officiais Generais, retro mencionados, e falsa e não resistiu a menor investigação. - Que, entretanto, junto ao General Ladario colaboravam os Coronéis Cyro Labarte, Joaquim Inacio, Avelar e o General Cunha Melo, no referido planejamento militar. - Que abaixo disso, ao contrario do que se diz, não existia uma organização já estruturada. Que havia sim, algumas tentativas de se criar uma organização, que atingisse a todos os oficiais e praças marginalizados pelo Ato Institucional, particularmente com o grande objetivo de se evitar que fossem levados a engrossar movimentos aventureiros, movidos pelo natural sentimento revanchista, mas sim apenas como organização militar. - Que foi com este objetivo claro que, recentemente, se realizaram duas reuniões, sendo uma na residência do Cel. Joaquim Inacio, e a outra na do Cel. Mafra, a fim de ser verificada a possibilidade de se congregarem os militares que tivessem suas residencias na cidade ou subúrbio. - Que, em ambas reuniões, se mostrou claramente que o maior perigo que se deveria ter em vista, no momento, era da atuação de aventureiros e terroristas, que em atitude inconsequente, poderiam agravar de muito a situação de todos os atingidos pelo Ato Institucional, pois seriam os primeiros a serem responsabilizados. - Que esta iniciativa não foi tomada por inspiração dos generais, mas sim pelo Grupo de oficiais que sentia cada vez mais o perigo da atuação de aventureiros, que procuravam ganhar sargentos, marinheiros, e mesmo alguns oficiais, para ações aventureiras. - Que particularmente, os Tenentes Coronéis Kardec Louze e Joaquim Inacio, tiveram atuação preponderante nestas reuniões. - Que tudo isto, como se pode observar, num grau muito incipiente, ficando mesmo nas deliberações gerais, que em planos concretos, para qualquer ação. - Que em qualquer exame, mesmo superficial que se faça, poder-se-á chegar, sem dificuldade alguma, a esta conclusão, isto é, que não há em realidade, uma organização que possa ter este nome: COMANDO ORGANIZADO, ou mesmo, uma célula atuante com o objetivo definido. - Que o que existe, realmente, é uma tentativa muito preliminar, com as características que foram anteriormente apresentadas. - Que, ao se analisar um chamado organograma de um COMANDO já estabelecido, mencionado por qualquer pessoa, sem que pudesse ter uma ideia clara das pessoas nele incluídas, esta convencido o declarante, sem maiores provas, de que foi uma tentativa, ou melhor, uma iniciativa tendente a dar corpo as ideias levantadas nas reuniões, já anteriormente citadas, numa das quais contou com a presença do Capitão Moreira. - Que relativamente ao personagem de nome "SALLES", o declarante tem a relatar que tomou conhecimento de sua existencia e atuação, como pode ser comprovado pelo Capitão Moreira, da seguinte maneira: Que foi o declarante procurado em sua residência pelo Capitão Moreira, com o objetivo de apresentar sua solidariedade ao declarante, pelo fato de ter sido demitido das fileiras do Exército, bem como para perguntar como se estava pensando em resolver o problema de oficiais e praças atingidos pelo Ato Institucional, pois estava sendo assediado por muitos sargentos demitidos, e, finalmente, que havia sido procurado por elementos civis, aeroviarios, marítimos, e outras categorias, os quais, desesperados, pediam-lhe orientação para o caso de terem que lutar. Que foi daí que surgiu o nome de SALLES, que garantia - ao Capitão Moreira - possuir sob seu controle cerca de 25 mil homens. - Que como pode ser comprovado pelo Capitão Moreira, empenhou-se o declarante, como si fosse um pai falando ao filho, para que o dito Capitão Moreira não se envolvesse neste, pois sabia o declarante que proliferavam no baixo mundo do revanchismo inconsequente, muitos "SALLES" em busca de agências para comprometer. - Que ele - Capitão Moreira - havia

SECRETO

SECRETO

GB - SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA

escapado do ATO que antigirara seus dois irmãos, bem como ser o mesmo um oficial brilhante, com todas as condições para ter um grande futuro nas fileiras do Exército, e que o mesmo faria muito mais, mesmo que seu desejo fosse de lutar pela derrota do actual governo, permanecendo na ativa e entrossado com os seus companheiros da ativa, não se comprometendo, assim, com grupos civis ou militares aventureiros. - Que ainda debata com o citado companheiro, sobre a realidade da situação do país, procurando mostrar-lhe que a situação estava estabilizada, somente se modificando em consequencia de ações onde todo o povo brasileiro estivesse interessado, e não pela vontade louca de grupos aventureiros e terroristas inconsequentes. - Que solicitou também ao Capitão Moreira, que urgentemente cortasse todo e qualquer contacto com tais grupos, chefiados por "SALLIS", ou outro qualquer elemento, de vez que esses contactos seriam per demais perigosos para a carreira daquele militar, pois, segundo o seu relato, não viu nenhuma qualidade positiva em tal elemento, segundo o relato que lhe fizera o mencionado Capitão Moreira.

2 - SOBRE ELEMENTOS CITADOS E PARTICIPANTES DO MOVIMENTO:

CAPITÃO EDUARDO CHUAY: - Que o declarante é velho amigo do marginado, de quem sempre resolveu seus problemas, auxiliando-o, ainda dentro de suas possibilidades. - Que o referido Capitão, tendo sido atingido pelo ATO, e admitido e submetido a processo, vivia realmente um doloroso drama, pois procurava a todo transe restabelecer a sua vida. - Que dito Capitão encontrou no Dr. Marcelo, um amigo e advogado compreensivo, que lhe deu a mão. - Que, assim, ficou CHUAY trabalhando numa das salas de escritório do advogado acima mencionado, localizada na Praça Floriano nº 55 - 5º Andar, na tarefa de - como parte - encaminhar todos os que se apresentavam solicitando ajuda. - Que o declarante solicitou também a esse seu amigo, como faz com o Capitão Moreira, digo, que intercedesse junto ao Capitão Moreira, no sentido de que este se afastasse de qualquer grupo de aventureiros, onde tivessem elementos da tempera de "SALLIS", ou idênticos, como Chefes de Grupo. Que idênticamente ao declarante, o Capitão Chuay também era totalmente contrário a qualquer tipo de atividades terroristas e aventureiras. - Que esse contacto sobre tais Grupos, sempre trocaram ideias, isto é, o declarante e o Capitão Chuay, não somente quando ambos estiveram presos na Fortaleza de Santa Cruz, como posteriormente.

SARGENTOS NORONHA E ALMEIDA: - Que lembra-se vagamente ter o Capitão Moreira ter falado ao declarante sobre a existencia de um sargento NORONHA, mas que, relativamente ao sargento ALMEIDA não se recorda de ter ouvido referido nome. Que igualmente não sabe informar sobre explosivos retirados do NÚCLEO DE PARAGUARIPELA pelo sargento ALMEIDA, de vez que, sendo contrário a movimento terrorista, talvez tal fato não tenha sido levado ao seu conhecimento por esse motivo.

ESBOÇO DO COMANDO A SER CONSTITUÍDO NO PLANO MILITAR: - Que o Comando do Movimento era focalizado, era composto - em sua cúpula - pelo General Ladário Pereira Teles, Almirante Suzano, Brigadeiro Francisco Teixeira, que tinha como assessores, sob a forma de um Estado Maior, os Generais Cunha Melo, Cel. Joaquim Inácio Cardoso, Cel. Cyro Lebarde e Cel. Avelar. - Que os componentes das Comissões diversas, seus nomes já constam registrados em linhas retas. - Que nos Estados, eram seus representantes, os seguintes militares: No Estado de São Paulo, o General Zerbine. No Estado do Rio Grande do Sul, o General Guerrêro Brito. - Que não sabe adiantar quanto a outros Estados. - Que representante do Estado da Guanabara, numa espécie de representante do Poder Economico de

SECRETO

SECRETO

GG - SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA

cidade Estado, o Engenheiro HELIO DE ALMEIDA. - Que os parlamentares entressados nesse esquema, como porta-vozes na Câmara, eram os Deputados: HERMOGENES PRINCIPES, GAMA FILHO, PAULO RIBEIRO, JANIL MADAD, CID CARVALHO, DOUTEL DE ANDRADE, IVELE VARGAS e ZAIRE NUNES. -

GENERAL TÁCITO REIS DE FREITAS: - Que o referido militar esteve poucas vezes no escritório da Praça Floriano nº 55 - 5º Andar - por ocasião da organização das Comissões, não sendo, entretanto, frequentador deste local. - Que o militar em questão, congrega em torno de seu nome, os inúmeros amigos da Reserva Honorada.

EXILADOS POLÍTICOS: - Que o Dr. Marcelo de Alencar esteve em Salvador em visita ao seu amigo JOAO GOULART, trazendo daquele local notícias da situação dos exilados. - Que parece ao declarante, ser o ex-presidente João Goulart e Leonel Brizola, os Chefes Supremos do movimento, não tendo, porém, o declarante, nenhuma documentação que comprove tal afirmativa, ouvindo apenas comentários a respeito. -

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS: - Que para tomar conhecimento de que estava ocorrendo no Estado de Goiás, enviamos um oficial amigo do Governador, que já havia servido no 10º B.C., o qual, aproveitando também para resolver problemas particulares, aproveitou a ocasião para tomar conhecimento de que realmente ocorria naquele Estado. - Que dita iniciativa foi tomada sem conhecimento dos generais do movimento ora em foco. - Que dito oficial era o Tenente Bolivar Mairesles. -

OUTROS CONTACTOS MANTIDOS COM O DECLARANTE: - Que o declarante informa ainda que manteve contacto com diversas militares, cujos nomes fornece adiante, esclarecendo, porém, que a maioria deles, como comparecia a sede do escritório, sita a Praça Floriano nº 55 - sala 505, palestravam também com outros elementos componentes das Comissões já citadas. Que os nomes desses militares são os seguintes: General Tácito Livio dos Reis de Freitas, General Nicoll, General Puertas (SP), Almirante Frazão, Almirante Paulo Marie, General Cricante de Figueiredo, Capitão Susano, Coronel Aragipe, Coronel Carlos Alberto de Abreu Rocha, Major Amarin, Capitão Hamilton Amarin de Lima e Tenente da Marinha Arinos.

Que declara - a bem da verdade - que suas declarações foram feitas de livre e espontânea vontade, não tendo sofrido nenhuma coação para tal.

RIO DE JANEIRO, 17 DE NOVEMBRO DE 1964

W. de Sousa
EX. TENENTE CORONEL DA ARMA DE CAVALARIA

Atenciosas saudações

JOSÉ PEREIRA DE VASCONCELLOS
CHEFE DA SEÇÃO DE ATIVIDADES ANTIDEMOCRÁTICAS

SECRETO

SECRETO

ESBOÇO DO COMANDO A SER CONSTITUÍDO NO PLANO MILITAR

Gen. Ladeira - Alm Souza
Bd Termeid

Gen Cunha Melo
Cel J Inácio - Cel
Cyro Ladeira

Comissão de
Assistências
Militares Obrigadas

Comissão de Meios
(CIAV Afonso - Contr. R. M.)
Maj Cerqueira

Comissão Jurídica
(M. Fr. J. Melo - Cout. Werneck
Ten Bonaventura)

Com de Relações Públicas
Cel Evandro - Cel Horacio
Celso - Cel Santos - Cel ...

Deputados - Dep Ivete Verões, Hermógenes Príncipe, Carmo Filho, Paulo Ribeiro,
Jamil Haddad, Cid Carvalho, Doutor Andrade

Companhia de Solidariedade (Fom. m. mol: Sras Gen Ladeira - Cunha Melo - Cout W. ...
Bd McCall, Cout R. ... (au todos S. S. senhoras)

Jornais - Correio da Manhã e Última Hora

Industriais - Dr Hélio de Almeida

Representantes S. P. do - Gen Zerbini
RG S. - Cel Guerreiro Brito

SECRETO

Assinatura

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO



MINISTÉRIO DA MARINHA

GABINETE DO MINISTRO DA MARINHA

ÓRGÃO

Informe/Informação/Ped. Busca

Data 08 / 11 / 1968

Nº 004

AVALIAÇÕES	GRAU
CONFIANÇA	B
PRECISÃO	3

Origem:

Recebido de:

Disseminação anterior:

Disseminação: MARINHA e CENIMAR

1. Buscando esclarecer quais os motivos que a pintora DJANIRA, envolvida em subversão em Parati - RJ, procura, em ampla e escandalosa campanha publicitária, atacar nomes de pessoas das altas esferas da sociedade, da política e da cultura, levando-os ao descrédito público, e por saber que tal promoção causa à referida artista grande desvalorização comercial de suas obras, apurei o seguinte:

Djanira da Mota e Silva, advogados, jornalistas, etc, todos promotores do recente escândalo de falsificação de quadros, atribuídos pela pintora como falsos, são sócios-fundadores do CBC - Centro Brasileiro de Cultura, com sede à Avenida Graça Aranha, 416, sala 218 - fone 32-0538, cujo Diretor Executivo é Roland Corbisier. O CBC reúne um grupo de subversivos que se denominam "Intelectuais" cuja missão consiste na imposição de suas idéias pela "inteligência", através de um método e de instruções bem definidos que destinam-se a obter adeptos e simpatizantes. Assim no momento oportuno, e em coordenação com os comandos "intelectuais" que atuam em outras zonas, irão provocar um desafio ao governo. Trata-se de um movimento de amplo alcance, compreendendo o tráfego de influências e prestígio em várias camadas sociais e ligado a grupo de "artistas-intelectuais" internacionais.

2. São os seguintes os sócios fundadores:

Adalgisa Nery, Adroaldo Junqueira Alves, Afonso Taylor da Cunha Melo, Alberto Braga Lee, Alberto Gomes Ranaças, Alberto Pessos Guimarães, Alesu Amoroso Lima, Alex Viani, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, Almir Castro, Alvaro Borges Vieira Pinto, Alvaro Lima, Américo Gonçalves Va-

CONFIDENCIAL

**CONFIDENCIAL**

GRAU DE SIGILO

MINISTÉRIO DA MARINHA

GABINETE DO MINISTRO DA MARINHA
ÓRGÃO

Informe/Informação/Ped. Busca

Data 08 / 11 / 1968

Nº 004 (cont)

AVALIAÇÕES	GRAU
CONFIANÇA	13
PRECISAO	3

Origem:

Recebido de:

Disseminação anterior:

Disseminação: MARINHA e CENIMAR

lério Filho, Anísio Teixeira, Antônio Callado, Antônio Carlos Mendes Viana, Antônio Houaiss, Arina Costa Santos, Artur José Poerner, Artur Cavalcanti, Augusto Belém, Aurélio Buarque de Holanda.

Cândido de Oliveira Neto, Carlos Heitor Cony, Carlos Nelson Coutinho, Carlos Osório de Almeida, Carlos Seliar, Celso Brant, Cesar Gonçalves Pereira, Cid Carvalho, Cid Silveira, Ciro Kurtz, Cláudio de Araújo Lima, Clay Hardman de Araújo.

Dalton Boechat, Darwin Brandão, Délio Maranhão, Di Cavalcanti, Dias Gomes, Djanira da Mota e Silva, Domar Campos, Doutel de Andrade.

Edmundo Muniz, Edna Savaget, Edeon Carneiro, Eliazer Burlã, Enio Silveira, Evaristo de Moraes Filho.

Fábio Breves, Fernando Carraxedo, Fernando Gasparian, Fernando Segismundo, Ferreira Gullar, Flavio Rangel, Francisco Teixeira, Franklin de Oliveira.

Geir Campos, Geraldo Carneiro, Gerardo Melo Mourão, Gilberto Corrêa.

Hélio de Almeida, Hélio Block, Hélio Pelegriño, Hélio Ramos, Hélio Silva, Homero Burlamaqui, Hugo Regis dos Reis.

Irineu Garcia, Ivan Costa Pinto, Ivan Lins.

Jaques Danon, Jayme de Azevedo Rodrigues, João Stcheverry, Joaquim Pedro de Andrade, João Pinheiro Neto, Joel Silveira, Jorge Carvalho de Brito, Jorge Duarte Ribeiro, José de Aguiar Dias, José Alfredo Gra



CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CABINETE DO MINISTRO DA MARINHA
ORGÃO

Informe/Informação/Ped. Busca

Data: 11/11/1968

Nº 004 (cont.)

AVALIAÇÕES	GRAU
CONFIANÇA	B
PRECISAO	3

Origem:

Recebido de:

Disseminação anterior:

Disseminação: MARINHA e CENIMAR

nadeiro Guimarães Neto, José Honório Rodrigues, José Joffily, José Leite Lopes, José Lino Grunewald, José Ribeiro de Lira, José Roberto Teixeira Leite, José Teitelroit, Josefá Magalhães Dauster, Júlio Sanfarsen.

Leuro Moura, Leandro Konder, Leopoldo Teixeira Leite, Luiz Carlos Barreto, Luiz Paiva de Castro, Luiz Paiva Manis.

Marcelo Alencar, Márcio Moreira Alves, Maria Alice Barroso, Maria Adelia Colares, Maria Helena Kuhnar, Mário da Gama Cury, Mário Pedrosa, Mário da Silva Brito, Maurício Houaiss, Maurício Reis, Mauro Lima e Silva, Menandro Novais, Miguel Fontes Leal Ferreira, Miguel Pedrosa, Moacyr Werneck de Castro, Moema Vergara.

Nelson Werneck Sodré, Nestor de Holanda, Neusa Fernandes, Newton Carlos, Noel Nutals.

Octávio Alves Velho, Odilon Batista, Osvaldo Viana Filho, Olinho Pegoraro, Orphan Santos Salles, Orlando Valverde, Oscar Niemeyer, Osni Duarte Pereira, Oswaldo Teixeira de Freitas, Otto Maria Carpeaux, Ottony da Costa Strauch.

Paulo Antran, Paulo de Castro, Paulo Francis, Paulo Lefèvre, Paulo Mendes Campos, Paulo Pinheiro, Paulo da Silveira, Pedro Ayres Fontes da Silva, Pedrylvio Francisco Guimarães Ferreira, Pimentel Gress.

Ranato Matos Reis, Ranato Archer, Regina Mats, Roberto Alves, Roberto Alvim Corrêa, Roberto Pontual, Rodrigo Melo Franco de Andrada



CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

MINISTÉRIO DA MARINHA

GABINETE DO MINISTRO DA MARINHA
ÓRGÃO

Informe/Informação/Ped. Busca

Data 08 / 11 / 1968

Nº 004 (cont)

AVALIAÇÕES	GRAU
CONFIANÇA	B
PRENSÃO	3

Origem :

Recebido de :

Disseminação anterior :

Disseminação : MARINHA e CENIMAR

da, Elaad Corbisier, Rui Moreira Reis.

Sandra Cavalcanti, Sérgio Bernardes, Sérgio Porto, Sílvio Cardoso Fernandes, Silva Melo.

Tamar Lindenberg Sette, Theresia Cesário Alvim, Vinícius de Moraes, Waldo Cesar, Wilson Fadul.

Zacarias Sá Carvalho, Ziraldo Alves Pinto.

3. A mensalidade cobrada é de NCR\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos) o CBC é ligado a AIAP - Associação Internacional de Artistas Plásticos com sede no Museu de Arte Moderna.

MARCELO NUNES DE ALENCAR



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

DADOS PARA ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

COMPLEMENTARES SOBRE O CIDADÃO

MARCELO NUNES DE ALENCAR



Manifesto

à

Nação



alterem o estatuto das empresas de propriedade estatal ou acarretem o enfraquecimento, das entidades de economia mista; e as que, a pretexto de estímulo aos investimentos estrangeiros, causem prejuízo à iniciativa privada tipicamente nacional.

E denunciamos como contrária aos legítimos interesses nacionais tôdas as medidas que estão levando à progressiva transferência para o exterior dos centros de decisão sobre a economia, as finanças, o planejamento e a política internacional do Brasil.

Desta maneira, na busca de soluções democráticas para a grave crise política nacional, resolvemos lançar o Movimento Nacional pela Democracia e Desenvolvimento, dirigindo esta conclamação a todos os brasileiros, para que dêem a sua adesão, individual ou coletiva, aos seguintes objetivos de reintegração do país no império da lei, na ordem democrática e na plena vigência da Constituição Federal de 1946:

1. A defesa intransigente dos direitos e garantias individuais e políticas;
2. A luta pela realização das eleições de 1965 e 1966 como condição necessária à redemocratização do país;
3. A convocação de uma Conferência Nacional pela Democracia e Desenvolvimento, com vistas à fixação dos objetivos brásileiros, em termos de respeito à soberania nacional e às características e peculiaridades de nossa formação cultural, para a garantia de que caberá ao Brasil e ao seu povo governarem-se sem tutelas internas ou externas.

Alceu Amoroso Lima — escritor; Alfredo Ceschiatti — escultor; Alfredo Marques Viana — editor; Aloísio Magalhães — pintor; Anísio Teixeira — educador; Antônio Callado — jornalista; Antônio Figueira Filho — estudante; Antônio J. Chediak — professor; Augusto Rodrigues — pintor; Augusto Vilas-Boas — jornalista; Ayres da Mata Machado — professor; Barbosa Lima Sobrinho — escritor; Bavard Demaria Boiteaux — professor; Berilo Dantas — jornalista; Bolivar de Freitas — professor; Cândido de Oliveira Neto — advogado; Carlos Diegues — cineasta; Carlos Heitor Cony — escritor; Carlos Ribeiro — editor; Celina Narah Telles, viúva Ladário Telles; Cicero Sandroni — editor; Cláudio Mello e Sousa — jornalista; Danton Jobim — jornalista; Darwin Brandão — jornalista; Dias Gomes — teatrólogo; Domar Campos — economista; Durval Lôbo — urbanista; Edgar Mata Machado — professor; Edmundo Muniz — jornalista; Edson Cabral — jornalista; Eduardo Augusto Viana — estudante; Eduardo



MDB vê ato de força no confinamento

O advogado Marcelo Alencar, suplente de senador pelo MDB, disse ontem que "desconhece os textos da portaria do ministro da Justiça que determinou o confinamento do jornalista Hélio Fernandes" achando difícil um exame a respeito. "No entanto — afirmou —, o que se pode adiantar é que há inviabilidade de apoio legal para a medida".

Afirmou que, "seja do ponto de vista substantivo ou adjetivo, a medida refuta mais em atos de mero arbítrio por motivações outras que não aquelas que a Lei inscreve" e, ao que se sabe, "a Justiça já deliberou a respeito da aplicação das leis inerentes a uma manifestação dos cassados que exercitam profissões cujas atividades impliquem na divulgação de escritos".

★

Prosseguiu dizendo que "este é o caso dos jornalistas e escritores e outros profissionais que auferem remuneração em função de tais atividades" e que, "por outro lado, há de se considerar a questão da vigência da aplicação dos Atos Institucionais, com o mesmo rigor que se aplicava, quando o país vivia sob o império 'institucional'". "Hoje — frisa — o regime é constitucional. E se se consulta a Constituição vai verificar-se que o ato de confinamento transcende dela.

★

Mais adiante, enfatiza que "o escrito que deu origem ao ato de confinamento não pode ser classificado como manifestação de caráter político, no sentido em que a Lei ou mesmo os Atos Institucionais invocados prevê. As leis que atingem as liberdades individuais só podem ser interpretadas restritivamente, jamais qualquer autoridade poderá emprestar a textos desta ordem interpretação que desconvenha, mas que não convenha à ordem democrática".

★

Finalizando, diz que "ao meu ver, já como cidadão interpreto o artigo como uma manifestação rigorosamente profissional de um jornalista destituído e que procurou, como é de sua inerente função, interpretar a opinião pública. E o fazendo com exageros que de forma alguma se caracteriza infração nas leis penais ou reflita pronunciamento político".

ULTIMA HORA

06 SET. 1967

ANEXO N.º 8
LANCADO EM 231/10/1967

Assume a Frente *U4*

O Advogado Marcelo Alencar, que assumiu ontem a cadeira de Mário Martins no Senado, enquanto o titular permanecer como observador da oposição junto à ONU (quatro meses), esteve antes no Palácio Monroe, onde foi recebido pelos Senadores Gilberto Marinho e Daniel Krieger, que o apresentaram aos colegas presentes: "Este é o Senador da Frente Ampla". Marcelo Alencar trazia no bolso três telegramas de parabéns que recebera por sua investidura: um de Jango, outro de Lacerda e outro de Juscelino.

37915

05 OUT. 1967

ANEXO
LANÇADO



CM 5

Incapacidade

Em discurso que pronunciará hoje no Senado, o sr. Marcelo Alencar (MDB-GB) atacará a política trabalhista do Governo, dizendo que, "depois do movimento de abril, as classes trabalhadoras voltaram do regime de semicapacidade, em que lhe era permitido ir lutando e crescendo, ao regime da incapacidade absoluta". Denunciará esse fato como "fascistizante, porque considerará o povo, especialmente os trabalhadores, como menores incapacitados de autogoverno e necessitando ainda de tutela".

Dirá, ainda, não ser verdade que "o atestado

de ideologia tenha sido banido, como apregoam os porta-vozes do Ministério do Trabalho. Agora, por força da Portaria 11, de março de 65, quem se encarrega de pedir à DOPS esse vergonhoso atestado é o próprio Ministério do Trabalho."

Acrescentará o senador Marcelo Alencar que "os trabalhadores foram os maiores derrotados do movimento de abril, pois sobre eles choveu e continua a chover todo um arsenal de restrições, cassações de direitos e anulação de antigas conquistas por meio de Atos, Decretos e Lei votados ao arrepio das tendências humanizadoras

e progressistas que caracterizam os novos tempos".

Em outro trecho de seu discurso, afirmará que o Governo "sacrifica os trabalhadores para deter a inflação e, não obstante, esta prossegue sua marcha inexorável, com o déficit orçamentário previsto, neste primeiro semestre, em NCr\$ 258 milhões, subindo, na verdade para mais de NCr\$ 1 bilhão. Cesaram as greves, mas nesses últimos quatro anos ficou provado que os trabalhadores não eram responsáveis pela inflação".

O JORNAL

06 OUT. 1967



Marcelo diz que inflação continua e esmaga o povo

BRASILIA — (M) — Ao analisar ontem no Senado a Conjuntura nacional, o sr. Marcelo Alencar afirmou que a realidade brasileira continua a desmentir os tecnocratas e os banqueiros do Fundo Monetário Internacional, pois a inflação permanece, e com ela a alta do custo de vida que atinge a todo o povo.

Observou que, embora as greves tenham cessado desde a revolução, o deficit, orçamentário para o primeiro semestre do corrente ano foi de mais de um bilhão de cruzeiros novos, enquanto a previsão oficial era de 258 milhões novos o que, frisou, "demonstra que nenhuma culpa cabe aos trabalhadores pela situação que o País atravessa".

Afirmou que, depois da revolução, as classes trabalhadoras voltaram do regime de semicapacidade, em que lhes era permitido lutar para melhorar de condição social e econômica, para o regime de incapacidade absoluta.

— Não há nada de novo nesta filosofia fascizante que considera o povo, especialmente os trabalhadores, incapazes de autogoverno e necessitados ainda de tutela — acentuou.

Disse que os trabalhadores

foram os maiores derrotados do movimento de abril, notando que sobre eles recaiu todo um arsenal de restrições, cassações de direitos e anulações de antigas conquistas, por meio de atos, decretos e leis votadas ao arrepio das tendências humanizadoras e progressistas que caracterizam os novos tempos.

Afirmou depois que a maior das contradições do Governo atual é a de apregoar que sua meta é o homem, frisando que ninguém tem sido tão sacrificado quanto o homem humilde e assalariado. Criticou os «atentados» cometidos contra os direitos dos trabalhadores, dizendo serem eles inspirados na estratégia de antidesenvolvimento. Condenou «as elites retrógradas» por exigirem dos sindicatos um comportamento que elas não têm, criticando o «pelego», que afinal, não difere do «profiteurs», igualmente oportunistas e clientelísticos.

Afirmou que aqueles que criticam os sindicatos dos países ricos e desenvolvidos, deveriam também considerar que o capitalismo de grande parte deles, longe de coagir os trabalhadores pela violência, está-se modificando bastante, através de uma abertura para o que convencionou chamar neo-capitalismo.

113 OUT. 1967

N8. PRO. CSS. 214.1, p. 103



Marcelo Alencar denuncia a importação de 240 mil toneladas de arame farpado

Brasília (Sucursal) — O Senador Marcelo Alencar denunciou ontem no Senado como totalmente descabida e profundamente prejudicial aos interesses nacionais a importação, pretendida pelo Ministério da Agricultura, de 120 mil toneladas de arame farpado, com isenção de impostos e facilidades de financiamento.

Afirmou que o caso serve para demonstrar de forma irretorquível o quanto é contraditório o atual Governo, que pratica precisamente o oposto do que prega, promete ou afirma: em vez da tão largamente prometida ajuda à empresa nacional, lança-a na crise e permite sua sufocação.

SIDERURGIA

Após afirmar a importância excepcional da indústria siderúrgica para o desenvolvimento nacional, o Sr. Marcelo Alencar observou que a Revolução lançou esse setor da indústria nacional em crise da maior gravidade, a ponto de ser ela forçada a exportar, por preços inferiores ao custo, seus produtos que não consegue colocar no mercado interno, em face do recesso geral.

Leu trechos do Plano Estratégico do Governo, "cujas diretrizes são meras generalidades", para mostrar as promessas ali contidas de ajuda e incentivo à iniciativa privada, especialmente aos empresários nacionais.

— No entanto — prosseguiu — o Governo continua com sua política de grandes aberturas aos interesses alienígenas, enquanto nenhuma medida há que possa sequer servir de exemplo e de amparo ao empresário nacional.

O Sr. Marcelo Alencar passou, depois, a aludir ao pedido de licença feito pelo Ministro da Agricultura para importação de 120 mil toneladas de arame farpado, "40 mil além de nossas necessidades". O Brasil possui 35 empresas que fabricam tal produto, "tão variados, bons ou ruins como os de procedência externa".

— A capacidade de produção nacional é de 55 mil toneladas

por ano de arame farpado, enquanto nossa necessidade é de 80 mil toneladas. De 1962 a 1966, importamos mais de 2 bilhões de toneladas de produtos siderúrgicos, 47% de chapas de aço e 19% de arame farpado, com o dispêndio de divisas preciosas para o País, tudo isso enquanto a indústria siderúrgica nacional é lançada à mais dura sorte.

Frisou que tudo "decorre do comportamento contraditório do Governo, que promete e afirma uma coisa e pratica outra, numa estranha e impatriótica atitude". Continuando, disse que a indústria nacional, "sufocada por violenta crise, está produzindo apenas 20 mil toneladas de arame farpado, com uma capacidade ociosa de mais de 64%, o que por si só demonstraria a gravidade da situação".

— Nada faz o Brasil, no GATT, em prol de seus mais importantes interesses; nenhuma medida há que possa ser apontada como visando amparar ou ajudar o empresário nacional, enquanto o alienígena continua sendo favorecido, como com as isenções de impostos e taxas e facilidades de financiamento para importação de arame farpado, em quantidades muito acima de nossas necessidades de consumo, como mais uma vez se pretende fazer, através do Ministério da Fazenda — concluiu o Sr. Marcelo Alencar.

CORREIO DA MANHÃ

07 NOV. 1967



Tarso é dado como incapaz por deputado

CH7

BRASILIA (Sucursal) — O sr. Marcelo Alencar apontou, ontem, no Senado, o caso criado em torno da enciclopédia elaborada para o MEC pelo padre Ávila, como mais um exemplo da absoluta incapacidade do ministro Tarso Dutra. que daria ainda, no que toca ao problema, prova de submissão a autoridades que lhe são subalternas.

Fêz o sr. Marcelo Alencar duras críticas ao sr. Tarso Dutra, empenhando-se o sr. Eurico Resende na defesa do ministro da Educação, que, recebendo expediente demonstrando ser a enciclopédia inadequada aos jovens a que se destina, limitou-se a constituir uma comissão de alto nível para apreciar o problema, nada havendo de errado ou merecedor de crítica.

As críticas do sr. Marcelo Alencar se estenderam também ao general Turoia, chefe do Serviço de Segurança Nacional do MEC, também defendido pelo sr. Eurico Resende.

GOV. DO RJ
15 FEV. 1968



CFE e Tarso vão depor na CPI do ensino superior

O senador Marcelo Alencar anunciou ontem que o ministro da Educação, deputado Tarso Dutra, e membro do Conselho Federal de Educação serão convocados a depor na Comissão Parlamentar do Ensino Superior da Câmara dos Deputados, frisando que "o ministro da Educação não dirigiu o seu Ministério, que é, na verdade, administrado pelo Serviço de Segurança". Declarou ainda que "o chefe do Serviço de Segu-

rança do Ministério da Educação, general Waldemar Turone, deverá ser processado pelo Congresso Nacional, por crime de abuso do poder, em face de exigir aos funcionários das Universidades e do MEC um atestado de ideologia legal, que deixa muito mal o presidente Costa e Silva".

DESACIONALIZAÇÃO

Disse o senador Marcelo Alencar que "o Brasil deve

participar da reunião dos ministros da Educação da América, em Maracay, com uma política educacional nacional, não participando do plano de ajuda educacional do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, denunciado pelo senador Robert Kennedy de ter sido financiado pela Agência Central de Informações (CIA), órgão de espionagem internacional dos Estados Unidos".

MEIRA MATTOS
Ainda sobre a CPI do ensino superior, o senador afirmou que "o coronel Meira Mattos e os presidentes de Diretórios Acadêmicos também serão convocados a depor naquela comissão parlamentar de inquérito, para esclarecer ainda mais as verdadeiras causas da crise do ensino superior brasileiro".

ÚLTIMA HORA

29 MAR. 1968



Jango diz que errou no diálogo militar

Ao curso de uma conversa reservada em Montevidéu, com o suplente de senador Marcelo Alencar e cujos termos foram por este revelados ao chegar ao Rio, o Sr. João Goulart fez uma espécie de autocritica e confessou que não soube procurar, quando Presidente, os meios adequados para sensibilizar as Forças Armadas com sua mensagem reformista.

— Se isto tivesse acontecido adiantou Jango — o Brasil não estaria passando por quatro anos de alienação, como ocorre agora.

Para o Presidente deposto, "o sentimento nacionalista e desenvolvimentista das Forças Armadas está aparecendo, como fatalmente teria que acontecer, menos pela ação individual de cada um do que por existir e não poder ficar incubado por muito tempo".

Nos cinco dias em que esteve em contato com o político carioca que o visitou em seu asilo, no Uruguai, o Sr. João Goulart revelou sua convicção de que não haverá qualquer mudança de estrutura no Brasil sem a participação das Forças Armadas. Eis a explicação que ele deu para a falta de sintonia entre a sua administração e o setor militar:

— Uma minoria organizada e trabalhada por interesses externos criou obstáculos intransponíveis para o entendimento entre um governo progressista e as Forças Armadas.

HORA DA UNIÃO

O ex-Presidente analisou a questão trabalhista e concluiu que "chegou a hora de empresários e trabalhadores se unirem para salvar o País". Mostrando-se sempre bem informado a respeito do que acontece no Brasil, Jango lamentou que a classe empresarial não tenha colaborado, "como seria do seu dever", na luta contra o arrôcho salarial.

— Eu previa — disse ele ao Sr. Marcelo Alencar — que o empresariado nacional, sem vínculos externos, terminasse por postular uma política salarial consentânea com o custo de vida e capaz de manter o poder aquisitivo dos trabalhadores e da classe média.

Para Goulart, o mito da demagogia contra o aumento de salários é coisa falida no Brasil desde o seu governo e dela só se valem "os interessados na estagnação do País".

— Lembro-me — acrescentou — de um encontro que tive com as classes produtoras de Pernambuco, em Caruaru, logo após ter decretado uma elevação do mínimo salarial. Na ocasião, sem qualquer discordância, ouvi do porta-voz deles que o reajuste do salário salvara suas empresas.

O Presidente deposto disse ao Sr. Marcelo Alencar que o projeto do Senador Carvalho Pinto para minorar os efeitos do arrôcho significa uma posição, se bem que tímida, do empresariado paulista. Para dar um exemplo da compreensão que os empresários têm para o problema do poder aquisitivo dos assalariados, o Sr. João Goulart citou o caso de um industrial paulista amigo seu que recusou uma linha de crédito oferecida pessoalmente pelo Ministro Delfim Neto. Ao manifestar sua recusa, deu esta explicação:

— Não quero empréstimos para pagar juros. Eu preciso mesmo é de um consumo maior para que minhas fábricas não venham a parar.

6 AGO 1968



STM recebe pedido de habeas em favor de Vladimir

O advogado Marcelo Alencar entrou ontem, no Superior Tribunal Militar, com um pedido de habeas-corpus em favor do líder estudantil Vladimir Palmeira, que após depor no DOPS foi enviado para o Exército.

Solicita ao relator do habeas-corpus que faça cessar a incommunicabilidade do estudante, esclarecendo que ele foi preso por não estar com sua carteira de identidade, levado para a 13.ª DD e dali encaminhado para o DOPS.

ARTIFÍCIO

O advogado Marcelo Alencar declara que "se repete a incrível prática de manter prisões arbitrárias e ilegais, mediante o artifício de se transferir presos de um local para outro. Isto feito, objetiva-se deslocar a competência do juízo, com evidente descaso pelo prestígio moral da autoridade e censurável desapeço para com a Justiça. Não se pode compreender que para o mesmo fato suscetível de apuração criminal se instaure um complexo de processos, uns sob a feição de IPM e outros como inquéritos policiais comuns. Lamenta-se que se procure envolver o Exército, que não é uma instituição destinada a práticas policiais, nos atos de arbítrio e abusos contra cidadãos. Sobrepõe-se, assim, até mesmo a Constituição, cujo império tem o Exército o dever e a obrigação de preservar."

O Sr. Marcelo Alencar aponta como autoridade coatora o coronel Roberto Moura, indicado pelo diretor do DOPS, General Dulcideo Arruda, como encarregado do IPM contra Vladimir Palmeira.

JUSTIÇA COMUM

Foi distribuído ontem à 6.ª Vara Criminal o habeas-corpus impetrado pelo advogado Marcelo Alencar em favor de Vladimir Palmeira. Hoje à tarde o Juiz Geraldo Majela Martins deverá tomar conhecimento do processo.

Nas informações que foram solicitadas pelo juiz de plantão, o diretor do DOPS diz que Vladimir foi transferido para o Exército em virtude de solicitação que estava para ser cumprida desde o mês de abril.

O diretor do DOPS afirma também que Vladimir Palmeira não foi preso em flagrante por qualquer crime. Apenas foi transferido para o DOPS, após estar na 13.ª DD, porque deveria ser ouvido como testemunha num inquérito em curso. Prestado o depoimento, foi logo enviado para o Exército.

O habeas-corpus foi conhecido inicialmente pelo juiz de plantão, que se limitou a pedir as informações de praxe à autoridade apontada como coatora.

Em virtude de o estudante estar à disposição do Exército, o Juiz da 6.ª Vara Criminal deverá julgar-se incompetente e remeter o processo ao Superior Tribunal Militar.

As autoridades militares do I Exército mantinham em absoluto sigilo o paradeiro de Vladimir Palmeira, admitindo-se que ele esteja no quartel do I Batalhão de Polícia Militar, na Tijuca.

O advogado Marcelo Alencar esteve no Quartel-General do I Exército, procurando localizar seu cliente. Não obtendo êxito, retirou-se lamentando que não fôsse "bem interpretado" na sua intenção de "fazer prevalecer a ordem jurídica, na qual está incluído o direito de o advogado se avistar com seu cliente, em estabelecimento civil ou militar, como dispõe a Lei 4215, de 1963."

Explicou o Sr. Marcelo Alencar que avistando-se com Vladimir Palmeira "poderia constatar o tratamento que lhe estão dispensando e diminuir a tensão que domina a classe estudantil com a prisão de seu líder."

A prisão de Vladimir Palmeira foi ontem classificada por diversos deputados como uma manobra policial destinada a desviar a atenção pública do fracasso da Secretaria de Segurança em elucidar os assassinatos dos motoristas de táxi.

Em discursos, alguns deputados chegaram mesmo a desmentir a informação policial de que a prisão foi feita numa simples ronda, argumentando que o DOPS vinha seguindo os movimentos do estudante há muito tempo.

Com a prisão, afirmam os deputados, os estudantes voltarão às ruas e a opinião pública esquecerá as investigações sobre os assassinatos de motoristas. Falaram os Deputados Paulo de Carvalho, Jamil Haddad, Sebastião Contrucci e Mauro Werneck.



Política

Marcelo Alencar Deseja o MDB Servindo de Pólo Unificador da Oposição

Novos rumos e uma formulação mais ampla para o MDB foram defendidos ontem, em entrevista a O GLOBO, concedida pelo Senador Marcelo Alencar, suplente do Sr. Mário Martins, e membro da ala renovadora da oposição. Para ele é imprescindível a união de todos os grupos nacionais de oposição, e o MDB poderá desempenhar o papel catalisador, nesse processo, bastando que amplie sua ação e abra seus quadros para fora do movimento parlamentar. Entende, por outro lado, que a união das oposições será possível, apenas, em torno de um programa de ação ou manifesto, no qual se definam questões e soluções nacionais para a superação da crise verificada em todos os setores.

Busca do Denominador Comum

Disse o Senador Marcelo Alencar que a necessidade maior das oposições, na atual conjuntura, é unificá-las. Buscarem um denominador comum, especialmente as esquerdas, hoje presas a uma série de correntes artificiais, muitas delas expressivas, apenas, de tendências individualistas.

— O denominador comum, parece-me, é um programa nacional. Um conjunto de princípios e normas de ação definidoras das necessidades nacionais. É impossível pensar em sucesso oposicionista se continuamos a usar fórmulas — inclusive no pensamento de esquerda — não brasileiras ou calcadas em experiências de outros povos. Devemos buscar, dentro de nossas fronteiras, as soluções para as nossas questões.

No quadro geral das opp.

Abrir o Partido

Transformar o MDB na chave de congraçamento das oposições, para o Senador Marcelo Alencar, não é tarefa para poucos meses. Mas significa um esforço que deve começar imediatamente.

— Devemos abrir o partido, o quanto antes. Representações operárias, estudantis, de classe média, de profissionais liberais, de militares e quantas outras classes existam, representativas de parcelas de opinião nacional, oposicionistas. Um entendimento, um debate amplo seria o ponto de partida, inclusive, para a elaboração do programa ou manifesto comum das oposições.

Aos Militares Também

Repetindo que a maioria da Nação, hoje, opõe-se aos atuais rumos que o Governo imprime a nossos destinos, particulariza o que chama de oposição militar, e que não deverá, em momento algum, ficar dissociada do restante:

— Como os profissionais liberais, os funcionários públicos e os estudantes, também os militares são componentes da classe média. É evidente que não se mostram satisfeitos com a atual situação, pois também eles sentem na carne os efeitos da

615
sões, o parlamentar identifica o MDB como um dos componentes, por enquanto. E a oposição legal ou formal, e existe ao mesmo tempo que a oposição radical, a oposição dos diversos graus do PC, a oposição estudantil, a operária, aquela que envolve o clero e várias outras. É possível, para etc, que o MDB seja o instrumento que dispõe de melhores condições para se transformar no fator aglutinador do conjunto. Isso, no entanto, se a agremiação aceitar uma série de modificações em sua estrutura e no comportamento de seus dirigentes. Não deveria o MDB continuar apenas como o bloco parlamentar que reúne as várias correntes parlamentares de oposição. Se aceitasse pensamento e liderança de outros grupos oposicionistas, que, juntos, pudessem formular uma estratégia comum de ação.

mam de subversão, baderna etc.

Neste exato termo da equação é que deve entrar o MDB, com sua nova missão de unificador das oposições. Deve ser o MDB o instrumento demonstrador, aos militares, de que é possível alterar-se a atual situação sem o perigo de qualquer dos fantasmas do passado. Passa-se agora, com os militares brasileiros, o mesmo que aconteceu quando derrubaram a monarquia. Seguiu-se um perigo de desconfiança e enraizamento



Transformar o MDB na chave de congraçamento das oposições, para o Senador Marcelo Alencar, não é tarefa para poucos meses. Mas significa um esforço que deve começar imediatamente.

— Devemos abrir o partido o quanto antes. Representações operárias, estudantes de classe média, de profissionais liberais, de militares e quantas outras classes existam, representativas de parcelas de opinião nacional, opositoristas. Um entendimento, um debate amplo seria o ponto de partida, inclusive, para a elaboração do programa ou manifesto comum das oposições.

Aos Militares Também

Repetindo que a maioria da Nação, hoje, opõe-se aos atuais rumos que o Governo imprime a nossos destinos, particulariza o que chama de oposição militar, e que não deverá, em momento algum, ficar dissociada do restante:

— Como os profissionais liberais, os funcionários públicos e os estudantes, também os militares são componentes da classe média. É evidente que não se mostram satisfeitos com a atual situação, pois também eles sentem na carne os efeitos da política revolucionária, de estrangulamento e cada vez maior de nossas condições. Não há porque, então, deixarmos de procurar os militares ou tentarmos excluí-los. É uma farsa a afirmação de que os militares devem permanecer apenas nos quartéis e evitar toda a forma de prática política. Devem, pelos instrumentos normais, participar da mesma forma que os médicos, os estudantes, os padres e os operários.

A maioria dos militares tem consciência de estar, hoje, servindo uma causa errada, quando apoiam a política revolucionária. Cada família de militar sente na carne a pressão dos fatos. Nada mais natural que possam fazer sentir seus reclamos, porque se não concordam não estão a favor, e se não estão a favor, integram — também eles — as oposições. A maioria da classe militar, hoje, está perplexa e começa a tomar consciência de estar a favor de uma causa anti-povo. Até mesmo os chamados líderes maiores da Revolução começam a sentir. A maioria ainda recela um mito, a chamada volta ao passado, a pretexto da qual se tomam freqüentemente medidas arbitrárias, na esfera oficial. Preocupam-se com o fato de, que, dizendo-se abertamente em oposição contra o que aí está, poderão engrossar as fileiras dos que pretendem voltar à situação pré-revolucionária. Ao que eles cha-

mam de subversão, baderna etc.

Neste exato termo da equação é que deve entrar o MDB, com sua nova missão de unificador das oposições. Deve ser o MDB o instrumento demonstrador, aos militares, de que é possível alterar-se a atual situação sem o perigo de qualquer dos fantasmas do passado. Passa-se agora, com os militares brasileiros, o mesmo que aconteceu quando derrubaram a monarquia. Seguiu-se um perigo de desconfiança e entrançamento em erros, sob a alegação de que era preferível o presente do que o passado. Mas acabou vindo, mesmo, o futuro, que superou as dúvidas militares. É exatamente o que necessita vir, novamente. E todos devem esforçar-se para isto, civis e militares.

Acentuou que o MDB deve possuir a coragem bastante para chamar os militares ao diálogo. Aproveitar suas experiências e absorver o inequívoco sentimento de inconformidade que também eles possuem, na realidade brasileira. O momento é este, inclusive quando se fala, nos quadros do partido, em mobilização popular. Uma das classes populares é a militar. Por que não convocá-la, então? Sua contribuição para o programa nacional pode ser excelente, eles que se orientam, hoje, para o exame e estudo de questões técnicas. Torna-se imprescindível convencer-se às classes militares de que aberturas democráticas e soluções nacionais não se confundem com ação contrarrevolucionária ou subversão.

Fala-se que setores das Forças Armadas estariam comprometidos com um determinado documento, este contrário aos interesses populares, e que pregaria soluções antinacionais, numa tentativa de unir os poderes militar e econômico. Por que não apresentarmos a outra alternativa? Damos aos militares condições de se integrarem no manifesto-programa nacional?

Sublegenda e Frente-Ampla

Dentro do pensamento central de sua entrevista, o Senador Marcelo Alencar analisa outros aspectos da atualidade política:

A sublegenda é assunto que nem de longe interessa ao povo. O MDB vem demonstrando uma capacidade de luta surpreendente, ao combater a sublegenda e não admitir sua discussão. Essa capacidade — que também vastos setores da ARENA demonstram, no assunto — não poderia ser usada na defesa de teses mais reais? Para a queda definitiva do bipartidarismo, por exemplo, esta sim uma questão vital e real?

A frente ampla acabou, realmente. Cumpriu o seu papel, mas seus membros, até por motivos psicológicos, esgotaram a perspectiva do movimento. Poderão e deverão, agora, em nova fase, engrossar as fileiras na busca da solução comum em torno de um manifesto-programa.

É falsa e inaceitável a afirmação de que o poder civil ou os civis falharam, através das últimas décadas. De 1930 para cá, embora com erros, deficiências e falhas, a legislação trabalhista, a queda da ditadura e o desenvolvimentismo, por exemplo, são provas evidentes da excelência do poder civil.

N8. PRO. CSS. 214. J. P. 110 2v

CORREIO DA MANHÃ

24 JUL 1968



Omisso

CM 24

O suplente de senador pela Guanabara, sr. Marcelo Alencar, acusou, ontem, os setores de Segurança do Governo de estarem, por omissão, a exemplo do que ocorreu em São Paulo, facilitando a ação dos extremistas de direita. Referia-se, em particular, ao ressurgimento do MAC e à tentativa de atentado contra a Associação Brasileira de Imprensa.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

7 AGO 1968



37915

Fb 1 a 3

JULGAMENTO PODE SER HOJE

O Sr. Marcelo de Alencar disse, ontem, que se o processo de Vladimir Palmeira já tiver sido informado, poderá ser julgado ainda hoje ou então na próxima sexta-feira, pelo Superior Tribunal Militar.

O advogado assegurou, também, que "manter um líder estudantil preso, num momento como este que o Brasil atravessa, é burrice, pois há necessidade da palavra dos líderes para que o país en-

contre o caminho da normalidade".

JULGAMENTO

O Sr. Marcelo de Alencar acrescentou que se já tiver caído a incomunicabilidade de Vladimir Palmeira e tiver sido informado o processo, irá solicitar para que o "habeas corpus" entre em pauta, hoje mesmo. Caso contrário, o processo deverá ser julgado na próxima sexta-feira.

O advogado espera que os juizes do Superior Tribunal

Militar tenham a necessária sensibilidade para sentir que Vladimir Palmeira um líder por demais conhecido, não deve ficar preso, pois o País precisa de lideranças para retornar ao caminho da paz e da normalidade, a fim de que os seus grandes e angustiantes problemas possam ser resolvidos. Mas o General Mourão Filho, Ministro do STM, disse que o "habeas corpus" será julgado sexta ou segunda-feira.

CORREIO DA MANHÃ

15 AGO 1968



em. Miniatura do Cohen

O sr. Marcelo Alencar, suplente de senador pela Guanabara, afirmou, ontem, considerar muito estranho que as autoridades governamentais estejam tentando caracterizar o líder estudantil Vladimir Palmeira "como um guerrilheiro urbano". Referia-se às declarações atribuídas a Ermelindo Dias Paixão, por elementos da polícia, que foram divulgadas exatamente no dia em que estava em julgamento o pedido de habeas corpus em favor de Vladimir. Acha que "estão procurando apresentar um quadro de subversão, que cheira muito a Plano Cohen". Conta que, duas semanas antes da prisão do professor Bayard Boiteux, Ermelindo apareceu, em companhia de Tito Guimarães Filho, no escritório de um advogado de renome, na Guanabara, falando em guerrilhas que estariam sendo organizadas em Minas e que, por isso, iria procurar o professor para integrá-lo no esquema. O professor foi preso em seguida, assim como Tito, que, envolvido igualmente no processo de Caparaó, foi o único liberado e que nem chegou a ser indiciado. Para o sr. Marcelo Alencar, traz sérias desconfiças o fato de que, agora, Ermelindo volte a aparecer — sem ser, porém, apresentado à imprensa — e implique Vladimir Palmeira e as lideranças estudantis em movimentos de guerrilha. "Segundo as evidências — disse — Ermelindo e Tito seriam policiais, a serviço da contra-informação."

CORREIO DA MANHÃ

4 SET 1968

Espartilho *em 4*

O suplente de senador, advogado Marcelo Alencar, presta depoimento, hoje, na CPI da Câmara, que apura a desnacionalização das empresas. Dirá que ela decorre "até de um planejamento político, em virtude da ação discricionária que se pôs em prática após 1964", ao citar o afastamento de economistas "como Jesus Soares Pereira e Celso Furtado". Acha que a siderurgia foi a primeira meta de processo desencadeado, passando de um excesso de demanda para a situação de recessão. E comenta: "O espartilho necessário para impôr a desnacionalização foi a criação de um sistema de leis, para conter os brasileiros em seu protesto, entre elas as de imprensa e a de segurança nacional".

Segurança

Chegará ao Brasil na próxima semana o jato One Eleven que a FAB adquiriu para o transporte do presidente da República, em substituição aos atuais Viscount, que serão vendidos para o exterior. A tripulação já se encontra na Inglaterra aguardando a liberação do aparelho pelos fabricantes. É possível, dependendo da data de chegada ao Brasil, que o avião seja inaugurado pelo marechal Costa e Silva na sua próxima viagem ao Rio Grande, no dia 14. O One Eleven presidencial sofreu várias modificações interiores, a fim de permitir a instalação de um gabinete de despachos e de um compartimento de repouso. Em consequência, sua lotação, que na versão comercial pode atingir até 80 passageiros, foi reduzida para apenas 30 poltronas. A velocidade (850 quilômetros horários) e a autonomia (7 horas sem reabastecimento), entretanto, permaneceram inalteradas. Em fevereiro de 1969, chegará ao Brasil o segundo aparelho desse mesmo tipo, que será utilizado como reserva do primeiro, nos casos de revisão ou consertos.

11 SET 1968



MARCELO: OS ATOS NÃO VIGORAM MAIS

"Os Atos Institucionais, de modo amplo, não estão vigendo, a não ser no que toca ao efeito (no singular) por eles produzido, isto é, quanto ao período da cassação, ou da suspensão, o que a Constituição Federal, no art. 173, alínea parêntese", afirmou o advogado e senador Marcelo Alencar, em parecer elaborado para o CORREIO DA MANHÃ.

Seu ponto de vista é sustentado pela seguinte tese, na íntegra:

"Um dos mais sérios problemas de ordem constitucional surgidos após a promulgação da nova Carta Política brasileira, e que tem ocupado a atenção dos juristas de forma constante, é, sem dúvida, o da interpretação dos chamados Atos Institucionais, face aos dispositivos do novo Estatuto Básico.

Há, como sabemos, duas correntes principais que se digladiam diante da questão proposta. A primeira propugna pela subsistência dos referidos Atos — editados pela "Revolução de 1964" — mesmo depois da vigência da atual Carta Magna, enquanto que a segunda defende doutrina oposta.

E a polémica se reacende todas as vezes que o Governo suscita a necessidade de aplicar dispositivos contidos no Ato.

Preocupados na análise do problema, eu e o meu companheiro de escritório, o professor Wilson Acioly, um dos melhores valores da nova geração de juristas brasileiros, resolvemos estudar a questão, buscando colaborar no esclarecimento das dúvidas, muitas vezes alimentadas por interesses fora dos quadros do Direito.

Pareceu-nos que a melhor contribuição poderia ser prestada mediante o oferecimento de razões e argumentos ainda não produzidos por aqueles que cuidaram da matéria.

Assim é que, a nosso ver — e a lógica nos conduz facilmente a essa conclusão —, a controvérsia reinante consiste primordialmente na confusão que se estabeleceu entre a produção geradora de novos resultados — decorrentes dos Atos — e a constatação dos efeitos produzidos anteriormente à promulgação da nova Lei Fundamental.

Sem entrarmos no mérito da análise dos postulados veiculados pela "revolução", no que tange ao seu aspecto positivo ou negativo — optamos, desde logo, num exame imparcial da matéria, pela doutrina defendida por aqueles que albergam a opinião segundo a qual não subsistem os Atos atualmente, pois parte de seus preceitos foi absorvida pelo novo texto constitucional.

Vale assinalar que pretendemos, apenas, equacionar o problema, e estudá-lo do ponto de vista estritamente jurídico-constitucional.

Examinemos, em seguida, os fatores preliminares que informam a questão.

A edição dos denominados Atos Institucionais foi, como temos ciência, resultado da "revolução" que eclodiu em nosso País em abril de 1964. Como todo movimento armado vitorioso impôs inconti-

nosso raciocínio: é que a Constituição admite, atualmente, no art. 150 § 4.º, a apreciação do Poder Judiciário sobre qualquer lesão de direito individual, enquanto que, pelo art. 173, das Disposições Gerais Transitórias, exclui da mesma apreciação os atos praticados com base nos Atos Institucionais.

Se nos detivermos no exame do que seja chamado ato das Disposições Transitórias, observaremos que ele contém normas de índole não permanente, que têm por escopo conciliar, na fase de transição, alguns preceitos admissíveis do regime anterior, com as do novo regime. É claro que as regras que formam o denominado ato das Disposições Transitórias não criam direitos ulteriores à fase de mudança, nem devem ser trazidos à baila com vistas à exegese dos preceitos constitucionais. Exauridas as estipulações nelas inseridas, essas normas não poderão ser ampliadas aos fatos supervenientes.

Assim sendo, entendemos que, quando estabelece o art. 173 da Constituição, que "ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução, bem como, — art. 173, I — pelo Governo federal, com base nos Atos Institucionais, fixa ele a regra transitória, segundo a qual os eventos ocorridos antes da elaboração da atual Lei Básica, perduram apenas em seus efeitos. Tanto isso é verdade, que o Judiciário — que na vigência do Ato tinha de abster-se de apreciar lesões de direito individual dele decorrentes — atualmente, consoante a regra do art. 150 § 4.º, citado, não poderia omitir-se na apreciação de qualquer lesão desse tipo, por ser matéria inscrita e consagrada em nossa Lei Maior.

A tradição brasileira, aliás — a despeito da omissão verificada em 1891 —, tem mantido, através dos textos constitucionais, essa garantia assecuratória dos direitos individuais. O preceito do art. 150 § 4.º, guindado à superfície, torna írrito qualquer ato que exclua de pronunciamiento judicial determinadas situações jurídicas; mas, acentue-se, apenas aquelas que se relacionem com a proteção dos direitos individuais.

Destarte, por imperativo desse comando constitucional, não é admissível, desde que a nova Carta Política entrou em vigor, abstrair-se do exame do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

Mas, poderiam objetar-nos: como poderia o Governo aplicar penalidades aos cassados pela "Revolução", que se pronunciam através dos órgãos de divulgação, desafiando, em seu Juízo, as autoridades?

A resposta só poderia ser uma: por intermédio dos próprios dispositivos contidos não apenas no art. 151, do Estatuto Básico (arts. 8.º, 23, 27 e 28), mas também nas normas contidas no Código Penal e demais leis vigentes. A apuração de responsabilidades, em matéria de manifestações políticas, daqueles que tiveram seus direitos suspensos, constitui providência meramente rotineira.

Há outro argumento importante a aduzir. Em favor de nosso raciocínio; estabelece o art. 151, da Constituição vigente,

s, todos, resolvemos estudar a questão, buscando colaborar no esclarecimento das dúvidas, muitas vezes alimentadas por interesses fora dos quadros do Direito.

Pareceu-nos que a melhor contribuição poderia ser prestada mediante o oferecimento de razões e argumentos ainda não produzidos por aqueles que cuidaram da matéria.

Assim é que, a nosso ver — e a lógica nos conduz facilmente a essa conclusão —, a controvérsia reinante consiste primordialmente na confusão que se estabeleceu entre a produção geradora de novos resultados — decorrentes dos Atos — e a constatação dos efeitos produzidos anteriormente à promulgação da nova Lei Fundamental.

Sem entrarmos no mérito da análise dos postulados veiculados pela “revolução”, no que tange ao seu aspecto positivo ou negativo — optamos, desde logo, num exame imparcial da matéria, pela doutrina defendida por aqueles que albergam a opinião segundo a qual não subsistem os Atos atualmente, pois parte de seus preceitos foi absorvida pelo novo texto constitucional.

Vale assinalar que pretendemos, apenas, equacionar o problema, e estudá-lo do ponto de vista estritamente jurídico-constitucional.

Examinemos, em seguida, os fatores preliminares que informam a questão.

A edição dos denominados Atos Institucionais foi, como temos ciência, resultado da “revolução” que eclodiu em nosso País em abril de 1964. Como todo movimento armado vitorioso, impôs, incontinentemente, mudanças que seus dirigentes houveram por bem implantar na estrutura jurídico-constitucional.

Destarte, os mentores do movimento elaboraram um manifesto à Nação, onde afirmavam que a “revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte”.

E foi editado o 1.º Ato Institucional.

Ainda naquela fase — e sob o temor de que pudesse enfraquecer-se o poder revolucionário, por diversos fatores, apontados no segundo manifesto à Nação — surgiu o 2.º Ato Institucional, através do qual a Constituição anterior foi alterada em vários preceitos, alguns substancialmente.

O art. 16, item IV, do Ato citado, que veio precedido de pronunciamento, relacionava-se, entre outros mandamentos, com a suspensão de direitos políticos, propondo “quando necessária à preservação da ordem política e social”, medidas de segurança, inclusive a do domicílio determinado.

Adveio, então, a nova Carta Política. Surgiram as dúvidas quanto à aplicação daquele artigo. Face ao novo texto constitucional promulgado, continuava ele em vigência? Ou apenas os seus efeitos persistiam?

Se compulsarmos, detidamente, esse documento editado pela “Revolução”, verificaremos que seu art. 29 estatui:

“Incorpora-se definitivamente à Constituição Federal o disposto nos arts. 2.º a 12 do presente Ato.”

Mais ainda: dispunha o art. 33, do mesmo diploma, que aquele Ato Institucional teria validade apenas até 15 de março do ano transato, justamente a data em que entraria em vigor a nova Lei Fundamental.

Ora, há aqui dois aspectos importantes a destacar: primeiro, o fato de determinar, explicitamente, o art. 29 do Ato Institucional n.º 2, a inclusão definitiva à nova Carta Magna do disposto nos seus artigos 2.º a 12, excluindo, portanto, os demais preceitos (art. 16, item IV); segundo, a circunstância de que o referido Ato só valeria até a entrada em vigor da Constituição.

Existe, igualmente, outro fator relevante, que vem confirmar, de modo incisivo,

consoante a regra do art. 150, § 4.º, não poderia omitir-se na apreciação de qualquer lesão desse tipo, por ser inscrite e consagrada em nossa Lei Maior.

A tradição brasileira, aliás — a despeito da omissão verificada em 1891 —, tem mantido, através dos textos constitucionais, essa garantia assecuratória dos direitos individuais. O preceito do art. 150 § 4.º, guindado à superfície, torna inerte qualquer ato que exija de pronunciamento judicial determinações jurídicas; mas, acentue-se, apenas aquelas que se relacionem com a proteção dos direitos individuais.

Destarte, por imperativo desse comando constitucional, não é admissível, desde que a nova Carta Política entrou em vigor, abstrair-se do exame do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

Mas, poderiam objetar-nos: como poderia o Governo aplicar penalidades aos cassados pela “Revolução”, que se pronunciam através dos órgãos de divulgação, desafiando, em seu Juízo, as autoridades?

A resposta só poderia ser uma: por intermédio dos próprios dispositivos contidos não apenas no art. 151, do Estatuto Básico (arts. 8.º, 23, 27 e 28), mas também nas normas contidas no Código Penal e demais leis vigentes. A apuração de responsabilidades, em matéria de manifestações políticas, daqueles que tiveram seus direitos suspensos, constitui providência meramente rotineira.

Há outro argumento importante a aduzir, em favor de nosso raciocínio: estabelece o art. 151, da Constituição vigente, que “aquele que abusar dos direitos individuais previstos nos parágrafos 8.º, 23, 27 e 28 do artigo anterior (Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais) e dos direitos políticos, para atentar contra a ordem democrática ou praticar corrupção”, incorrerá na suspensão dos direitos políticos, sendo-lhe assegurada ampla defesa.

Tendo-se em conta a redação deste artigo, depois de o confrontarmos com a do art. 16, do Ato n.º 2, e a do art. 173, na nossa Carta Política, verificamos que, depois de promulgado o novo Estatuto Básico, haveria uma ruptura no princípio da isonomia nele inscrito, pois não ocorreria igualdade nas duas situações. Os que tiveram seus direitos políticos suspensos antes da promulgação da Lei Magna estariam sujeitos — de acordo com a corrente que defende a integridade do Ato n.º 2 — à liberdade vigiada e ao domicílio determinado, enquanto que os que fossem punidos consoante o estipulado no preceito do referido art. 151 teriam equacionada a sua situação de modo diverso. E prova contundente de que o Ato n.º 2, a nosso ver, só poderia ter validade — e assim mesmo discutível, face ao texto da nova Carta Política — no tocante ao efeito produzido, reside no fato de que, atualmente, não seria aplicável em termos de novas punições, haja vista o conteúdo do parágrafo único, do citado art. 151, ao fixar regra segundo a qual o processo, por atentado à ordem democrática ou à prática da corrupção, quando se tratasse de titular de mandato eletivo federal, dependeria de licença da respectiva Câmara. Quer dizer: não seria mais um ato discricionário aplicado com base no Ato n.º 2.

Ainda mais: há uma redundância flagrante na redação do art. 151, quando determina a suspensão dos direitos políticos em decorrência de condenação atestada pelo Supremo Tribunal. Ora, se examinarmos o texto do art. 144, I, b, da Constituição, observaremos que o legislador também condicionou a suspensão dos direitos políticos ao motivo da condenação criminal, enquanto, é claro, perdurarem seus efeitos.

Nem se alegue que, no caso do art. 151, citado, poderá haver ação independente do processo criminal, pois a apuração de prática de corrupção não dá margem a procedimento diverso.

Essas são algumas das razões que alegamos em favor de nossa tese.”

ÚLTIMA HORA

26 NOV 1968

ANEXO Nº 27
LANÇADO EM 27



Marcelo: General não tem moral para acusar

O Advogado Marcelo Alencar classificou ontem o Secretário de Segurança Pública da Guanabara, General Luis de França Oliveira, de "leviano e sem autoridade moral, por envolver, sem qualquer prova, o Engenheiro José Roberto Monteiro, seu cliente, na onda de assaltos atribuída ao ex-Deputado Carlos Marighela.

Revela o advogado que "o SS levou a efeito o reconhecimento do engenheiro por um tal sargento Ivã, que prendeu o estudante Paulo César". E explica: "Disse o militar que viu José Roberto no carro do universitário, fazendo a partilha do dinheiro roubado do carro-pagador do IPEG, às 12 horas do dia 8 deste mês. Ora, neste preciso momento, meu cliente estava preso no Serviço de Ordem Política e Social, na Polícia Federal". São em circunstâncias como estas, diz ainda Marcelo Alencar, "que se lançam acusações contra a honra e a dignidade de um bispo como Dom Antônio Fragosó. É uma autoridade que se comporta assim, que pretende encarcerar um prelado, levando todo o clero a um clima de indignação. Inexiste, portanto, autoridade moral para esse tipo de policial, de condenável manifestação psicológica".

UH 30

FARSA

"É com veemência que denuncio essa farsa contra o engenheiro", diz o advogado, acrescentando: "Afirma o SS Luis França que José Roberto foi preso na Rua Ibiá, em Higienópolis, na companhia de outros cidadãos. Nessa ocasião, foi encontrado farto material subversivo, planos de assaltos a bancos, além de outros instrumentos de violência. Revelou também o general que o indiciado teria confessado a prática de crime de assalto ao carro-pagador do IPEG. Todos esses fatos são mentirosos, pois no dia 8, em que se deu o fato, José Roberto estava no IBRA, onde trabalha. Ali chegou às 8 horas e 30 minutos, e saiu preso às 11 horas e 45 minutos. A sua prisão ocorreu ilegalmente, sob a suspeita de que tinha relações com o ex-sargento Lucas Alves, preso na Rua Ibiá, no dia 7 deste mês. Ora, como são absurdas, le-

vianas e mentirosas as declarações da autoridade policial. Como poderia o jovem engenheiro estar ao mesmo tempo, na mesma hora, em Bento Ribeiro, onde ocorreu o assalto, e no IBRA, na Rua Santo Amaro, no Flamengo?".

NEGOU TUDO

"Num verdadeiro desrespeito à opinião pública, que vinha levada a sério as declarações do general, este afirma pela imprensa que o engenheiro confessou ter assaltado o carro-pagador e estar ligado a um grupo liderado por Marighela". Continua Marcelo Alencar. Ao contrário, o meu cliente, conforme consta dos seus depoimentos tomados até hoje (ontem), negou tudo e que lhe atribuiu o Secretário de Segurança".

E concluiu o advogado: "Essas investigações estão desmoralizadas, assim, porque refletem a levandade da autoridade policial. Isso produz, junto, à opinião pública, uma imagem desfavorável a um moço engenheiro cuja vida pregressa não registra o mais leve desabono de sua conduta. Trata-se de um técnico de alto gabarito moral e intelectual, estando em vias de casar".

Resumo dos principais pronunciamentos do Senador MDB/GB
 MARCELO DE ALENCAR no Congresso Nacional



DATA	RESUMO DO DISCURSO	DC
16/9/67	Criticou o Gov Fed sôbre incompreensão aos moços.	Nº 115
11/10/67	Aludindo o fato de desaparecimento de elemento prêso pelo DOPS, disse que para êle não era novidade, pois era resultado do sistema que se implantou a partir de 1964. Disse que tivemos um exemplo recente, durante a reunião do FMI, quando prenderam uma série de estudantes, chegando a alugar apartamentos para sequestrá-los. Relatou o caso, do Sgtº RAIMUNDO, morto no RS.	Nº 132
06/10/67	Fêz violento discurso atacando o Gov, dizendo - que êle está sacrificando as massas trabalhadoras, roubando suas conquistas, entre estas a estabilidade e que os DOPS, SNI e MTPS depuram arbitrariamente as chapas concorrentes às eleições. Declarou que ficam, assim, os trabalhadores subnutridos e frustrados. Atacou a política salarial. Disse que o Gov conseguiu que os Sindicatos, em sua totalidade, fossem dirigidos por prepostos e criaram-se, pois, novos pelêgos. Disse que D. HELDER declarou que se JOAQUIM NABUCO aqui chegasse e percorresse a zona canavieira, reabriria a campanha abolicionista para libertar o camponês da escravatura.	Nº 129
19/10/67	Em aparte, atacou a política econômico-financeira do Gov.	Nº 138-II
20/10/67	Em longo discurso, atacou o FMI, os investimentos estrangeiros e a política econômico-financeira do Gov e a Aliança para o Progresso.	Nº 139-II
25/10/67	Prestando esclarecimentos sôbre a sua participação no grupo de parlamentares que se dirigiu a JUIZ DE FORA para fazer visitaçào a presos políticos, disse que foram cordialmente recebidos pelo Gen ITIBERÉ, Cmt da 4ª RM, e que realmente as denúncias oferecidas a parlamentares a respeito de sevícias eram confirmadas pelos presos. Constatou-se, disse, pelas declarações dos presos políticos, que em JUIZ DE FORA nada sofreram e estavam nas melhores condições de encarceramento possíveis. Acrescentou relato de alguns presos que haviam sido espancados em BRASÍLIA e UBERLÂNDIA, talvez por agentes do SNI. Disse que JARBAS SILVA MARQUES, preso no RGG, declarou que ali - foi torturado pelo Of de Dia, que queria que acesse como envolvidos em um plano de guerrilhas, os Deputados ANTONIO MAGALHÃES e MARIO COVAS, -	



Resumo dos principais pronunciamentos do Senador MARCELO DE ALENCAR no Congresso Nacional

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DC
25/10/67	<p>Cont. - MAURO BORGES e o Pref de GOIÂNIA, e que dissesse que o Dep BRITO VELHO estava conspirando contra o Pres e Vice-Pres da Rep. O referido prêso teria declarado que um Major teria dito existir no Ex um chamado "esquadrão da morte" - que teria a incumbência de desembaraçar-se secretamente de subversivos. A Comissão concluiu "não ser prática corrente nos inquéritos realizados pelo Ex, a tortura ou espancamento de prisioneiros. Pelo contrário, estas torturas e espancamentos são realizadas por um número extremamente reduzido de militares, criminosos, que não contam com a solidariedade da maioria esmagadora dos seus colegas".</p>	<p>Nº 142-II</p>
26/10/67	<p>Criticou o Gov por ter apenas "intenções" no caso da política atômica, não tomando nenhuma providência efetiva.</p>	<p>Nº 143-II</p>
27/10/67	<p>Em aparte a discurso do Sen AUTHUR VIRGILIO, no qual atacava o Gov por não permitir e não dar valor a Oposição, solidarizou-se com a posição tomada pelo orador, acrescentando que as pressões sobre a Oposição durante as eleições passadas foi imensa e que "a presença de elementos do SNI e dos órgãos de Segurança em plena Convenção era fato conhecido". Citou as censuras feitas pelo CONTEL e a cassação da candidatura de FERNANDO BARROS.</p>	<p>Nº 144-II</p>
07/11/67	<p>Criticou o Min TARSO DUTRA por suas declarações no RS e por ter suspenso a distribuição de Enciclopédia, encomendada pelo MEC a um sacerdote que está, no momento, fazendo conferências nos EUA, sob a alegação de conter material subversivo. Disse que a obra foi vetada pelo Gen WALDEMAR TUROLA, Ch do DSI/MEC, que "é o órgão que escuta os funcionários, que controla a vida do funcionário, enfim, é tudo que se institucionalizou em matéria de falso conceito de segurança nacional". Disse que o órgão faz inquisição, fiscalização e espionagem.</p>	<p>Nº 149</p>

MARCELO NUNES DE ALENCAR

Senador

GB



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIALFls. 002PRONTUÁRIO Nº ~~XXXXXX~~NOME: A L E N C A R - Marcelo Nunes deOBS: Pseudônimo: Hamburgo - Suplente de Senador.

19.04.64	-Residente na Avenida Henrique Osvald, 104 apto. 102/GB. Pseudônimo: Hamburgo. Mantém correspondência com JOÃO GOULART, informando-o da situação do Brasil.
03. 07. 68	<p>Rel.snº/SDR-RS/64 - Ref. P. 800/F.012</p> <p>-Fêz parte da Comissão de estudantes e outros que veio a Brasília dialogar com o Presidente COSTA E SILVA, por ocasião dos movimentos estudantis eclodidos na Guanabara.</p> <p>Infº snº/DOPS-DPF/68 - Ref. P. 009/F.225</p> <p>Rec.Jornal/68 - Ref. P. 009/F.225</p> <p>Infº 252/DOPS-DPF/68 - Ref. P. 1009/F.009</p>
29. 10. 68	<p>-Há notícias de São Paulo, que a esposa de Vladimir Gracindo Soares Palmeira, havia embarcado para o Rio de Janeiro/GB, acompanhada do epigrafado. Dias antes da passeata no Rio/Gb, o epigrafado esteve reunido com Vladimir e vários outros da indústria e comércio do Rio/Gb, articulando a participação dos mesmos naquela passeata. A reunião se realizou no Country Club. O epigrafado é irmão de MAURÍCIO NUNES DE ALENCAR presidente da Construtora Metropolitana, estando declaradamente comprometido com as lideranças estudantis.</p> <p>Infº 42/DR-GB/68 - Ref. P. 500/F.223.</p>
14. 08. 68	<p>-Advogados, jornalistas, etc... todos promotores do recente escândalo de falsificação de quadros atribuídos pela pintora DJANIRA DA MOTA E SILVA (envolvida em subversão em Parati/RJ) são sócios fundadores do CBC - CENTRO BRASILEIRO DE CULTURA com sede na Guanabara. O CBC que reúne um grupo de subversivos que se denominam "intelectuais" cuja missão consiste na imposição de de suas idéias pela "inteligência", através de um método e de instruções bem definidas que destinam-se a obter adeptos e simpatizantes. Assim no momento oportuno, e em coordenação com os comandos "intelectuais" que atuam em outras zonas irão provocar um desafio ao Governo. Trata-se de um movimento de amplo alcance, compreendendo o tráfico de influências e prestígio em várias camadas sociais é ligado a grupo de "artistas-intelectuais" internacionais. Entre os sócios fundadores do CBC, encontram-se, entre outros, ALCEU AMOROSO LIMA, CARLOS HEITOR CONY, DOU TEL DE ANDRADE, FRANKLIN DE OLIVEIRA, MÁRCIO MOREIRA ALVES, MOACYR WERNECK DE CASTRO, NELSON WERNECK SODRÉ e o epigrafado.</p>
31. 12. 68	<p>Rel.snº/Infº Ext./68 - Ref. P. 15/F. 061</p> <p>-De ordem do Sr. CMT da 11ªRM, em consideração ao Decreto assinado pelo SR Presidente da República, onde solicita a esta DOPS/DPF, a prisão de vários elementos. O epigrafado aparece com solicitação, daquela autoridade, de prisão mediante confirmação.</p> <p>Ofº 40/2ª Sec- 11ªRM/68 - Ref. P. 002/F.305</p>



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº ~~12345~~

NOME:

A L E N C A R - Marcelo Nunes de

OBS:

Suplente de Senador - MDB/Gb - Vulgo: Hamburgo.

20. 03. 53

-Filho de Mário Lopes de Alencar e de Zuleica Nunes de Alencar, brasileiro, nascido em 23.08. de 1925, natural do Estado da Guanabara, solteiro advogado, portador do RG no IPF/SSP/RJ nº 218818 residente na Rua Marques de Olinda/Gb.

12. 09. 68

-Consta que nesta data, requereu Fôlha Corrida no IPF/SSP/RJ, a fim de tomar posse no cargo de Procurador do ex-Iape.

-A classe bancária da Guanabara, está reunida / em Assembléia permanente, na sede da Associação dos Empregados no Comércio, com a finalidade de repudiar a proposta patronal e convocar nova assembléia para a decretação de greve, caso não se jam atendidos em suas reivindicações. A reunião conta com a participação de outras entidades // sindicais da GB, RJ, PR, ES e SP. Os bancários do Estado do Espírito Santo estiveram representados pelo bancário Frederico Brandão e os paulistas pelo deputado federal Márcio Moreira Alves, di-go Alves que também representou seu irmão Herma no Alves. Nesta ocasião fizeram-se ouvir vários oradores e entre eles o deputado federal Márcio Moreira Alves que foi o último orador e que em / seu nome do Deputado federal Hermano Alves de epigrafado, fêz um pronunciamento bastante vio-lento, do qual segue alguns trechos: "Alerto os bancários para que se evite no Rio, com medidas positivas e acauteladoras, o massacre de Osasco durante o período de greve. Façam a greve bem or ganizada, pois venceremos a opressão. Não pensem que o Ministro do Trabalho está brincando quan-do fala em violência, em repressão; esperem o picr porém a vossa arma é mesmo a greve e a causa rei vindicações é justa. Liquidem também com a nefas ta Lei de Greve. Fui informado confidencialmente que o Sindicato dos Bancos (banqueiros), também / preparam a repressão para nós, portanto não se / precipitem a façam a greve em bases sólidas e tão logo estejam com o dia e hora marcados, estar rei convosco como aqui estou e estarei desde os primeiros minutos da deflagração da greve." A cam panha salarial tornara-se uma mistura de reivin dicações e agitação e subversão, pois a ação do Sindicato dos Bancários/Gb (empregados) se faz de calcada nas soluções do 6º Congresso do PC (item da perturbação da ordem pública e da infiltração na massa trabalhadora).

23. 09. 68

Bol. Infº 40/DR-GB/68 - Ref. P. 500/Fls. 219
-O epigrafado fez recentemente uma viagem à Ar-gentina e ao Uruguai. Nesta ocasião trouxe uma / carta do Sr. JOÃO GOULART endereçada ao ex-pre feito AUGUSTO PINHEIRO DE CARVALHO, elemento ês-te envolvido em IPM instaurado pela Academia Mi-litar das Agulhas Negras.

MARCELO ALENCAR

2.3

Suplente do Senador MÁRIO MARTINS

Histórico

- Em Outb 67 - Foi escolhido para chefiar uma Procuradoria a ser criada no MDB para defender, nos Estados, os políticos e envolvidos em IPMs e para levar à barra dos Tribunais os encarregados de IPMs, pessoal da Justiça Militar, Generais, Coronéis e até o próprio Ministro do Exército.

- Em 1 Abr 68 - Informou a HERMANO ALVES que "a entrevista, em Montevideo, com JANGO e BRIZOLLA, foi ótima". Informou a Hermano que tinha algumas instruções a transmitir-lhe de Jango e Brizola no sentido de não deixar a agitação parar e que não esquecesse a área de Goiás.

NOME MARCELO NUNES DE ALENCAR

FOTO

IDENTIDADE

FILIAÇÃO-PAI Mário de Alencar

MÃE Zuleika Nunes de Alencar

IDADE 25 Ago 1935 ESTADO CIVIL

PROFISSÃO Advogado POSTO OU GRAD.

FUNÇÃO

NACIONALIDADE bras. NATURAL DE GUANABARA

LÊ ESCREVE CERT. RESERVISTA

TÍTULO ELEITOR LOCAL TRABALHO

ESTUDANTE ESCOLA

NÍVEL superior

RESIDÊNCIA

OUTROS DADOS Suplente de Senador, em exercício. - MDB/GB

HISTÓRICO

- Através o D.O. nº 28, de 10 Fev 69, teve cassado seu mandato eletivo e suspensos seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos com base no Ato Institucional nº 5, de 13 Dez 68.

CIC